

# FUNDAÇÃO DO ABC - Consolidado

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	108.048.801	74.481.482	Fornecedores	13	233.095.669	260.454.614
Convênios e contratos a receber	7	99.851.151	153.259.667	Obrigações fiscais	14	39.323.351	38.658.187
Mensalidades a receber	8	17.617.123	13.281.043	Obrigações sociais e trabalhistas	15	313.192.732	314.822.293
Atividades acadêmicas a receber		537.898	556.182	Provisões de férias	16	166.204.620	174.360.329
Estoques	9	40.229.509	41.837.466	Obrigações acadêmicas		259.603	252.206
Outros créditos	10	2.896.928	11.011.688	Contratos a pagar		503.876	451.920
		<b>269.181.410</b>	<b>294.427.528</b>	Parcelamento de impostos		220.673	220.673
				Outros passivos		27.023.276	22.250.341
						<b>779.823.800</b>	<b>811.470.563</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	11	33.115.393	36.299.876	Parcelamento de impostos		140.429	280.857
Mensalidades a receber	8	6.652.884	6.652.884	Fornecedores	13	2.757.155	2.736.160
Convênios e contratos a receber	7	5.251.977	5.251.977	Provisão para contingências	17	44.709.373	67.970.864
Outros créditos	10	12.869	12.869	Receitas antecipadas		2.535.622	1.229.717
Imobilizado	12	103.110.839	101.209.956			<b>50.142.579</b>	<b>72.217.598</b>
		<b>148.143.962</b>	<b>149.427.562</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(447.328.649)	(378.753.650)
				Superávits (déficits) acumulados		34.687.642	(61.079.421)
						<b>(412.641.007)</b>	<b>(439.833.071)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>417.325.372</b>	<b>443.855.090</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>417.325.372</b>	<b>443.855.090</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			
	Notas	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Contratos de gestão - Municipal		2.170.690.327	2.122.759.324
Contratos de gestão - Estadual		474.292.573	434.389.639
Convênios público - Municipal		436.033.389	439.390.384
Convênios público - Estadual		-	3.690.019
Parceria público - Municipal		9.193.889	6.099.812
Repasse Covid-19		35.826.686	177.084.291
Atividades acadêmicas		95.410.208	83.426.488
Subvenção municipal		36.124.300	26.769.000
Convênios de atendimentos médicos		52.000.364	70.914.227
Protocolo de pesquisas		9.882.929	11.535.743
Atendimentos particulares		1.684.381	1.812.207
Outras receitas		31.229.697	14.785.703
		<b>3.352.368.743</b>	<b>3.392.656.837</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal		(1.941.507.811)	(1.930.941.443)
Medicamentos e insumos hospitalares	21	(244.051.356)	(297.286.537)
Prestadores de serviços médicos	22	(654.231.348)	(725.856.871)
Prestadores de serviços de terceiros	23	(341.743.290)	(353.630.451)
Administrativas e gerais	24	(82.505.823)	(80.787.179)
Atividades acadêmicas		(32.061.385)	(29.864.216)
Contingências e despesas judiciais	25	(11.834.969)	(29.204.838)
Bens de terceiros	3(d)	(18.318.981)	(6.130.159)
		<b>(3.326.254.963)</b>	<b>(3.453.701.694)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>26.113.780</b>	<b>(61.044.857)</b>
Receitas financeiras	26	10.261.302	2.901.277
Despesas financeiras	26	(1.687.440)	(2.935.841)
		<b>8.573.862</b>	<b>(34.564)</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>34.687.642</b>	<b>(61.079.421)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>(463.034.278)</b>	<b>5.852.949</b>	<b>(457.181.329)</b>
Ajuste do exercício anterior		79.152.726	-	79.152.726
Acervo líquido cindido		119.595.665	-	119.595.665
Acervo líquido incorporado		(119.595.665)	-	(119.595.665)
Amortização do imobilizado		(725.047)	-	(725.047)
Déficit do exercício		-	(61.079.421)	(61.079.421)
Incorporação ao patrimônio social		5.852.949	(5.852.949)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(378.753.650)</b>	<b>(61.079.421)</b>	<b>(439.833.071)</b>
Ajuste do exercício anterior	18	(6.857.104)	-	(6.857.104)
Acervo líquido cindido	19	28.136.371	-	28.136.371
Acervo líquido incorporado	20	(28.136.371)	-	(28.136.371)
Amortização do imobilizado		(638.474)	-	(638.474)
Superávit do exercício		-	34.687.642	34.687.642
Incorporação ao patrimônio social		(61.079.421)	61.079.421	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(447.328.649)</b>	<b>34.687.642</b>	<b>(412.641.007)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>34.687.642</b>	<b>(61.079.421)</b>
Ajustes do exercício anterior	(6.857.104)	79.152.726
Acervo líquido cindido	28.136.371	119.595.665
Acervo líquido incorporado	(28.136.371)	(119.595.665)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Depreciação e amortização	1.983.019	1.976.403
Provisões para contingências	(23.261.491)	2.612.961
Resultado na baixa do imobilizado	153.314	5.301
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	53.408.514	57.635.771
Mensalidades a receber	(4.336.080)	(3.093.102)
Atividades acadêmicas a receber	18.284	(69.710)
Estoques	1.607.957	(7.072.173)
Outros créditos	8.114.760	(9.714.041)
Bloqueio judicial	3.184.483	(9.618.628)
Fornecedores	(27.337.950)	19.280.290
Obrigações fiscais	665.164	1.339.563
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.629.561)	(110.642.794)
Provisões de férias	(8.155.709)	4.352.757
Obrigações acadêmicas	7.397	859
Parcelamento de impostos	(140.428)	501.530
Contratos a pagar	51.956	287.735
Receitas antecipadas	1.305.905	115.808
Outros passivos	4.772.935	17.276.538
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>38.243.009</b>	<b>(16.751.627)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
<b>Aquisição de ativo imobilizado</b>	<b>(4.675.690)</b>	<b>(1.754.463)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(4.675.690)</b>	<b>(1.754.463)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.567.319</b>	<b>(18.506.090)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>74.481.482</b>	<b>92.987.572</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>108.048.801</b>	<b>74.481.482</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.567.319</b>	<b>(18.506.090)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**1 Contexto operacional**

**(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

Em 2007 foi reconhecida como Entidade Benemérita pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo e São Caetano e, em 2009, pela Câmara de Santo André. A Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1969, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 19 de dezembro de 1975. Primeira mantida da Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina do ABC abriga hoje nove cursos de graduação na área de Ciências da Saúde: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Gestão em Saúde Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar e Tecnologia em Radiologia. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica. No final de 2017, a Facul-

dade de Medicina foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC.

Com o passar dos anos, a Fundação do ABC começou a ser encarada como parceira estratégica das prefeituras do Grande ABC para a gestão e assistência em saúde. Com o braço de ensino da Faculdade de Medicina do ABC, hoje a Fundação do ABC está à frente de diversas unidades de saúde denominadas mantidas – modelo em que a gestão plena dos equipamentos está a cargo da FUABC, tanto na área administrativa como na clínica, sob diretrizes pré-estabelecidas pelo parceiro (Município ou Governo do Estado ou outro Ente Federativo).

É mantenedora de 17 hospitais e 6 AMEs (Ambulatórios Médicos de Especialidades), além da Faculdade de Medicina do ABC e de uma Central de Convênios, que atua por meio de contratos de gestão e convênios. Criada em 2007 para prestar serviços relacionados a necessidades específicas em saúde, a Central de Convênios é hoje a maior unidade da Fundação do ABC. Atua tanto na assistência à saúde da população quanto nas áreas administrativas e de serviços gerais de UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), UBSS (Unidades Básicas de Saúde), PID (Programa de Interação Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), PSF (Programa de Saúde da Família) e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), entre outros.

Em 2014, a Fundação do ABC assumiu a gestão de dois equipamentos estaduais: o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP), na Capital e o Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá.

Em 2015, incorporou três unidades em Guarulhos: Policlínica do Jardim Maria Dirce, Policlínica do Jardim Paraíso e UPA do Jardim São João Lavras.

Em 2020 assumiu quatro unidades: Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos e Centro de Reabilitação Lucy Montoro.

Em 2021 assumiu Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília como

Hospital de Campanha do Governo do Estado, exclusivo para o atendimento de casos de Covid-19.

Desta forma, as unidades sob gestão da Fundação do ABC são:

- Faculdade de Medicina do ABC
- Hospital Estadual Mário Covas de Santo André
- Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein de Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santo André
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Mauá
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Praia Grande
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Itapevi
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Sorocaba
- AME (Ambulatório de Especialidades Médicas) Santos
- Hospital Nardini e Complexo de Saúde de Mauá - COSAM
- Complexo Hospitalar de São Bernardo de Campo (Hospital Anchieta, Hospital Municipal Universitário, Hospital Municipal de Clínicas José Alencar e Pronto Socorro Central)
- Complexo de Saúde de São Bernardo de Campo
- Complexo Hospitalar de São Caetano do Sul (Hospital Márcia Braido, Hospital Maria Braido, Hospital de Emergências Albert Sabin, Hospital São Caetano, Hospital da Mulher e Complexo Municipal de Saúde)
- Complexo Hospitalar Irmã Dulce de Praia Grande
- Instituto de Infectologia Emílio Ribas II do Guarujá
- Hospital Estadual de Francisco Morato "Prof. Carlos da Silva Lacaz"
- Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP)
- Hospital Municipal Central de Osasco Antonio Giglio
- UPA Rodeio 24h – Mogi das Cruzes
- Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde – São Mateus
- UPA 24h Central – Santos
- Mogi das Cruzes II
- Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista
- Centro de Reabilitação Lucy Montoro
- Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília
- Central de Convênios (a Central gerencia mais de 20 planos de trabalhos específicos, entre os quais todas as UPAs de Santo André, São Bernardo, São Caetano do Sul, Rio Grande da Serra, Mauá, Ribeirão Pires, Caieiras, Guarulhos, Interlagos, Assistência Social, Hospital São Mateus, Hospital Mogi das Cruzes, Rede de Estratégia de saúde da Família de Itatiba, Santo André Dislexia, Projeto Conviver Bem, Hospital Mandaqui, Hospital de Guianases, Hospital Ferraz de Vasconcelos, Hospital Infantil Candido Fontoura, Hospital São Mateus, Hospital Ipiranga e Termo de Colaboração de São Bernardo de Campo)

#### **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

#### **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

#### **(iv) PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

#### **(v) Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias

nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 520.324.093 e R\$ 517.492.307, respectivamente.

#### **(vi) Fontes de receita**

Os recursos da Fundação do ABC e suas filiais são provenientes dos instrumentos celebrados com entes públicos para o fomento, gerenciamento e execução de serviços de saúde nas unidades hospitalares.

Durante os exercícios de 2021 e 2022, em decorrência do coronavírus, governos municipais, estadual e federal disponibilizaram recursos financeiros para o enfrentamento da Covid-19, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública, por meio de aditivos contratuais.

Na faculdade de medicina, a receita é proveniente das atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, e dos convênios pelos atendimentos hospitalares e partulares prestados.

Na mantenedora, a receita é oriunda da subvenção municipal respaldada pela lei municipal.

## **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### **2.4 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### **2.5 Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos e convênios a receber, mensalidade a receber e atividades acadêmicas a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### **(ii) Passivos financeiros**

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na

demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Imobilizado

Itens do imobilizado adquiridos com os recursos próprios são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

##### Bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

##### Impairment dos ativos

A administração julga que os itens registrados como ativo imobilizado não compõem, individualmente ou em grupos, de unidades geradoras de caixa, razão pelo qual não foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme o Comunicado Técnico CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

##### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

##### a. Redução valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

##### b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### 5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão abaixo apresentadas. A Entidade pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (correlato ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

• Alteração das normas CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativa contábil. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), onde é introduzida uma definição de estimativas contábeis. Essa alteração busca esclarecer a distinção entre os conceitos “mudança nas estimativas contábeis” e “mudança nas políticas contábeis e correções de erros”. Além disso esclarecem como as entidades usam técnicas de mensuração e dados para desenvolver estimativas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

• Alterações na IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de Políticas Contábeis. Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis “significativas” por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Entidade não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

#### 6 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	23.189	20.810
Banco conta movimento	1.326.275	21.078.158
Aplicações financeiras	106.699.337	53.382.514
	<b>108.048.801</b>	<b>74.481.482</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um in-

significante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos e poupanças, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 7 Contratos e convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão e dos convênios firmado com as prefeituras municipais e governo estadual pelo serviço de saúde prestado à população.

#### 8 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino na graduação e na pós-graduação.

#### 9 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	18.000.215	21.799.655
Material médico hospitalar	18.243.600	16.513.227
Dieta enteral e parenteral	29.992	24.827
Material de limpeza e higiene	679.399	663.851
Material de manutenção	1.910.827	1.719.093
Outros materiais	1.365.476	1.116.813
	<b>40.229.509</b>	<b>41.837.466</b>

#### 10 Outros créditos

Refere-se aos saldos de adiantamentos de despesas e de reembolso de bloqueio judicial a receber.

#### 11 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

#### 12 Imobilizado

Descrição	2022	2021
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	47.820.860	45.933.138
Veículos	511.883	511.883
Móveis e utensílios	26.987.328	26.437.508
Máquinas e equipamentos	8.721.542	8.466.388
Equipamentos hospitalares	36.729.775	36.282.772
Equipamentos de informática	8.000.395	6.935.120
Aparelhos e instrumentos	8.882.454	8.618.502
Linhas telefônicas	403.367	384.071
Software	2.338.492	2.338.492
Livros técnicos	64.312	64.312
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(105.073.379)	(102.486.040)
	<b>103.110.839</b>	<b>101.209.956</b>

#### 13 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 14 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	22.981.490	22.539.334
INSS retido de serviços a recolher	9.104.397	9.292.671
IRRF retido de serviços a recolher	6.316.174	5.966.553
ISS a recolher	921.290	859.629
	<b>39.323.351</b>	<b>38.658.187</b>

#### 15 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	65.246.762	70.659.676
Rescisões a pagar	4.777.934	1.182.251
IRRF a recolher	171.971.843	171.535.538
FGTS a recolher	53.540.616	54.090.232
INSS sobre autônomos a recolher	9.627.695	9.571.061
Empréstimo consignado a pagar	5.588.524	5.034.000
Outros	2.439.358	2.749.535
	<b>313.192.732</b>	<b>314.822.293</b>

#### 16 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 17 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	33.678.144	47.028.200
Cível	11.031.229	20.942.664
	<b>44.709.373</b>	<b>67.970.864</b>

#### 18 Ajustes do exercício anterior

Refere-se, substancialmente, às baixas de recebíveis consideradas de difícil realização.

#### 19 Acervo líquido cindido

Em decorrência do contrato encerrado das filiais de Santo André e de Itatiba da Central de Convênios, os recursos financeiros e saldos de passivos foram transferidos para o novo Contrato de Gestão.

#### 20 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos recursos financeiros e saldos de passivos transferidos das filiais de Santo André e de Itatiba da Central de Convênios, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

#### 21 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	93.305.712	109.726.697
Material médico hospitalar	104.567.287	129.342.501
Órtese e prótese	12.605.866	11.379.891
Material de laboratório	15.524.874	24.426.380
Gases industriais e medicinais	7.143.395	10.429.367
Dieta enteral e parenteral	3.593.344	2.523.174
Material de limpeza e higiene	4.348.656	5.208.190
Material de COVID-19	256.004	1.452.896
Outros materiais	2.706.218	2.797.441
	<b>244.051.356</b>	<b>297.286.537</b>

#### 22 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 23 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	107.559.741	115.259.169
Serviços de informática	16.933.639	18.945.589
Serviços de vigilância	22.039.005	24.864.493
Serviços de manutenção predial	43.130.313	36.154.476
Serviços de refeitório	41.286.232	43.450.729
Locação de veículos e equipamentos	14.401.599	15.716.521
Serviços de lavanderia hospitalar	21.701.884	27.512.052
Serviços de manutenção de equipamentos	16.666.862	16.197.612
Serviços administrativos	20.622.757	13.796.764
Serviços de motorista	14.327.975	11.205.504
Serviços de logística	6.028.104	5.667.013
Serviços de portaria	5.708.559	7.162.553
Serviços de terceiros – Covid-19	7.245	3.258.106
Outros serviços	11.329.375	14.439.870
	<b>341.743.290</b>	<b>353.630.451</b>

#### 24 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	17.919.828	18.653.693
Material de conservação e reparo	8.296.612	6.282.048
Material de consumo administrativo	10.108.001	9.074.244
Utilidade pública (água, luz, telefone)	21.985.649	19.712.054
Seguros patrimoniais	960.794	1.068.564
Gastos com Covid-19	-	4.688.522
Gastos com contratos encerrados	12.435.229	11.825.365

Depreciação	1.981.689	1.976.403
Outras despesas	8.818.021	7.506.286
	<b>82.505.823</b>	<b>80.787.179</b>

## 25 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

## 26 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	10.261.302	2.901.217
Outras receitas financeiras	-	61
	<b>10.261.302</b>	<b>2.901.278</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(839.405)	(795.369)
Juros financeiros	(1.109)	(2.749)
Juros e multas de mora	(846.344)	(2.137.362)
Outras despesas financeiras	(582)	(362)
	<b>(1.687.440)</b>	<b>(2.935.842)</b>

## 27 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC - Consolidado não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

## 28 Evento subsequente

Em 25 de janeiro de 2023, a unidade de Complexo de Saúde de Mauá – COSAM celebrou o Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Consolidado**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Consolidado, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Consolidado, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos

independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase – evento subsequente

Conforme nota explicativa nº 27, a unidade de Complexo de Saúde de Mauá – COSAM, em 25 de janeiro de 2023 celebrou o Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 22 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Mantenedora - Errata

CNPJ 57.571.275/0001-00

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.168.053	1.354.962	Fornecedores		431.018	261.800
Estoques	5	50.740	318.774	Obrigações fiscais		72.910	83.431
Outros créditos	6	45.621.645	42.095.201	Obrigações sociais e trabalhistas	9	11.908.090	11.829.431
		<b>48.840.438</b>	<b>43.768.937</b>	Provisões de férias	10	1.025.197	1.080.908
				Parcelamento de impostos	11	220.673	220.673
				Outros passivos	12	900.587	1.294.159
						<b>14.558.475</b>	<b>14.770.402</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	7	2.974.399	1.182.998	Parcelamento de impostos	11	140.429	280.857
Convênios e contratos a receber		199.992	199.992	Provisão para contingências	13	4.664.929	5.284.729
Outros créditos	6	3.120.582	3.120.582			<b>4.805.358</b>	<b>5.565.586</b>
Imobilizado	8	97.377.066	97.414.888	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>103.672.039</b>	<b>101.918.460</b>	Patrimônio social		127.242.650	125.734.488
				Superávits (déficits) acumulados		5.905.994	(383.079)
						<b>133.148.644</b>	<b>125.351.409</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>152.512.477</b>	<b>145.687.397</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>152.512.477</b>	<b>145.687.397</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Subvenção municipal	1 (vii)	36.124.300	26.769.000	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>123.103.881</b>	<b>3.794.145</b>	<b>126.898.026</b>
Outras receitas		11.123.303	10.042.945	Ajuste do exercício anterior		(1.163.538)	-	(1.163.538)
		<b>47.247.603</b>	<b>36.811.945</b>	Déficit do exercício		-	(383.079)	(383.079)
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social		3.794.145	(3.794.145)	-
Com pessoal		(8.912.954)	(9.308.951)	<b>Saldos em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	15	(256.357)	(76.578)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>125.734.488</b>	<b>(383.079)</b>	<b>125.351.409</b>
Prestadores de serviços médicos		(22.333)	(27.149)	Acervo líquido incorporado	14	1.887.723	-	1.887.723
Prestadores de serviços de terceiros	16	(14.628.438)	(12.400.912)	Ajuste do exercício anterior		3.518	-	3.518
Administrativas e gerais	17	(18.316.213)	(14.432.417)	Superávit do exercício		-	5.905.994	5.905.994
Atividades acadêmicas		(36.208)	(18.680)	Incorporação ao patrimônio social		(383.079)	383.079	-
Contingências e despesas judiciais		(277.591)	(1.028.613)	<b>Saldos em</b>				
		<b>(42.450.094)</b>	<b>(37.293.300)</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>127.242.650</b>	<b>5.905.994</b>	<b>133.148.644</b>
<b>Superávit (déficits) antes do resultado financeiro</b>		<b>4.797.509</b>	<b>(481.355)</b>					
Receitas financeiras	18	1.182.273	553.166					
Despesas financeiras	18	(73.788)	(454.890)					
		<b>1.108.485</b>	<b>98.276</b>					
<b>Superávit (déficits) do exercício</b>		<b>5.905.994</b>	<b>(383.079)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficits) do exercício</b>	<b>5.905.994</b>	<b>(383.079)</b>
Acervo líquido incorporado	1.887.723	-
Ajustes do exercício anterior	3.518	(1.163.538)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Depreciação e amortização	1.983.019	1.976.403
Provisões para contingências	(619.800)	832.343
Resultado na baixa do imobilizado	153.314	5.301
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	268.034	(132.927)
Outros créditos	(3.526.444)	(2.483.478)
Bloqueio judicial	(1.791.401)	1.134.942
Fornecedores	169.219	72.912
Obrigações fiscais	(10.522)	6.353
Obrigações sociais e trabalhistas	78.659	(12.537)
Provisões de férias	(55.711)	27.186
Parcelamento de impostos	(140.428)	501.530
Outros passivos	(393.572)	1.005.354
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>3.911.602</b>	<b>1.386.765</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.098.511)	(713.044)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.098.511)</b>	<b>(713.044)</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.813.091</b>	<b>673.721</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.354.962	681.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.168.053	1.354.962
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.813.091</b>	<b>673.721</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 2.388.672 e R\$ 2.494.799, respectivamente.

### (vi) Mantenedora

Caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social de Saúde e entidade filantrópica de assistência social, saúde e educação, a Fundação ABC foi criada em 1967 com intuito de viabilizar uma faculdade de medicina no Grande ABC. Foi instituída como fundação sem fins lucrativos pelos 3 municípios que encabeçam o ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). É declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André através do registro CMC nº 132.124-1 (PMSA). Em 2007 foi reconhecida como entidade Benemérita também pelas Câmaras de Vereadores de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

### (vii) Subvenção

Conforme a alínea "a" do artigo 5º da Lei nº 1546, de 6 de setembro de 1967, os três municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São

Caetano do Sul) consignam mensalmente as subvenções obrigatórias à Fundação do ABC.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	7	-
Banco conta movimento	1.002	86
Aplicações financeiras	3.167.044	1.354.876
	<b>3.168.053</b>	<b>1.354.962</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Material médico hospitalar	21.080	284.055
Material de limpeza e higiene	9	35
Material de manutenção	26.037	31.430
Outros materiais	3.614	3.254
	<b>50.740</b>	<b>318.774</b>

### 6 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

### 7 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

### 8 Imobilizado

Descrição	2022	2021
Terrenos	67.307.710	67.307.710
Edifícios	47.820.860	45.933.138

Móveis e utensílios	1.324.782	1.311.182
Máquinas e equipamentos	319.244	317.076
Equipamentos de informática	597.323	560.199
Aparelhos e instrumentos	542.118	538.865
Software	219.630	219.630
Obras em andamento	416.100	416.100
(-) Depreciação acumulada	(21.170.701)	(19.189.012)
	<b>97.377.066</b>	<b>97.414.888</b>

### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
IRRF a recolher	11.754.505	11.787.364
FGTS a recolher	86.832	21.733
INSS sobre autônomos a recolher	35.147	
Empréstimo consignado a pagar	30.451	20.313
Outros	1.155	21
	<b>11.908.090</b>	<b>11.829.431</b>

### 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 11 Parcelamento de impostos

Em 26 de março de 2021, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento simplificado da contribuição previdenciária, do período de janeiro a dezembro de 2005, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em 60 parcelas.

### 12 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 13 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	3.762.090	1.101.723
Cível	902.839	4.183.006
	<b>4.664.929</b>	<b>5.284.729</b>

### 14 Acervo líquido incorporado

Referem-se, a construção das salas de aula incorporada da Faculdade de Medicina.

### 15 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Material médico hospitalar	272	348
Material de limpeza e higiene	82	300
Material de COVID-19	256.003	75.930
	<b>256.357</b>	<b>76.578</b>

### 16 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	293.827	275.988
Serviços de informática	1.440.540	1.432.791
Serviços de manutenção predial	25.619	13.563
Locação de veículos e equipamentos	47.592	43.109
Serviços de manutenção de equipamentos	64.047	66.840
Serviços administrativos	9.858.256	4.391.222
Serviços de motorista	59.577	56.002
Serviços de terceiros - COVID	7.244	672.533
Outros serviços	2.831.736	5.448.864
	<b>14.628.438</b>	<b>12.400.912</b>

## 17 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	16.084	12.936
Material de conservação e reparo	84.066	46.470
Material de consumo administrativo	284.500	84.395
Utilidade pública (água, luz, telefone)	41.711	51.890
Gastos com contratos encerrados	12.435.229	11.825.365
Depreciação	1.981.689	1.976.403
Outras despesas	3.472.934	434.958
	<b>18.316.213</b>	<b>14.432.417</b>

## 18 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.182.273	553.166
	<b>1.182.273</b>	<b>553.166</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(57.986)	(51.346)
Juros e multas de mora	(15.802)	(403.544)
	<b>(73.788)</b>	<b>(454.890)</b>

## 19 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Fundação do ABC-Mantenedora não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Mantenedora**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mantenedora, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mantenedora, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

## Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Faculdade de Medicina do ABC

CNPJ 57.571.275/0007-98

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo		2022	2021	Passivo e patrimônio líquido		2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.371.960	19.897.660	Fornecedores	11	5.512.808	3.422.401
Convênios e contratos a receber	5	5.111.148	8.212.531	Obrigações fiscais	12	296.898	186.522
Mensalidades a receber	6	17.617.123	13.281.043	Obrigações sociais e trabalhistas	13	26.407.828	26.773.274
Atividades acadêmicas a receber		537.898	556.182	Provisões de férias	14	9.681.201	8.348.268
Estoques	7	1.199.488	1.694.359	Obrigações acadêmicas		156.951	152.293
Outros créditos	8	1.482.286	1.675.267	Outros passivos		714.444	674.877
		<b>41.319.903</b>	<b>45.317.042</b>			<b>42.770.130</b>	<b>39.557.635</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	9	5.986.119	3.974.449	Provisão para contingências	15	61.636	530.856
Mensalidades a receber	6	6.652.884	6.652.884	Receitas antecipadas		2.535.621	1.229.717
Outros créditos	8	12.869	12.869			<b>2.597.257</b>	<b>1.760.573</b>
Imobilizado	10	5.057.314	3.112.817	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>17.709.186</b>	<b>13.753.019</b>	Patrimônio social		15.249.456	2.489.067
				Superávits (déficits) acumulados		(1.587.754)	15.262.786
						<b>13.661.702</b>	<b>17.751.853</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>59.029.089</b>	<b>59.070.061</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>59.029.089</b>	<b>59.070.061</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021	Nota Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>		
Atividades acadêmicas		95.410.208	83.426.488	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>(11.157.036)</b>	<b>14.944.240</b>
Convênios de atendimentos médicos		51.815.428	70.452.645	Ajuste do exercício anterior	(596.207)	- (596.207)
Protocolo de pesquisas		9.882.929	11.535.743	Amortização do imobilizado	(701.930)	- (701.930)
Atendimentos particulares		1.684.381	1.812.207	Superávit do exercício	-	15.262.786
Outras receitas		7.392.060	5.353.807	Incorporação ao patrimônio social	14.944.240	(14.944.240)
		<b>166.185.006</b>	<b>172.580.890</b>	<b>Saldos em</b>		
<b>Despesas operacionais</b>				<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.489.067</b>	<b>15.262.786</b>
Com pessoal		(115.380.142)	(97.589.653)	Acervo líquido cindido	15(1.887.723)	- (1.887.723)
Medicamentos e insumos hospitalares	17	(19.705.266)	(28.992.623)	Amortização do imobilizado	(614.674)	- (614.674)
Prestadores de serviços médicos	18	(4.356.067)	(3.638.570)	Déficit do exercício	-	(1.587.754)
Prestadores de serviços de terceiros	19	(8.100.535)	(6.822.339)	Incorporação ao patrimônio social	15.262.786	(15.262.786)
Administrativas e gerais	20	(8.181.698)	(7.990.281)	<b>Saldos em</b>		
Atividades acadêmicas		(13.482.604)	(11.892.326)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.249.456</b>	<b>(1.587.754)</b>
Contingências e despesas judiciais		(2.372)	(72.028)			<b>13.661.702</b>
		<b>(169.208.684)</b>	<b>(156.997.820)</b>			
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(3.023.678)</b>	<b>15.583.070</b>			
Receitas financeiras	21	1.858.601	3.556			
Despesas financeiras	21	(422.677)	(323.840)			
		<b>1.435.924</b>	<b>(320.284)</b>			
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(1.587.754)</b>	<b>15.262.786</b>			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficits) do exercício	(1.587.754)	15.262.786
Acervo líquido cindido	(1.887.723)	-
Ajustes do exercício anterior	-	(596.207)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(469.220)	(101.783)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	3.101.383	3.886.308
Mensalidades a receber	(4.336.080)	(3.093.102)
Atividades acadêmicas a receber	18.284	(69.710)
Estoques	494.871	(838.430)
Outros créditos	192.981	(1.333.995)
Bloqueio judicial	(2.011.670)	(1.683.127)
Fornecedores	2.090.407	(1.929.025)
Obrigações fiscais	110.376	59.103
Obrigações sociais e trabalhistas	(365.446)	914.692
Provisões de férias	1.332.933	650.737
Obrigações acadêmicas	4.658	859
Receitas antecipadas	1.305.904	115.808
Outros passivos	39.567	542.336
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(1.966.529)</b>	<b>11.787.249</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.559.171)	(1.026.927)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.559.171)</b>	<b>(1.026.927)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.525.700)</b>	<b>10.760.322</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.897.660	9.137.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.371.960	19.897.660
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.525.700)</b>	<b>10.760.322</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 30.921.878 e R\$ 26.154.027, respectivamente.

### (vi) Faculdade de Medicina do ABC

Com sede e foro na cidade de Santo André, a Faculdade de Medicina do ABC foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 64.062, de 5 de fevereiro de 1.969 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 76.850, de 17 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1.975.

Mantida pela Fundação do ABC, a Faculdade de Medicina abriga os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Gestão em Saúde Humana. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa, a assistência e a extensão segundo critérios de excelência acadêmica.

No final do ano de 2017 foi aprovada como centro universitário pelo Ministério da Educação (MEC). Com validade de cinco anos, a habilitação foi publicada pelo Ministério da Educação, na edição de 12 de novembro de 2018 do Diário Oficial da União, formalizando o Centro Universitário Saúde ABC.

Em 2020, o Centro Universitário Saúde ABC ganhou nova logomarca e passou a se chamar Centro Universitário FMABC.

O Centro Universitário FMABC mantém projetos de integração com o Poder Público da região do ABC Paulista, o que propicia amplo campo de atuação e estágio para seus alunos. Entre as unidades parceiras estão o Centro Hospitalar Municipal (CHM), Hospital Estadual Mário Covas e Centro de Saúde Escola do Parque Capuava, em Santo André; Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMU) e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM), em São Bernardo do Campo; Hospital Marcia Braido e Hospital Maria Braido, em São Caetano do Sul; além do Ambulatório de Especialidades, que funciona no próprio campus universitário.

Essa integração tem formalizado a vocação regional da faculdade e seu potencial em colaborar com o desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde e assistência médica do Grande ABC. Integram a relação de objetivos institucionais do Centro Universitário FMABC:

- Promover a pesquisa e estimular trabalhos que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos setores por ela abrangidos.
- Estender serviços à comunidade, sob as mais diferentes formas e em colaboração com instituições de caráter público e privado.
- Manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior, visando à atualização e o aperfeiçoamento da metodologia do ensino, da pesquisa e do conhecimento especializado.
- Oferecer programas de pós-graduação lato sensu, incluindo-se a Residência Médica, conforme demanda por recursos humanos especializados na região.
- Propiciar a formação de mestres e doutores em Ciências da Saúde.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contratos e mensalidades a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

## (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais).

#### (d) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (e) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

Ganhos e perdas, quando ocorrem, na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### (g) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (h) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	3.000	3.000
Banco conta movimento	541.913	19.885.539
Aplicações financeiras	14.827.047	9.121
	<b>15.371.960</b>	<b>19.897.660</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Convênios a receber

Refere-se ao valor a receber de exames clínicos e laboratoriais e serviços prestados a diversos hospitais.

## 6 Mensalidades a receber

Refere-se às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino (graduação e pós-graduação).

## 7 Estoques

Compreende ao saldo do material médico hospitalar.

## 8 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, ao empréstimo concedido para a mantenedora.

## 9 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

## 10 Imobilizado

Descrição	2022	2021
Veículos	35.211	35.211
Móveis e utensílios	2.633.988	2.102.005
Máquinas e equipamentos	3.644.218	3.400.138
Equipamentos hospitalares	2.763.529	2.316.525
Equipamentos de informática	2.786.113	1.762.827
Aparelhos e instrumentos	2.448.688	2.187.989
Linhas telefônicas	46.357	27.061
Software	710.590	710.590
Livros técnicos	64.311	64.311
(-) Depreciação acumulada	(10.075.691)	(9.493.840)
	<b>5.057.314</b>	<b>3.112.817</b>

## 11 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

## 12 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	175.684	62.530
INSS retido de serviços a recolher	45.038	67.789
IRRF retido de serviços a recolher	51.550	14.887
ISS a recolher	24.626	41.316
	<b>296.898</b>	<b>186.522</b>

## 13 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	19.554	-
Rescisões a pagar	4.610	17.823
IRRF a recolher	24.724.816	24.314.089
FGTS a recolher	832.822	1.436.016
INSS sobre autônomos a recolher	508.621	507.988
Empréstimo consignado a pagar	164.115	140.839
Outros	153.290	356.519
	<b>26.407.828</b>	<b>26.773.274</b>

## 14 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 15 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assess-

sores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	58.636	395.651
Cível	3.000	135.205
	<b>61.636</b>	<b>530.856</b>

#### 16 Ajustes do exercício anterior

Referem-se aos valores cindidos de construção das salas da faculdade para Mantenedora.

#### 17 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	932.743	873.826
Material médico hospitalar	2.472.462	3.355.435
Material de laboratório	15.399.437	24.310.224
Gases industriais e medicinais	54.449	57.137
Material de limpeza e higiene	335.430	277.218
Outros materiais	510.745	118.783
	<b>19.705.266</b>	<b>28.992.623</b>

#### 18 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 19 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	319.047	431.676
Serviços de informática	1.176.461	730.720
Serviços de manutenção predial	65.421	130.589
Serviços de refeitório	885.813	594.405
Locação de veículos e equipamentos	550.358	397.867
Serviços de lavanderia hospitalar	101.627	91.236
Serviços de manutenção de equipamentos	283.055	302.388
Serviços administrativos	1.396.955	1.215.667
Serviços de motorista	2.226.403	2.212.278
Outros serviços	1.095.395	715.513
	<b>8.100.535</b>	<b>6.822.339</b>

#### 20 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	20.167	7.732
Material de conservação e reparo	1.636.094	936.127
Material de consumo administrativo	1.253.823	1.075.733
Utilidade pública (água, luz, telefone)	2.116.249	1.550.387
Seguros patrimoniais	412.695	617.912
Outras despesas	2.742.670	3.802.390
	<b>8.181.698</b>	<b>7.990.281</b>

#### 21 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.858.600	3.556
	<b>1.858.600</b>	<b>3.556</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(330.942)	(302.831)
Juros e multas de mora	(91.732)	(20.946)
Outras despesas financeiras	(2)	(63)
	<b>(422.676)</b>	<b>(323.840)</b>

#### 22 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Faculdade de Medicina do ABC não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da  
Fundação do ABC – Faculdade de Medicina do ABC

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Faculdade de Medicina do ABC, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

---

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre

outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

---

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

CNPJ 57.571.275/0008-79

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.399	387.695	Fornecedores	7	5.528.418	6.526.385
Convênios e contratos a receber	5	10.564.264	10.095.000	Obrigações fiscais	8	176.952	169.944
Estoques	6	520.133	777.013	Obrigações sociais e trabalhistas	9	7.172.776	7.228.374
Outros créditos		49.056	-	Provisões de férias	10	3.658.701	4.084.920
		<b>11.137.852</b>	<b>11.259.708</b>	Outros passivos		2.543.990	2.215.905
						<b>19.080.837</b>	<b>20.225.528</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial		3.568	-	Fornecedores	7	1.233.084	-
		<b>3.568</b>	-	Provisão para contingências	11	3.219.595	3.298.614
						<b>4.452.679</b>	<b>3.298.614</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(12.357.142)	(13.255.370)
				Superávits (déficits) acumulados		(34.954)	990.936
						<b>(12.392.096)</b>	<b>(12.264.434)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.141.420</b>	<b>11.259.708</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.141.420</b>	<b>11.259.708</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Contrato de gestão - Municipal		54.580.000	54.580.000	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>(32.739.022)</b>	<b>(1.597.304)</b>	<b>(34.336.326)</b>
Outras receitas		46.672	97.822	Ajuste do exercício anterior		21.080.956	21.080.956	
		<b>54.626.672</b>	<b>54.677.822</b>	Superávit do exercício		990.936	990.936	
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social		(1.597.304)	1.597.304	
Com pessoal		(38.037.613)	(38.283.508)	<b>Saldos em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(2.744.381)	(2.752.429)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>(13.255.370)</b>	<b>990.936</b>	<b>(12.264.434)</b>
Prestadores de serviços médicos		(5.508.013)	(5.220.201)	Ajuste do exercício anterior		(92.708)	-	(92.708)
Prestadores de serviços de terceiros	14	(7.149.523)	(6.700.181)	Déficit do exercício		-	(34.954)	(34.954)
Administrativas e gerais	15	(763.542)	(465.786)	Incorporação ao patrimônio social		990.936	(990.936)	-
Contingências e despesas judiciais		(405.155)	(199.220)	<b>Saldos em</b>				
Bens de terceiros		(18.835)	(12.487)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(12.357.142)</b>	<b>(34.954)</b>	<b>(12.392.096)</b>
		<b>(54.627.062)</b>	<b>(53.633.812)</b>					
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(390)</b>	<b>1.044.010</b>					
Receitas financeiras	16	1.910	60					
Despesas financeiras	16	(36.474)	(53.134)					
		<b>(34.564)</b>	<b>(53.074)</b>					
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(34.954)</b>	<b>990.936</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficits) do exercício</b>	<b>(34.954)</b>	<b>990.936</b>
Ajustes do exercício anterior	(92.708)	21.080.956
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(79.019)	(344.634)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	(469.264)	(902.228)
Estoques	256.880	42.398
Outros créditos	(49.056)	-
Bloqueio judicial	(3.568)	-
Fornecedores	235.116	(2.203.343)
Obrigações fiscais	7.008	(1.506.097)
Obrigações sociais e trabalhistas	(55.598)	(15.403.673)
Provisões de férias	(426.218)	(77.301)
Outros passivos	328.085	(1.289.675)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(383.296)</b>	<b>387.339</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(383.296)</b>	<b>387.339</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	387.695	356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.399	387.695
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(383.296)</b>	<b>387.339</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, os montantes de R\$ 10.194.080 e R\$ 10.259.980, respectivamente.

### (vi) Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein

O Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein – OSS é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 22 de setembro de 2008, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0008-79, com sede na Rua América do Sul, nº 285, no bairro Parque Novo Oratório, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo.

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 522/2018 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, tem por objeto gerenciamento, operacionalização e execução das ações, caracterizado como um serviço hospitalar cuja vocação assistencial está concentrada na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido ofertando assistência em média complexidade nas clínicas cirúrgica e obstétrica, na assistência em alta complexidade em mastologia cirúrgica, nas unidades de terapia intensiva adulto e neonatal e leitos de gestação de alto risco, como também em atendimento em urgências/emergências, atendendo a demanda espontâ-

nea de pronto atendimento obstétrico e ginecológico.

O prazo de vigência do Contrato é de cinco anos, a contar de 1 de janeiro de 2019.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	-	125
Aplicações financeiras	4.399	387.570
	<b>4.399</b>	<b>387.695</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Contratos a receber

Referem-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

#### 6 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	179.143	306.467
Material médico hospitalar	192.241	268.135
Dieta enteral e parenteral	-	18
Material de limpeza e higiene	14.817	35.156
Material de manutenção	67.888	74.043
Outros materiais	66.044	93.194
	<b>520.133</b>	<b>777.013</b>

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

Em janeiro de 2022, a Entidade celebrou acordos com os seus principais fornecedores para saldar a dívida em 34 parcelas iguais, mensais e sucessivas, após ter conseguido recurso junto a Prefeitura de Santo André.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	80.617	79.006
INSS retido de serviços a recolher	57.432	52.866
IRRF retido de serviços a recolher	23.210	22.727
ISS a recolher	15.693	15.345
	<b>176.952</b>	<b>169.944</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	1.662.811	1.748.663
Rescisões a pagar	37.292	16.095
IRRF a recolher	4.684.562	4.664.817
FGTS a recolher	284.674	299.145
INSS sobre autônomos a recolher	176.892	166.532
Empréstimo consignado a pagar	122.410	123.416
Outros	204.135	209.706
	<b>7.172.776</b>	<b>7.228.374</b>

#### 10 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	892.205	630.437
Cível	2.327.390	2.668.177
	<b>3.219.595</b>	<b>3.298.614</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	954.450	785.434
Material médico hospitalar	1.156.570	1.504.350
Órtese e prótese	31.870	34.912
Material de laboratório	453	962
Gases industriais e medicinais	270.903	164.916
Dieta enteral e parenteral	115.423	71.762
Material de limpeza e higiene	173.236	152.513
Outros materiais	41.476	37.580
	<b>2.744.381</b>	<b>2.752.429</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.985.210	1.927.454
Serviços de informática	31.618	23.348
Serviços de vigilância	605.743	554.366
Serviços de manutenção predial	-	285
Serviços de refeitório	2.283.341	1.931.406
Serviços de lavanderia hospitalar	779.147	820.329
Serviços de manutenção de equipamentos	271.130	273.527
Serviços administrativos	319.368	322.411
Outros serviços	873.966	847.055
	<b>7.149.523</b>	<b>6.700.181</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	50.802	22.901
Material de conservação e reparo	299.515	178.574
Material de consumo administrativo	130.644	104.108
Utilidade pública (água, luz, telefone)	164.413	152.416
Seguros patrimoniais	1.700	-
Outras despesas	116.468	7.787
	<b>763.542</b>	<b>465.786</b>

## 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.910	60
	<b>1.910</b>	<b>60</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(4.427)	(5.591)
Juros e multas de mora	(32.047)	(47.543)
	<b>(36.474)</b>	<b>(53.134)</b>

## 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da**

**Fundação do ABC – Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital da Mulher Maria José dos Santos Stein, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

## Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce**

CNPJ 57.571.275/0009-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8.761	8.761	Fornecedores	52.949.066	56.887.837
	<b>8.761</b>	<b>8.761</b>	Obrigações fiscais	17.182.240	17.182.240
			Obrigações sociais e trabalhistas	1.348.076	1.348.076
			Outros passivos	<u>12.600.724</u>	<u>8.404.900</u>
				<b>84.080.106</b>	<b>83.823.053</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	3.844.120	3.844.120	Patrimônio social	(79.970.172)	(79.970.183)
	<b>3.844.120</b>	<b>3.844.120</b>	Superávits (déficits) acumulados	<u>(257.053)</u>	<u>11</u>
				<b>(80.227.225)</b>	<b>(79.970.172)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.852.881</b>	<b>3.852.881</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.852.881</b>	<b>3.852.881</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2022	2021	Nota	Patrimônio social	Déficits (déficits) acumulados	Total
<b>Despesas operacionais</b>						
Administrativas e gerais	(40.788)	-				
Contingências e despesas judiciais	<u>(204.956)</u>	-				
	<b>(245.744)</b>					
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>	<b>(245.744)</b>					
Receitas financeiras	-	11				
Despesas financeiras	<u>(11.309)</u>	-				
	<b>(11.309)</b>	<b>11</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(257.053)</b>	<b>11</b>				
			<b>Saldos em</b>			
			<b>31 de dezembro de 2020</b>	<u>(78.802.305)</u>	<u>(676.754)</u>	<u>(79.479.059)</u>
			Ajuste do exercício anterior	(491.124)	-	(491.124)
			Superávit do exercício	-	11	11
			Incorporação ao patrimônio social	(676.754)	676.754	-
			<b>Saldos em</b>			
			<b>31 de dezembro de 2021</b>	<u>(79.970.183)</u>	<u>11</u>	<u>(79.970.172)</u>
			Déficit do exercício	-	(257.053)	257.053
			Incorporação ao patrimônio social	11	(11)	-
			<b>Saldos em</b>			
			<b>31 de dezembro de 2022</b>	<u>(79.970.172)</u>	<u>(257.053)</u>	<u>(80.227.225)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(257.053)</b>	<b>11</b>
Ajustes do exercício anterior	-	(491.124)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Fornecedores	(3.938.771)	(1.811.480)
Outros passivos	4.195.824	1.837.972
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(464.621)</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>(464.621)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.761	473.382
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.761	8.761
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>(464.621)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis****À**  
**Presidência da**  
**Fundação do ABC – Hospital Municipal Irmã Dulce****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

nial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Irmã Dulce, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Bertioga**

CNPJ 57.571.275/0011-74

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
<b>Não circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Convênios e contratos a receber	5.051.985	5.051.985	Outros passivos	1.669.625	-
	<b>5.051.985</b>	<b>5.051.985</b>		<b>1.669.625</b>	-
			<b>Não circulante</b>		
			Fornecedores	561.945	2.231.570
			Outros passivos	3.120.582	3.120.582
				<b>3.682.527</b>	<b>5.352.152</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social	(300.167)	(300.167)
				<b>(300.167)</b>	<b>(300.167)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.051.985</b>	<b>5.051.985</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.051.985</b>	<b>5.051.985</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Sem movimentação</b>				
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>(300.167)</b>	-	<b>(300.167)</b>
Incorporação ao patrimônio social		-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(300.167)</b>	-	<b>(300.167)</b>
Incorporação ao patrimônio social		-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(300.167)</b>	-	<b>(300.167)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficits) do exercício</b>	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Fornecedores	(1.669.625)	-
Outros passivos	1.669.625	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	-	-
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. O contrato foi encerrado em julho de 2014. Em 2022, a Mantenedora honrou o passivo provisionado junto aos fornecedores. Desta forma, os valores provisionados como "outros passivos" são com a Mantenedora e serão eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

À  
**Presidência da  
Fundação do ABC – Hospital Bertioga**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Bertioga, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-

ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

CNPJ 57.571.275/0013-36

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.193	1.744	Fornecedores	9	33.054.642	31.982.275
Convênios e contratos a receber	5	25.667.693	25.552.673	Obrigações fiscais	10	12.153.568	10.728.382
Estoques	6	1.856.355	1.847.134	Obrigações sociais e trabalhistas	11	143.381.153	143.079.983
Outros créditos	7	4.556.841	2.766.572	Provisões de férias	12	11.515.961	12.091.763
		<b>32.093.082</b>	<b>30.168.123</b>	Outros passivos	13	21.072.814	20.050.726
						<b>221.178.138</b>	<b>217.933.129</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	8	2.079.842	1.945.578	Fornecedores	9	504.590	504.590
		<b>2.079.842</b>	<b>1.945.578</b>	Provisão para contingências	14	17.408.863	23.228.256
						<b>17.913.453</b>	<b>23.732.846</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(209.311.123)	(207.780.353)
				Déficits acumulados		4.392.456	(1.771.921)
						<b>(204.918.667)</b>	<b>(209.552.274)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>34.172.924</b>	<b>32.113.701</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>34.172.924</b>	<b>32.113.701</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Superávit (Déficits) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	211.337.938	200.053.057	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>(207.856.544)</b>	<b>(418.834)</b>	<b>(208.275.378)</b>
Outras receitas		152.174	816.476	Ajuste do exercício anterior		495.025	-	495.025
		<b>211.490.112</b>	<b>200.869.533</b>	Déficit do exercício		-	(1.771.921)	(1.771.921)
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social		(418.834)	418.834	-
Com pessoal		(125.068.310)	(116.402.938)	<b>Saldos em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	16	(13.275.380)	(15.872.359)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>(207.780.353)</b>	<b>(1.771.921)</b>	<b>(209.552.274)</b>
Prestadores de serviços médicos	17	(52.461.916)	(45.207.102)	Ajuste do exercício anterior	15	241.151	-	241.151
Prestadores de serviços de terceiros	18	(10.475.908)	(8.803.691)	Déficit do exercício		-	4.392.456	4.392.456
Administrativas e gerais	19	(4.609.746)	(5.073.938)	Incorporação ao patrimônio social		(1.771.921)	1.771.921	-
Contingências e despesas judiciais	20	(1.069.992)	(9.876.742)	<b>Saldos em</b>				
Bens de terceiros	3 (e)	(23.935)	(449.196)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(209.311.123)</b>	<b>4.392.456</b>	<b>(204.918.667)</b>
		<b>(206.985.187)</b>	<b>(201.685.966)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>4.504.925</b>	<b>(816.433)</b>					
Receitas financeiras	21	719	1.687					
Despesas financeiras	21	(113.188)	(957.175)					
		<b>(112.469)</b>	<b>(955.488)</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>4.392.456</b>	<b>(1.771.921)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>4.392.456</b>	<b>(1.771.921)</b>
Ajustes do exercício anterior	241.151	495.025
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(5.819.393)	(1.000)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	(115.020)	241.150
Estoques	(9.221)	534.055
Outros créditos	(1.790.269)	950.488
Bloqueio judicial	(134.264)	(305.799)
Fornecedores	1.072.367	(4.028.954)
Obrigações fiscais	1.425.186	1.579.913
Obrigações sociais e trabalhistas	301.170	770.840
Provisões de férias	(575.802)	50.326
Outros passivos	1.022.088	1.474.625
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>10.449</b>	<b>(11.252)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.449</b>	<b>(11.252)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.744	12.996
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.193	1.744
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.449</b>	<b>(11.252)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 33.518.307 e R\$ 31.195.987, respectivamente.

### (vi) Complexo de Saúde de Mauá - COSAM

O Complexo de Saúde de Mauá - COSAM é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0013-36, com sede na Rua Regente Feijó, nº 166, no bairro Vila Bocaina, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo.

Em 27 de fevereiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 01/2015 – Processo nº 8020/14 entre a Prefeitura do Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução das atividades de prestação de serviço de saúde e ensino em saúde sob gestão municipal, em caráter complementar e integrado a Secretaria de Saúde de Mauá, a partir dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e das estratégias de gestão. Os serviços prestados são desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais e legais previstas para o Sistema Único de Saúde, sendo atendimentos realizados à população obrigatoriamente gratuitos, em caráter 100% público. O prazo de vigência

do contrato é de doze meses, a iniciar em 1 de março de 2015, podendo ser prorrogado até o alcance de seu prazo maior, limitado a 60 meses.

A gestão do Complexo de Saúde de Mauá (COSAM) feita via Organização Social de Saúde possibilita maior facilidade administrativa e maior agilidade em muitas ações consideradas burocráticas quando geridas diretamente pelo poder público.

A partir do COSAM, a Fundação passou a responder pela gestão clínica e administrativa do Nardini, das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do município. Também fazem parte do contrato de gestão o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Álcool e Drogas, Centro de Atenção Psicossocial Adulto III Primavera, CAPS Infanto-juvenil, Centro de Especialidades Médicas de Mauá (CEMMA), Centro Especializado em Reabilitação (CER-IV), Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente (CRSMCA), Centro de Referência em Saúde – HIV/DST, República Terapêutica Infanto-juvenil, Residência Terapêutica I e II, Consultório de Rua, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Reabilitação Dr. Jaime Souza, Complexo Municipal de Regulação e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Em 7 de abril de 2022 foi celebrado o Termo Aditivo ao Plano Operacional ao Termo de Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de adotar as providências legais para a locação de imóvel comercial destinado ao abrigamento do CAPS Adulto, em prol do município de Mauá-SP, pela vigência de 36 meses.

Em 25 de agosto de 2022 foi celebrado o Aditamento ao Acordo Judicial, homologado em 28 de agosto de 2020, nos autos da Ação Civil Pública, processo nº 1006869-24.2019.8.26.0348 entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, com objeto de prorrogar o período da sua vigência por mais 24 meses.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o

ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

##### (d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	983	1.729
Banco conta movimento	-	9
Aplicações financeiras	11.210	6
	<b>12.193</b>	<b>1.744</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mauá.

### 6 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	938.427	1.028.473
Material médico hospitalar	675.078	672.912
Material de limpeza e higiene	55.695	42.816
Material de manutenção	187.155	102.867
Outros materiais	-	66
	<b>1.856.355</b>	<b>1.847.134</b>

### 7 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, aos recursos transferidos para outras filiais em decorrência do reembolso do bloqueio judicial ocorrido em suas contas bancárias.

### 8 Bloqueio judicial

Compreende aos valores bloqueados das contas bancárias mantidas pela entidade, em decorrência dos processos judiciais em andamento.

### 9 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

### 10 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	7.892.662	6.833.796
INSS retido de serviços a recolher	1.643.634	1.606.205
IRRF retido de serviços a recolher	2.425.646	2.096.755
ISS a recolher	191.626	191.626
	<b>12.153.568</b>	<b>10.728.382</b>

### 11 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	5.378.790	5.255.988
Rescisões a pagar	578.468	525.933
IRRF a recolher	107.911.497	107.892.686
FGTS a recolher	28.414.404	28.353.295
INSS sobre autônomos a recolher	556.777	526.453
Empréstimo consignado a pagar	366.350	353.277
Outros	174.867	172.351
	<b>143.381.153</b>	<b>143.079.983</b>

### 12 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 13 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 14 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	12.029.090	16.665.928
Cível	5.379.773	6.562.328
	<b>17.408.863</b>	<b>23.228.256</b>

#### 15 Ajustes do exercício anterior

Referem-se, substancialmente, ao estorno dos valores contabilizados incorretamente nos períodos anteriores.

#### 16 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	5.991.610	7.209.754
Material médico hospitalar	5.378.061	6.567.649
Órtese e prótese	573.848	644.781
Gases industriais e medicinais	562.495	700.919
Dieta enteral e parenteral	521.534	479.088
Material de limpeza e higiene	242.825	248.822
Outros materiais	5.007	21.346
	<b>13.275.380</b>	<b>15.872.359</b>

#### 17 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 18 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de informática	721.155	610.911
Serviços de refeitório	6.557.639	5.519.957
Locação de veículos e equipamentos	817.804	389.726
Serviços de lavanderia hospitalar	808.576	881.952
Serviços de manutenção de equipamentos	68.865	82.112
Serviços administrativos	1.467.225	1.284.846
Serviços de motorista	11.001	13.922
Outros serviços	23.643	20.265
	<b>10.475.908</b>	<b>8.803.691</b>

#### 19 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	84.159	1.151.726
Material de conservação e reparo	241.412	242.458
Material de consumo administrativo	240.169	254.686
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.617.997	2.943.981
Seguros patrimoniais	49.000	
Outras despesas	377.009	481.087
	<b>4.609.746</b>	<b>5.073.938</b>

#### 20 Contingências e despesas judiciais

Compreende basicamente a constituição do saldo da provisão para contingência trabalhista e cível, conforme o relatório do departamento jurídico que patrocina tais processos.

#### 21 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	719	1.627
Outras receitas financeiras	-	60
	719	1.687
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(23.623)	(23.111)
Juros financeiros	(128)	(11)
Juros e multas de mora	(89.437)	(934.053)
	<b>(113.188)</b>	<b>(957.175)</b>

#### 22 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo de Saúde de Mauá - COSAM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

#### 23 Evento subsequente

Em 25 de janeiro de 2023 foi celebrado o Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC,

com o objeto: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helena Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de Mauá - COSAM**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo de Saúde de Mauá - COSAM, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase – evento subsequente

Conforme nota explicativa nº 23, em 25 de janeiro de 2023 foi celebrado o Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Município de Mauá e a Fundação do ABC, com o objeto: (i) dispor os termos para manutenção dos serviços executados pela Fundação do ABC pelo prazo de 72 meses, a fim de possibilitar a continuidade dos serviços, bem como o pagamento da dívida apurada pela auditoria contábil da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; (ii) estabelecer as premissas, obrigações, condições de execução e plano operativo; (iii) estabelecer e garantir os valores a serem repassados pelo Município de Mauá à Fundação do ABC, necessários para a execução das atividades, mediante cronograma de desembolso; e (iv) estabelecer as premissas e garantir o pagamento da dívida do Município de Mauá apurada pela Auditoria, por meio do Plano de Pagamento da Dívida Apurada.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0014-17

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	70.111	66.838	Fornecedores	7	25.689.817	23.894.604
Convênios e contratos a receber	5	8.532.205	15.607.155	Obrigações fiscais	8	2.828.339	2.849.652
Estoques	6	4.440.994	5.601.283	Obrigações sociais e trabalhistas	9	12.402.964	15.504.528
Outros créditos		553	21.846	Provisões de férias	10	14.698.894	15.447.122
		<b>13.043.863</b>	<b>21.297.122</b>	Outros passivos		731.722	179.646
						<b>56.351.736</b>	<b>57.875.552</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial		487.395	-	Fornecedores	7	457.537	-
		<b>487.395</b>	-	Provisão para contingências	11	2.414.530	3.536.575
						<b>2.872.067</b>	<b>3.536.575</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(38.213.386)	(43.769.658)
				Superávits (déficits) acumulados		(7.479.159)	3.654.653
						<b>(45.692.545)</b>	<b>(40.115.005)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>13.531.257</b>	<b>21.297.122</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>13.531.257</b>	<b>21.297.122</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	360.515.735	372.316.577	<b>31 de dezembro de 2020</b>		(12.083.014)	(31.686.644)	(43.769.658)
		<b>360.515.735</b>	<b>372.316.577</b>	Superávit do exercício		-	3.654.653	3.654.653
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social		(31.686.644)	31.686.644	-
Com pessoal		(171.354.979)	(176.322.110)	<b>SalDOS em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(37.161.636)	(38.044.355)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		(43.769.658)	3.654.653	(40.115.005)
Prestadores de serviços médicos	14	(108.940.035)	(101.858.315)	Ajuste do exercício anterior	12	1.901.619	-	1.901.619
Prestadores de serviços de terceiros	15	(39.373.484)	(38.958.694)	Superávit do exercício		-	(7.479.159)	(7.479.159)
Administrativas e gerais	16	(9.327.878)	(7.979.469)	Incorporação ao patrimônio social		3.654.653	(3.654.653)	-
Atividades acadêmicas		(473.431)	(390.010)	<b>SalDOS em</b>				
Contingências e despesas judiciais		(58.911)	(3.206.894)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		(38.213.386)	(7.479.159)	(45.692.545)
Bens de terceiros	3 (e)	(1.269.260)	(1.400.623)					
		<b>(367.959.614)</b>	<b>(368.160.470)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(7.443.879)</b>	<b>4.156.107</b>					
Receitas financeiras	17	195.874	1.361					
Despesas financeiras	17	(231.154)	(502.815)					
		<b>(35.280)</b>	<b>(501.454)</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(7.479.159)</b>	<b>3.654.653</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(7.479.159)</b>	<b>3.654.653</b>
Ajuste do exercício anterior	1.901.619	-
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(1.122.045)	1.842.189
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	7.074.950	(15.607.155)
Estoques	1.160.289	240.531
Outros créditos	21.293	10.825
Bloqueio judicial	(487.395)	-
Fornecedores	2.252.750	7.297.189
Obrigações fiscais	(21.313)	642.700
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.101.564)	698.599
Provisões de férias	(748.228)	1.202.871
Outros passivos	552.076	15.868
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>3.273</b>	<b>(1.730)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.273</b>	<b>(1.730)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.838	68.568
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70.111	66.838
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.273</b>	<b>(1.730)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 45.923.134 e R\$ 47.254.325, respectivamente.

### (vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

O Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de abril de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0014-17, com sede na Rua do Níquel, nº 251, no bairro Prosperidade, na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Em 2 de maio de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 88/2019 – Processo nº 11332/2017 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tem por objeto a conjunção de esforços, considerados os objetivos comuns, visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da Rede Hospitalar e Ambulatorial de São Caetano do Sul, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e as diretrizes da SE-SAUD. O prazo de vigência do Contrato de Gestão é de sessenta meses, contados a partir da data da assinatura. Em 15 de março de 2022 foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de

Gestão nº 088/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto a prorrogação dos seguintes Planos de Trabalho: (i) ações de saúde a serem prestadas, em caráter extraordinário, para tratamento, controle e monitoramento epidemiológico da pandemia de covid-19; (ii) serviço especializado de diagnóstico por imagem; e (iii) adequação predial de segurança de combate ao incêndio do Complexo Hospitalar de Clínicas; e repactuação do valor do contrato.

Foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 088/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto incluir no Contrato de Gestão a implantação e operacionalização do programa "Pró Saúde Fila Zero", destinado ao enfrentamento e resolução da demanda reprimida gerada pelas medidas de contenção e enfrentamento da pandemia da Covid-19, especialmente a suspensão de procedimentos e consultas eletivas em razão da necessidade de ampliação dos leitos de isolamento, em conformidade com os anexos técnicos.

Em 28 de dezembro de 2022 foi celebrado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 088/2019 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e a Fundação do ABC, tem por objeto incluir no Contrato de Gestão a execução do plano diretor e projeto de investimentos do Complexo Hospitalar de Clínicas, visando a implantação de leitos cardiológicos de terapia intensiva e intermediária, bem como atualizar o Plano de Trabalho com a incorporação da Unidade Básica de Saúde Animal, CISE Fundação e Atenção Fácil Saúde, conforme especificado nos anexos técnicos.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos ini-

cialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

##### (d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	574	1.471
Aplicações financeiras	69.537	65.367
	<b>70.111</b>	<b>66.838</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente

conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Convênios e contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por meio do Contrato de Gestão nº 88/2019 e seus aditivos.

#### 6 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	2.366.172	3.220.738
Material médico hospitalar	2.074.822	2.380.545
	<b>4.440.994</b>	<b>5.601.283</b>

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	1.240.126	1.195.853
INSS retido de serviços a recolher	1.102.651	1.148.983
IRRF retido de serviços a recolher	363.884	362.228
ISS a recolher	121.678	142.588
	<b>2.828.339</b>	<b>2.849.652</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	7.229.559	8.140.351
Rescisões a pagar	23.586	145.990
IRRF a recolher	1.964.843	3.394.881
FGTS a recolher	1.236.350	1.328.595
INSS sobre autônomos a recolher	840.385	946.321
Empréstimo consignado a pagar	555.682	534.382
Outros	552.559	1.014.008
	<b>12.402.964</b>	<b>15.504.528</b>

#### 10 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	2.393.580	2.122.748
Cível	20.950	1.413.827
	<b>2.414.530</b>	<b>3.536.575</b>

#### 12 Ajuste dos exercícios anteriores

Referem-se, substancialmente, às baixas de passivo que estava vinculado a recebíveis que não serão realizados.

#### 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	20.382.864	20.750.105
Material médico hospitalar	14.905.441	15.711.673
Gases industriais e medicinais	609.563	1.079.705
Dieta enteral e parenteral	1.261.240	479.808
Material de limpeza e higiene	5	6
Outros materiais	2.523	23.058
	<b>37.161.636</b>	<b>38.044.355</b>

#### 14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	14.321.768	17.016.646
Serviços de informática	104.595	101.585
Serviços de vigilância	4.716.421	4.886.337
Serviços de manutenção predial	6.827.820	4.299.099
Serviços de refeitório	-	121.730
Locação de veículos e equipamentos	696.708	160.486
Serviços de lavanderia hospitalar	2.926.861	3.112.345
Serviços de manutenção de equipamentos	4.680.695	3.993.305
Serviços administrativos	1.697.717	1.492.733
Serviços de motorista	1.385	4.770
Outros serviços	3.399.514	3.769.658
	<b>39.373.484</b>	<b>38.958.694</b>

## 16 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	8.192.468	7.059.493
Material de conservação e reparo	242.337	152.382
Material de consumo administrativo	650.224	667.148
Utilidade pública (água, luz, telefone)	62.641	39.013
Seguros patrimoniais	366	-
Outras despesas	179.842	61.433
	<b>9.327.878</b>	<b>7.979.469</b>

## 17 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	195.874	1.361
	<b>195.874</b>	<b>1.361</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(16.431)	(13.490)
Juros e multas de mora	(214.723)	(489.325)
	<b>(231.154)</b>	<b>(502.815)</b>

## 18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À Presidência da Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal Central de Osasco**

CNPJ 57.571.275/0021-46

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Convênios e contratos a receber	23.207.075	23.207.075	Fornecedores	6.425.721	8.398.683
	<b>23.207.075</b>	<b>23.207.075</b>	Obrigações fiscais	453.045	453.045
			Obrigações sociais e trabalhistas	3.653.618	7.086.803
			Outros passivos	19.702.428	13.747.735
				<b>30.234.812</b>	<b>29.686.266</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social	(6.479.191)	(6.479.191)
			Déficit acumulado	(548.546)	-
				<b>(7.027.737)</b>	<b>(6.479.191)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>23.207.075</b>	<b>23.207.075</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>23.207.075</b>	<b>23.207.075</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	2022	2021	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>			<b>Saldos em</b>			
Outras receitas	4.491	-	31 de dezembro de 2020	(3.444.653)	-	(3.444.653)
	<b>4.491</b>	-				
<b>Despesas operacionais</b>			Ajuste do exercício anterior	(3.034.538)	-	(3.034.538)
Com pessoal	(44.577)	-	<b>Saldos em</b>			
Administrativas e gerais	(122.592)	-	31 de dezembro de 2021	(6.479.191)	-	(6.479.191)
Contingências e despesas judiciais	(35.594)	-				
	<b>(202.763)</b>	-	Déficits do exercício	-	(548.546)	(548.546)
<b>Déficits antes do resultado financeiro</b>	<b>(198.272)</b>	-	<b>Saldos em</b>			
Receitas financeiras	-	-	31 de dezembro de 2022	(6.479.191)	(548.546)	(7.027.737)
Despesas financeiras	(350.274)	-				
	<b>(350.274)</b>	-				
<b>Déficits do exercício</b>	<b>(548.546)</b>	-				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(548.546)</b>	-
Ajustes do exercício anterior	-	(3.034.538)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Fornecedores	(1.972.962)	(3.089.557)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.433.185)	(2.057.828)
Outros passivos	5.954.693	8.181.923
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

O contrato foi encerrado em julho de 2017.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**À**  
**Presidência da**  
**Fundação do ABC – Hospital Municipal Central de Osasco**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, as quais compreendem o balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Municipal Central de Osasco, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstra-

ções contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Unity Auditores Independentes  
CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura  
Contador CRC 1SP200894/O-0

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

CNPJ 57.571.275/0023-08

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.584.555	3.080.909	Fornecedores	7	3.526.513	3.882.920
Estoques	5	539.834	487.712	Obrigações fiscais	8	356.983	251.707
Outros créditos		46.913	29.148	Obrigações sociais e trabalhistas	9	6.392.403	4.847.275
		<u>9.171.302</u>	<u>3.597.769</u>	Provisões de férias	10	17.058.386	13.517.973
				Outros passivos		688.799	29.218
						<u>28.023.084</u>	<u>22.529.093</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	4.916.315	7.709.225	Provisão para contingências	11	637.326	1.227.789
		<u>4.916.315</u>	<u>7.709.225</u>			<u>637.326</u>	<u>1.227.789</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(12.449.888)	(4.330.909)
				Déficits acumulados		<u>(2.122.905)</u>	<u>(8.118.979)</u>
						<u>(14.572.793)</u>	<u>(12.449.888)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>14.087.617</u>	<u>11.306.994</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>14.087.617</u>	<u>11.306.994</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	236.776.778	211.501.216	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<u>1.875.481</u>	<u>(6.206.390)</u>	<u>(4.330.909)</u>
Outras receitas		7.038	2.110	Déficit do exercício		-	(8.118.979)	(8.118.979)
		<u>236.783.816</u>	<u>211.503.326</u>	Incorporação ao patrimônio social		(6.206.390)	6.206.390	-
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Com pessoal		(188.035.229)	(158.350.011)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<u>(4.330.909)</u>	<u>(8.118.979)</u>	<u>(12.449.888)</u>
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(3.050.243)	(3.333.483)	Déficit do exercício		-	(2.122.905)	(2.122.905)
Prestadores de serviços médicos	13	(23.805.882)	(35.748.606)	Incorporação ao patrimônio social		(8.118.979)	8.118.979	-
Prestadores de serviços de terceiros	14	(20.575.727)	(18.654.182)	<b>Saldos em</b>				
Administrativas e gerais	15	(2.983.805)	(2.793.985)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<u>(12.449.888)</u>	<u>(2.122.905)</u>	<u>(14.572.793)</u>
Atividades acadêmicas		(466)	(445)	Déficit do exercício		-	(2.122.905)	(2.122.905)
Contingências e despesas judiciais		(68.957)	(933.837)	Incorporação ao patrimônio social		(8.118.979)	8.118.979	-
Bens de terceiros	3 (e)	(1.424.028)	232.965)	<b>Saldos em</b>				
		<u>(239.944.337)</u>	<u>(220.047.514)</u>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<u>(12.449.888)</u>	<u>(2.122.905)</u>	<u>(14.572.793)</u>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>(3.160.521)</u>	<u>(8.544.188)</u>					
Receitas financeiras	16	1.107.995	483.112					
Despesas financeiras	16	(70.379)	(57.903)					
		<u>1.037.616</u>	<u>425.209</u>					
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(2.122.905)</u>	<u>(8.118.979)</u>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<u>(2.122.905)</u>	<u>(8.118.979)</u>
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(590.463)	794.274
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	-	5.169.992
Estoques	(52.122)	88.163
Outros créditos	(17.765)	(1)
Bloqueio judicial	2.792.910	(5.164.700)
Fornecedores	(356.407)	1.670.383
Obrigações fiscais	105.276	13.270
Obrigações sociais e trabalhistas	1.545.128	(6.999.927)
Provisões de férias	3.540.413	654.147
Outros passivos	659.581	(1)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<u>5.503.646</u>	<u>(11.893.379)</u>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.503.646</u>	<u>(11.893.379)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.080.909	14.974.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.584.555	3.080.909
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5.503.646</u>	<u>(11.893.379)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 50.393.441 e R\$ 42.437.803, respectivamente.

### (vi) Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus

A Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0023-08, com sede na Rua Bandeira de Aracambi, nº 704, no bairro Jardim Rodolfo Pirani, na cidade São Paulo, no estado de São Paulo.

Em 13 de agosto de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 009/2014-SMSNTCSS – Processo nº 2014-0.337.134-9 entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, tem por objetivo o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde de São Mateus.

O Contrato de Gestão contempla outros serviços e ações, como o primeiro CENALAC (Centro de Coleta de Leite Humano) vinculado a uma unidade de saúde – ação inovadora dentro do município de São Paulo. A iniciativa garante que o estoque do banco de leite permaneça constantemente abastecido, permitindo a nutrição dos recém-nascidos prematuros e com patologias graves até o maior ganho de peso.

Outros destaques são a atenção psicossocial reforçada através de 3 polos e 6 minipolos de saúde mental nas unidades; utilização de práticas integrativas e complementares em todas as unidades, ofertando diversos tratamentos e atividades para a população; e o PAVS (Programa Ambientes Verdes e Saudáveis), que proporciona a interface dos equipamentos de saúde com o meio ambiente, contribuindo para um olhar mais ampliado do território.

A Atenção Básica fortalecida em parte do território com as equipes da Estratégia de Saúde da Família e os Núcleos de Atenção à Saúde da Família têm produzido cuidado e vínculos com a comunidade.

A Atenção Especializada do Hospital Dia da Rede Hora Certa reforça a rede de atenção na região.

O acesso a serviços específicos como o PAI (Programa de Acompanhante de Idosos), CER (Centro Especializado em Reabilitação) e EMAD (Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar) completam o trabalho em rede desenvolvido na região. Por meio desses serviços, pacientes acamados ou portadores de doenças específicas têm acesso ao SUS no atendimento de suas necessidades.

Durante o exercício de 2022 foram celebrados diversos Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº R009/2015 entre a Coordenadoria Regional de Saúde Leste da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Fundação do ABC, com objetivo de aprovação do Plano de Trabalho e Plano Orçamentário para o exercício 2022, de aprovação do Plano de Trabalho e Plano de Trabalho referente as ações de contingenciamento no combate à pandemia decorrente do Coronavírus, plano de trabalho e plano orçamentário para ajuste do piso salarial dos agentes comunitários de saúde, dos acompanhantes de pessoas com deficiência, acompanhantes da pessoa idosa e agente de promoção ambiental, aquisição de exames RT PCR Covid-19, aquisição de material permanente, acréscimo de recursos de investimento por emenda parlamentar para ampliação, reforma e adequação para a UBS Jardim Paraguacú, para aquisição de aparelho de eletrocardiograma para as unidades UBS CDHU Palanque, UBS Jardim Paraguacú, UBS Jardim da Conquista I e PA São Mateus, aprovação do plano orçamentário de investimento para aquisição de equipamentos através do investimento do projeto de intervenção local – CER Jardim Tietê II, e aprovação do plano de trabalho e orçamentário para adequação das salas de odontologia.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

##### (d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	10	-
Banco conta movimento	168	41
Aplicações financeiras	8.584.377	3.080.868
	<b>8.584.555</b>	<b>3.080.909</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	306.641	280.971
Material médico hospitalar	200.035	188.751
Material de limpeza e higiene	552	740
Material de manutenção	32.606	17.250
	<b>539.834</b>	<b>487.712</b>

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	135.790	88.136
INSS retido de serviços a recolher	169.737	120.937
IRRF retido de serviços a recolher	34.093	24.796
ISS a recolher	17.363	17.838
	<b>356.983</b>	<b>251.707</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Rescisões a pagar	11.538	76.946
IRRF a recolher	2.892.011	2.317.654
FGTS a recolher	1.475.584	1.215.030
INSS sobre autônomos a recolher	833.735	741.139
Empréstimo consignado a pagar	614.014	491.860
Outros	565.521	4.646
	<b>6.392.403</b>	<b>4.847.275</b>

#### 10 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	471.980	1.210.404
Cível	165.346	17.385
	<b>637.326</b>	<b>1.227.789</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	1.293.944	979.629
Material médico hospitalar	1.008.129	1.667.547
Material de laboratório	1.170	71.951
Gases industriais e medicinais	55.698	84.074
Dieta enteral e parenteral	220.789	158.940
Material de limpeza e higiene	24.145	-
Outros materiais	446.368	371.342
	<b>3.050.243</b>	<b>3.333.483</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	6.021.746	5.310.532
Serviços de informática	583.153	492.763
Serviços de vigilância	4.072.315	3.650.768
Serviços de manutenção predial	1.526.804	1.442.751
Serviços de refeitório	129.480	109.999
Locação de veículos e equipamentos	4.743.558	4.790.164
Serviços de lavanderia hospitalar	171.901	170.404
Serviços de manutenção de equipamentos	1.075.682	908.742
Serviços administrativos	1.142.819	809.831
Serviços de motorista	102.181	93.140
Serviços de portaria	423.925	498.361
Outros serviços	582.163	376.727
	<b>20.575.727</b>	<b>18.654.182</b>

## 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	2.436	5.934
Material de conservação e reparo	148.328	132.301
Material de consumo administrativo	987.749	793.911
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.842.023	1.332.149
Seguros patrimoniais	297	438
Outras despesas	2.972	529.252
	<b>2.983.805</b>	<b>2.793.985</b>

## 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.107.995	483.112
	<b>1.107.995</b>	<b>483.112</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(69.100)	(57.365)
Juros e multas de mora	(1.279)	(538)
	<b>(70.379)</b>	<b>(57.903)</b>

## 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Rede Assistencial da Supervisão  
Técnica de Saúde - São Mateus**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde - São Mateus, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsá-

vel pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0022-27

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.271.347	747.667	Fornecedores	6	598.316	647.654
Estoques	5	<u>81.629</u>	<u>81.696</u>	Obrigações fiscais	7	29.403	43.145
		<b>2.352.976</b>	<b>829.363</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	829.519	718.092
				Provisões de férias	9	674.374	533.690
				Outros passivos	10	<u>86.075</u>	<u>106.733</u>
						<b>2.217.687</b>	<b>2.049.314</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial		<u>3.364</u>	<u>3.364</u>	Provisão para contingências	11	<u>10.615</u>	<u>179.136</u>
		<b>3.364</b>	<b>3.364</b>			<b>10.615</b>	<b>179.136</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(1.395.723)	(559.731)
				Déficits acumulados		1.523.761	(835.992)
						<b>128.038</b>	<b>(1.395.723)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.356.340</b>	<b>832.727</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.356.340</b>	<b>832.727</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	15.386.480	12.169.940	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>999.476</b>	<b>(1.559.218)</b>	<b>(559.742)</b>
Outras receitas		-	10	Ajuste do exercício anterior	11	-	-	11
		<b>15.386.480</b>	<b>12.169.950</b>	Déficit do exercício		-	(835.992)	(835.992)
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	(1.559.218)	1.559.218	1.559.218	-
Com pessoal		(6.631.320)	(5.732.195)	<b>SalDOS em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(505.447)	(396.513)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>(559.731)</b>	<b>(835.992)</b>	<b>(1.395.723)</b>
Prestadores de serviços médicos	13	(4.186.019)	(4.681.506)	Superávit do exercício		-	1.523.761	1.523.761
Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.873.651)	(2.141.958)	Incorporação ao patrimônio social	(835.992)	(835.992)	835.992	-
Administrativas e gerais	15	(710.373)	(746.546)	<b>SalDOS em</b>				
Contingências e despesas judiciais		(640)	(49.823)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(1.395.723)</b>	<b>1.523.761</b>	<b>128.038</b>
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(2.135)</u>	<u>(13.748.541)</u>					
		<b>(13.909.585)</b>	<b>(13.748.541)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>1.476.895</b>	<b>(1.578.591)</b>					
Receitas financeiras	16	53.477	27.097					
Despesas financeiras	16	<u>(6.611)</u>	<u>(7.724)</u>					
		<b>46.866</b>	<b>19.373</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>1.523.761</b>	<b>(1.559.218)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>1.523.761</b>	<b>(835.992)</b>
Ajustes do exercício anterior	-	11
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(168.521)	129.493
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	67	(21.926)
Outros créditos	-	40.592
Bloqueio judicial	-	21.683
Fornecedores	(49.338)	476.087
Obrigações fiscais	(13.742)	207
Obrigações sociais e trabalhistas	111.427	135.502
Provisões de férias	140.684	89.645
Outros passivos	(20.658)	(171.458)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>1.523.680</b>	<b>(136.156)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.523.680</b>	<b>(136.156)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	747.667	883.823
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.271.347</u>	<u>747.667</u>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.523.680</b>	<b>(136.156)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.777.194 e R\$ 1.536.228, respectivamente.

### (vi) UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes

Em 1 de outubro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 90 – Processo nº 13076/2020 – Chamamento Público nº 009/20 – SMS entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a operacionalização, o gerenciamento e a execução das atividades e dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – Porte I – 24 horas – Rodeio – "Dr. Manoel Masette Salgado", assegurando assistência universal e gratuita à população. O prazo de vigência é de 36 meses, iniciando em 1 de outubro de 2020, podendo ser renovado, após demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes.

Em 18 de dezembro de 2020 foi celebrado o Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 90 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de inclusão de 1,81% sobre o valor do Contrato de Gestão nº 90, em virtude de restituição de provisionamento

trabalhista de serviços executados no período de vigência do Contrato de Gestão nº 74/2015, onde à época, a Organização Social anuiu e recebeu a sub-rogação total com direitos e obrigações trabalhistas do Contrato de Gestão nº 74/2015.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	2.271.347	747.667
	<b>2.271.347</b>	<b>747.667</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicação em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	41.902	47.593
Material médico hospitalar	17.977	17.054
Material de manutenção	21.750	17.049
	<b>81.629</b>	<b>81.696</b>

### 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

### 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	19.188	24.020
INSS retido de serviços a recolher	4.409	9.652
IRRF retido de serviços a recolher	4.739	5.692
ISS a recolher	1.067	3.781
	<b>29.403</b>	<b>43.145</b>

### 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	292.840	287.476
IRRF a recolher	45.628	34.061
FGTS a recolher	440.333	339.094
INSS sobre autônomos a recolher	36.839	41.154
Empréstimo consignado a pagar	849	849
Outros	13.030	15.459
	<b>829.519</b>	<b>718.092</b>

### 9 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	10.615	179.136
	<b>10.615</b>	<b>179.136</b>

### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	339.774	407.527
Material médico hospitalar	83.899	136.470
Dieta enteral e parenteral	76.163	55.520
Material de limpeza e higiene	680	477
Outros materiais	4.931	2.528
	<b>505.447</b>	<b>602.522</b>

### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	682.184	624.620
Serviços de manutenção predial	76.369	129.631
Serviços de refeitório	-	246
Locação de veículos e equipamentos	138.400	133.200
Serviços de lavanderia hospitalar	83.117	97.445
Serviços de manutenção de equipamentos	50.008	34.852
Serviços administrativos	28.748	20.244
Serviços de motorista	205.973	242.311
Serviços de portaria	603.303	599.677
Outros serviços	5.549	9.912
	<b>1.873.651</b>	<b>1.892.138</b>

### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	-	10.060
Material de conservação e reparo	13.119	1.960
Material de consumo administrativo	81.037	74.401
Utilidade pública (água, luz, telefone)	30.180	20.156
Seguros patrimoniais	4.939	4.592
Outras despesas	581.098	586.619
	<b>710.373</b>	<b>697.788</b>

## 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	53.477	28.457
	<b>53.477</b>	<b>28.457</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(6.611)	(7.113)
	<b>(6.611)</b>	<b>(7.113)</b>

## 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da**

**Fundação do ABC – UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA Rodeio 24h - Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstra-

ções contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.



## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 863.318 e R\$ 2.494.387, respectivamente.

### (vi) UPA 24h Central Santos

A UPA 24h Central Santos é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2016, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0024-99, com sede na Rua Joaquim Távora, nº 256, no bairro Vila Mathias, na cidade de Santos, no estado de São Paulo.

Em 21 de setembro de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 538/2015 – Processo nº 11168/2015-37 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços da Unidade Pronto-Atendimento Central (UPA CENTRAL) – tipo III, da Secretaria Municipal de Saúde, com a utilização de profissionais correlatos e auxiliares necessários ao atendimento ao público e sua organização, a fim de realizar atendimentos de urgência e emergência em geral, adultos e pediátrico, envolvendo acolhimento, classificação de riscos e procedimentos médicos, tais como investigação diagnóstica e tratamento por um período de no máximo 24 (vinte e quatro) horas; e ainda serviços de apoio, diagnóstico e terapêutico (SADT), mediante a realização de exames complemen-

tares necessários para o diagnóstico ou à coleta de materiais, e realização de procedimentos terapêuticos imediatos necessários no atendimento da emergência e estabilização do paciente, bem como seu encaminhamento às Unidades Hospitalares de maior complexidade, sendo o caso.

Em 7 de julho de 2021 foi celebrado o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 538/2015 entre a Prefeitura de Santos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, tendo como objeto acrescentar mais três parcelas de repasse, a bem do interesse da coletividade, em face da pandemia do Covid-19. E, o presente aditamento ratifica a vigência de seis meses, a partir de 21 de março de 2021, por meio do sexto aditamento.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	-	223.991
Aplicações financeiras	-	1.899.992
	-	<b>2.123.983</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

### 6 Ajustes dos exercícios anteriores

Referem-se a baixa da provisão contábil da multa de 40% do FGTS e provisão de férias devido ao encerramento do contrato.

### 7 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	304.544	2.047.265
Material médico hospitalar	252.465	1.030.473
Gases industriais e medicinais	17.763	177.930
Material de limpeza e higiene	12.754	4.067
Outros materiais	22.690	75.869
	<b>610.216</b>	<b>3.335.604</b>

### 8 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

### 9 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	194.688	1.253.589
Serviços de manutenção predial	15.439	168.707
Locação de veículos e equipamentos	40.313	195.021
Serviços de lavanderia hospitalar	54.867	328.299
Serviços de manutenção de equipamentos	99.975	322.012
Serviços administrativos	10	1.438
Serviços de motorista	66.028	354.350
Serviços de portaria	126.656	528.723
Outros serviços	723	3.530
	<b>598.699</b>	<b>3.155.669</b>

### 10 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	45.028	533.477
Material de conservação e reparo	1.005	4.510
Material de consumo administrativo	52.597	75.789
Utilidade pública (água, luz, telefone)	87.563	366.177
Outras despesas	103.727	706.330
	<b>289.920</b>	<b>1.686.283</b>

### 11 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	69.372	42.857
	69.372	42.857
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.148)	(16.375)
Juros financeiros	(1)	(51)
	<b>(1.149)</b>	<b>(16.426)</b>

### 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial UPA 24h Central Santos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – UPA 24h Central Santos**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - UPA 24h Central Santos, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos

relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstân-

cias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Mogi das Cruzes II

CNPJ 57.571.275/0026-50

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.623.894	822.885	Fornecedores	6	1.510.798	1.334.605
Convênios e contratos a receber	5	-	337.285	Obrigações fiscais	7	90.059	54.927
		<b>2.623.894</b>	<b>1.160.170</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	1.205.610	999.028
				Provisões de férias	9	761.781	614.563
				Outros passivos		110.541	121.456
						<b>3.678.789</b>	<b>3.124.579</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial		11.006	11.006	Provisão para contingências	10	-	21.305
		<b>11.006</b>	<b>11.006</b>			-	<b>21.305</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(1.974.708)	(320.794)
				Superávits (déficits) acumulados		930.819	(1.653.914)
						<b>(1.043.889)</b>	<b>(1.974.708)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.634.900</b>	<b>1.171.176</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.634.900</b>	<b>1.171.176</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Contrato de gestão - Municipal	1 (vi)	28.981.561	13.388.936	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.797.573</b>	<b>(2.118.391)</b>	<b>(320.818)</b>
RepasseS COVID-19		-	6.506.498	Ajuste do exercício anterior	24	-	-	24
Outras receitas		-	52.197	Déficit do exercício		-	(1.653.914)	(1.653.914)
		<b>28.981.561</b>	<b>19.947.631</b>	Incorporação ao patrimônio social	(2.118.391)	2.118.391	-	-
<b>Despesas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Com pessoal		(10.755.271)	(8.567.007)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>(320.794)</b>	<b>(1.653.914)</b>	<b>(1.974.708)</b>
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(594.606)	(437.106)	Superávit do exercício		-	930.819	930.819
Prestadores de serviços médicos	12	(13.974.230)	(10.625.628)	Incorporação ao patrimônio social	(1.653.914)	1.653.914	-	-
Prestadores de serviços de terceiros	13	(1.876.711)	(1.285.093)	<b>SalDOS em</b>				
Administrativas e gerais	14	(929.096)	(674.786)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(1.974.708)</b>	<b>930.819</b>	<b>(1.043.889)</b>
Contingências e despesas judiciais		(380)	(12.145)					
Bens de terceiros	3 (c)	(123.139)	(5.975)					
		<b>(28.253.433)</b>	<b>(21.607.740)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>728.128</b>	<b>(1.660.109)</b>					
Receitas financeiras	15	218.382	20.929					
Despesas financeiras	15	(15.691)	(14.734)					
		<b>202.691</b>	<b>6.195</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>930.819</b>	<b>(1.653.914)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>930.819</b>	<b>(1.653.914)</b>
Ajustes do exercício anterior	-	24
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(21.305)	11.745
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	337.285	(337.285)
Outros créditos	-	2
Bloqueio judicial	-	17.383
Fornecedores	176.193	1.201.058
Obrigações fiscais	35.132	1.582
Obrigações sociais e trabalhistas	206.582	184.205
Provisões de férias	147.218	88.242
Outros passivos	(10.915)	23.229
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>1.801.009</b>	<b>(463.729)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.801.009</b>	<b>(463.729)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	822.885	1.286.614
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.623.894	822.885
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.801.009</b>	<b>(463.729)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 2.882.413 e R\$ 2.295.958, respectivamente.

### (vi) Mogi das Cruzes II

Mogi das Cruzes II é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 16 de abril de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0026-50, com sede na Rua Dom Luiz de Souza, nº 136, no bairro Jardim Universo, na cidade de Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo.

Em 22 de outubro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 95 – Processo nº 41271/17 – Chamamento Público nº 2/2018, entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC referente ao gerenciamento, operacionalização e a execução de serviços de saúde nas Unidades de Saúde Jardim Universo e Jundiapéba – Pronto Atendimento; Unidade Básica de Saúde Jardim Universo – Atenção Básica; Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes; Serviço de apoio e Diagnóstico – Exames Radiológicos de Urgência e Emergência nas Unidades de Saúde Jardim Universo, Jundiapéba e Pró Criança; e Serviço de Imagem – Tomografia Computadorizada na Unidade de Saúde Vila Suíssa.

O prazo de vigência deste contrato de gestão é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 30 de outubro de 2018, podendo ser renovado, havendo concordância das partes.

Em 18 de janeiro de 2021 foi celebrado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho Assistencial do Contrato de Gestão, em virtude de demanda por procura por atendimento na especialidade de Clínica Médica e, baixa procura por consultas de pediatra na Unidade Básica de Saúde Jardim Universo, resultando na necessidade de adequação da oferta das duas especialidades de forma proporcional, sem acréscimo no total de volume ou necessidade de alteração financeira.

Em 1 de dezembro de 2022 foi celebrado o Décimo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 95/2018 entre a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com objetivo de proceder aporte financeiro para o ajuste de contas, com vigência prorrogado de 30 de outubro de 2022 a 29 de outubro de 2023.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Bancos conta movimento	194	194
Aplicações financeiras	2.623.700	822.691
	<b>2.623.894</b>	<b>822.885</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes.

### 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

### 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	60.457	35.786
INSS retido de serviços a recolher	12.621	9.022
IRRF retido de serviços a recolher	16.981	10.119
	<b>90.059</b>	<b>54.927</b>

### 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	468.380	498.486
Rescisões a pagar	4.050	-
IRRF a recolher	59.901	48.796
FGTS a recolher	553.703	394.940
INSS sobre autônomos a recolher	67.322	51.517
Empréstimo consignado a pagar	804	1.660
Outros	51.450	3.629
	<b>1.205.610</b>	<b>999.028</b>

### 9 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

### 11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	453.236	326.441
Material médico hospitalar	107.243	101.405
Material de limpeza e higiene	1.670	1.980
Outros materiais	32.457	7.280
	<b>594.606</b>	<b>437.106</b>

### 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

### 13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	711.369	509.067
Serviços de vigilância	582.145	523.800
Serviços de manutenção predial	67.327	66.875
Locação de veículos e equipamentos	177.568	152.699
Serviços de lavanderia hospitalar	60.262	-
Serviços de manutenção de equipamentos	88.020	4.260
Serviços administrativos	46.045	28.392
Serviços de portaria	139.439	-
Outros serviços	4.536	-
	<b>1.876.711</b>	<b>1.285.093</b>

### 14 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	51.323	1.018
Material de conservação e reparo	5.553	3.634
Material de consumo administrativo	134.147	94.028
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.819	5.092
Seguros patrimoniais	5.324	-
Outras despesas	728.930	571.014
	<b>929.096</b>	<b>674.786</b>

### 15 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	218.382	20.929
	<b>218.382</b>	<b>20.929</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(15.691)	(14.734)
	<b>(15.691)</b>	<b>(14.734)</b>

## 16 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Mogi das Cruzes II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Mogi das Cruzes II**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Mogi das Cruzes II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE

CNPJ 57.571.275/0025-70

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.103.801	875	Fornecedores	7	2.067.298	8.474.799
Outros créditos	5	8.174.146	110.260.657	Obrigações fiscais	8	1.159.110	771.548
		<b>15.277.947</b>	<b>110.261.532</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	24.132.130	23.038.953
				Provisões de férias	10	31.074.295	29.578.963
				Outros passivos	11	58.386	110.410.609
						<b>58.491.219</b>	<b>172.274.872</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	305.596	211.619	Provisão para contingências	12	257.255	5.324.151
		<b>305.596</b>	<b>211.619</b>			<b>257.255</b>	<b>5.324.151</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(67.125.872)	(43.194.514)
				Superávits (déficits) acumulados		23.960.941	(23.931.358)
						<b>(43.164.931)</b>	<b>(67.125.872)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>15.583.543</b>	<b>110.473.151</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.583.543</b>	<b>110.473.151</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			
	Notas	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	513.702.410	436.733.591
Repasse público - COVID-19		-	1.579.330
Outras receitas		-	20.296
		<b>513.702.410</b>	<b>438.333.217</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal		(344.737.586)	(333.761.633)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(1.348.704)	(2.246.381)
Prestadores de serviços médicos	14	(87.857.433)	(79.273.018)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(50.794.029)	(41.184.101)
Administrativas e gerais	16	(1.841.561)	(3.868.865)
Atividades acadêmicas		(1.053.761)	(873.865)
Contingências e despesas judiciais		(1.941.364)	(979.207)
Bens de terceiros	3 (d)	(354.349)	(69.908)
		<b>(489.928.787)</b>	<b>(462.256.978)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>23.773.623</b>	<b>(23.923.761)</b>
Receitas financeiras	17	204.997	78.746
Despesas financeiras	17	(17.679)	(86.343)
		<b>187.318</b>	<b>(7.597)</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>23.960.941</b>	<b>(23.931.358)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>(59.686.025)</b>	<b>16.838.538</b>	<b>(42.847.487)</b>
Ajuste do exercício anterior		(347.027)	-	(347.027)
Déficit do exercício		-	(23.931.358)	(23.931.358)
Incorporação ao patrimônio social		16.838.538	(16.838.538)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(43.194.514)</b>	<b>(23.931.358)</b>	<b>(67.125.872)</b>
Superávit do exercício		-	23.960.941	23.960.941
Incorporação ao patrimônio social		(23.931.358)	23.931.358	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(67.125.872)</b>	<b>23.960.941</b>	<b>(43.164.931)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>23.960.941</b>	<b>(23.931.358)</b>
Ajustes do exercício anterior	-	(347.027)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(5.066.896)	(3.147.560)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Outros créditos	102.086.511	(110.056.510)
Bloqueio judicial	(93.977)	3.704.556
Fornecedores	(6.407.501)	6.704.099
Obrigações fiscais	387.562	109.636
Obrigações sociais e trabalhistas	1.093.177	(289.627)
Provisões de férias	1.495.332	(1.179.493)
Outros passivos	(110.352.223)	108.723.844
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>7.102.926</b>	<b>(19.709.440)</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.102.926</b>	<b>(19.709.440)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	875	19.710.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.103.801	875
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.102.926</b>	<b>(19.709.440)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Contratado x Realizado - 2022**

<b>Atenção Básica</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Atendimento Médico	610.240	520.316	(14,74)
Atendimento Enfermagem	489.250	285.539	(41,64)
Atendimento Dentista	177.520	128.086	(27,85)
Visita ACS	22.080	866.836	3.825,89
<b>Atenção Especializada</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Realizar Campanha de Prevenção	12	6	(50,00)
Consulta de Profissionais de nível superior exceto médico	108.500	118.364	9,09
Consulta médica	110.166	104.268	(5,35)
Atendimento/acompanhamento de paciente em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor	2.400	5.398	124,92
Atendimento fisioterapêutico nas alterações motoras	10.800	12.546	16,17
Acolhimento diurno de paciente em centro de atenção psicossocial	15.432	15.359	(0,47)
Atendimento individual de pacientes em centro de atenção psicossocial	78.486	79.561	1,37
Atendimento em grupo de paciente em centro de atenção psicossocial	31.044	34.247	10,32
Atendimento familiar em centro de atenção psicossocial	7.128	7.090	(0,53)
Realização de exames de ultrassonografia	50.400	66.580	32,10
Realização de exames de Análise Clínicas	3.570.000	3.753.718	5,15
<b>Audiometria Tonal Limiar</b>	<b>1.200</b>	<b>1.293</b>	<b>7,75</b>
Realização de exames de Endoscopia e Colonoscopia	1.400	1.022	(27,00)
<b>Apoio Gestão SUS</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	
Produção de relatório Mensal	12	12	
Atender na totalidade os pacientes enquadrados nos Protocolos e Normas Técnicas da Secretaria Estadual de Saúde e moradores do Município de São Bernardo do Campo	100%	100%	-
Apoiar nas adequações dos ambientes físicos dos serviços de saúde e apoiar na aquisição de equipamentos para o fortalecimento e qualificação dos serviços de saúde, de acordo com as demandas da SS	100%	100%	-
<b>Atenção Hospitalar de Urgência e Emergência</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Utilização de classificação de Risco em pacientes atendidos em UPA	≥95%	100%	-
Manutenção da Cobertura da Escala médica de UPA 24h	≥90%	100%	-
Manutenção da Cobertura da Escala Médica do SAMU 192	≥90%	100%	-
<b>Manutenção da Cobertura da Escala Médica do SETIH</b>	<b>≥90%</b>	<b>100%</b>	
Manutenção da Operação do SAMU 192 e SETIH por meio dos Tablets e solução informatizada	≥85%	88%	
Consultas Médicas nas UPAS	420.000	436.130	3,84
Atendimentos no SAMU com envio de Viatura (USA+USB+Motolância)	17.400	14.701	(15,51)
Atendimentos do Transporte Inter-hospitalar (Básica+UTI)	16.800	18.443	9,78
<b>Vigilância em Saúde</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Realização de exames/análise para programa pró-água, tuberculose, sífilis em gestante (VDRL) arborírose	26.760	24.511	(8,40)
Elaboração de infomes técnicos e boletins epidemiológicos com disseminação nas diversas áreas da SS	12	60	400,00
Animais vacinados na Campanha Antirrábica	40.000	6.798	(83,01)
Educação em Saúde	200	144	(28,00)
Feira de adoção de cães e gatos	4	7	75,00
Manutenção, investigação de doenças e tratamento dos animais alojados na DVCZ	100%	100%	-
Investigação dos acidentes fatais e com menores	100%	100%	-
Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravo relacionados ao trabalho em ≥95%	100%	100%	-
Realização de eventos de educação em saúde para o setor regulado e população	8	11	-
<b>Apoio Administrativo</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	
Manter as Unidades de Saúde em funcionamento, com manutenção física e de equipamentos, serviços complementares e de apoio de acordo com as necessidades atuais	100%	100%	-
Serviços de Segurança	33 Unidades	33 Unidades	

**1 Contexto operacional**

**(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

## **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

## **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

## **(iv) PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

## **(v) Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 92.389.673 e R\$ 89.448.118, respectivamente.

## **(vi) Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE**

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 002/2018 entre a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de conjugação de esforços, considerados os objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito da rede saúde do município de São Bernardo do Campo. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir do dia 1 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado por mais quatro períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses. Em 23 de dezembro de 2021 foi celebrado o Oitavo Termo de Aditamento SS nº 011/2021 ao Contrato de Gestão nº 002/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do período de 1 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022, com cláusula resolutive, repactuação das metas (quantitativas e qualitativas) e do valor.

Em 23 de dezembro de 2021 foi celebrado o Nono Termo de Aditamento SS nº 012/2021 ao Contrato de Gestão nº 002/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de repactuar o valor constante da Cláusula 4.2, do Sexto Termo de Aditamento SS nº 016/2020 para o cumprimento das metas, referente ao Plano de Trabalho das unidades que compõem a Rede de Saúde do Município de São Bernardo do Campo.

Em 30 de junho de 2022 foi celebrado o Terceiro Termo de Rerratificação SS nº 002/2022 ao Contrato de Gestão nº 002/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de retificação, tanto na Cláusula Quinta, do Oitavo Termo de Aditamento SS nº 011/2021, quanto no quadro de metas do Plano de Trabalho, da Atenção Especializada e da Proteção à Saúde e Vigilância.

Em 1 de julho de 2022 foi celebrado o Décimo Termo de Aditamento SS nº 004/2022 ao Contrato de Gestão nº 002/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo período de seis meses consecutivos, do período de 31 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022, com cláusula resolutive, repactuação das metas (quantitativas e qualitativas) e do valor.

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2022 entre o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de conjugar os esforços considerados de objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CSSBC, para atingir eficácia e qualidades requeridas.

## **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### **2.4 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### **2.5 Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### **(ii) Passivos financeiros**

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## **3 Principais práticas contábeis adotadas**

### **3.1 Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### **(a) Caixa e equivalentes em caixa**

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários,

outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	-	320
Aplicações financeiras	7.103.801	555
	<b>7.103.801</b>	<b>875</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a rateio a receber das despesas compartilhadas com as filiais da Fundação do ABC.

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	523.732	336.427
INSS retido de serviços a recolher	365.987	309.690
IRRF retido de serviços a recolher	119.201	86.366
ISS a recolher	150.190	39.065
	<b>1.159.110</b>	<b>771.548</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	14.700.993	14.320.440
Rescisões a pagar	22.297	103.994
IRRF a recolher	3.752.884	3.394.230
FGTS a recolher	2.583.533	2.424.232
INSS sobre autônomos a recolher	1.733.908	1.690.265
Empréstimo consignado a pagar	1.227.608	988.798
Outros	110.907	116.994
	<b>24.132.130</b>	<b>23.038.953</b>

#### 10 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	257.255	5.266.173
Cível	-	57.978
	<b>257.255</b>	<b>5.324.151</b>

#### 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	53.824	117.081
Material médico hospitalar	1.051.706	1.936.025
Material de laboratório	-	676
Dieta enteral e parenteral	-	42
Material de limpeza e higiene	95.235	9.981
Outros materiais	147.939	182.576
	<b>1.348.704</b>	<b>2.246.381</b>

#### 14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	24.596.128	18.921.204
Serviços de informática	711.851	609.482
Serviços de vigilância	10.100.218	12.933.417
Serviços de manutenção predial	5.944.194	3.604.614
Serviços de refeitório	-	2.207
Locação de veículos e equipamentos	889.315	791.747
Serviços de manutenção de equipamentos	3.304.223	2.308.604
Serviços administrativos	1.684.005	1.464.192
Serviços de motorista	3.201.976	283.186
Serviços de portaria	165.055	156.184
Outros serviços	197.064	109.264
	<b>50.794.029</b>	<b>41.184.101</b>

#### 16 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	40.051	15.821
Material de conservação e reparo	420.529	557.606
Material de consumo administrativo	448.922	349.816
Utilidade pública (água, luz, telefone)	739.854	888.763
Seguros patrimoniais	6.021	4.422
Outras despesas	186.184	2.052.437
	<b>1.841.561</b>	<b>3.868.865</b>

#### 17 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	204.997	78.746
	<b>204.997</b>	<b>78.746</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(10.017)	(13.910)
Juros financeiros	-	(2.596)
Juros e multas de mora	(7.662)	(69.837)
	<b>(17.679)</b>	<b>(86.343)</b>

## 18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helena Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À  
**Presidência da  
Fundação do ABC – Complexo de Saúde de  
São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – REDE DE SAÚDE, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Complexo de Saúde do Município de São Bernardo do Campo

CNPJ 57.571.275/0025-70

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	125.907	32.401	Fornecedores	7	22.793.179	31.954.950
Estoques		22.779.139	21.636.041	Obrigações fiscais	8	1.587.972	1.776.004
Outros créditos	5	3.378	110.628.596	Obrigações sociais e trabalhistas	9	24.260.276	23.050.100
		<b>22.908.424</b>	<b>132.297.038</b>	Provisões de férias	10	27.528.734	26.472.615
				Outros passivos		7.977.566	108.449.353
						<b>84.147.727</b>	<b>191.703.022</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	219.814	9.525	Provisão para contingências	11	5.505.166	8.367.541
		<b>219.814</b>	<b>9.525</b>			<b>5.505.166</b>	<b>8.367.541</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(67.764.000)	(60.404.529)
				Superávits (déficits) do exercício		1.239.345	(7.359.471)
						<b>(66.524.655)</b>	<b>(67.764.000)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>23.128.238</b>	<b>132.306.563</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>23.128.238</b>	<b>132.306.563</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>			
Convênios públicos - Municipal	1 (vi)	648.368.747	706.867.258	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>(61.406.224)</b>	<b>1.001.695</b>	<b>(60.404.529)</b>
Outras receitas		117.899	206.151	Déficit do exercício	-	(7.359.471)	(7.359.471)
		<b>648.486.646</b>	<b>707.073.409</b>	Incorporação ao patrimônio social	1.001.695	(1.001.695)	-
<b>Despesas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>			
Com pessoal		(318.156.528)	(339.751.683)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(60.404.529)</b>	<b>(7.359.471)</b>	<b>(67.764.000)</b>
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(80.393.935)	(106.999.797)	Superávit do exercício	-	1.239.345	1.239.345
Prestadores de serviços médicos	13	(108.103.200)	(132.861.718)	Incorporação ao patrimônio social	(7.359.471)	7.359.471	-
Prestadores de serviços de terceiros	14	(118.674.630)	(113.428.809)	<b>SalDOS em</b>			
Administrativas e gerais	15	(6.305.887)	(5.135.393)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(67.764.000)</b>	<b>1.239.345</b>	<b>(66.524.655)</b>
Atividades acadêmicas		(15.150.955)	(15.227.954)				
Contingências e despesas judiciais		-	(96.258)				
Bens de terceiros	3 (e)	(720.823)	(722.371)				
		<b>(647.505.958)</b>	<b>(714.223.983)</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>980.688</b>	<b>(7.150.574)</b>				
Receitas financeiras	16	362.793	8.337				
Despesas financeiras	16	(104.136)	(217.234)				
		<b>258.657</b>	<b>(208.897)</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>1.239.345</b>	<b>(7.359.471)</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>1.239.345</b>	<b>(7.359.471)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(2.862.375)	(1.640.795)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	-	4.166.978
Estoques	(1.143.098)	(7.549.416)
Outros créditos	110.625.218	(110.612.002)
Bloqueio judicial	(210.289)	-
Fornecedores	(9.161.771)	11.493.722
Obrigações fiscais	(188.032)	546.746
Obrigações sociais e trabalhistas	1.210.176	(1.616.819)
Provisões de férias	1.056.119	305.114
Outros passivos	(100.471.787)	108.235.895
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>93.506</b>	<b>(4.030.048)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>93.506</b>	<b>(4.030.048)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.401	4.062.449
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125.907	32.401
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>93.506</b>	<b>(4.030.048)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Contratado x Realizado - 2022**

<b>HOSPITAL ANCHIETA - HA</b>			
Saídas	Contrato	Realizado	%
Saídas Hospitalares	2.520	2.177	(13,61)
<b>Ambulatorial</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas Médicas	10.500	11.014	4,90
Quimioterapias	7.800	7.841	0,53
Nº Casos Novos Radioterapia	600	613	2,17
<b>SADT Externo</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Análises Clínicas	90.000	98.898	9,89
Tomografia	5.100	5.564	9,10
Ultrassonografia	600	727	21,17
Total	95.700	105.189	9,92
<b>HOSPITAL DE CLÍNICAS - HC</b>			
Saídas	Contrato	Realizado	%
Saídas Hospitalares	11.040	14.418	30,60
<b>Ambulatorial</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas Médicas	84.600	78.577	(7,12)
Consultas não Médicas	9.000	12.000	33,33
<b>SADT Externo</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Análises Clínicas	156.000	167.258	7,22
Tomografia	17.400	17.678	1,60
Densitometria Óssea	6.000	6.747	12,45
Ultrassonografia	11.100	14.538	30,97
Ressonância Magnética	7.500	8.238	9,84
Ooscopia	5.760	6.152	6,81
Cintilografia	960	738	(23,13)
Total	204.720	221.349	8,12
<b>Procedimento Cirúrgico</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Centro Cirúrgico	10.200	9.360	(8,24)
Hospital-Dia	2.400	3.414	42,25
Visita Equipe Multi Nível Superior	30.000	30.778	2,59
Visita Técnico Enfermagem	24.000	25.679	7,00
Procedimento Enfermagem	204.000	220.045	7,87

**1 Contexto operacional**

**(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entida-

<b>HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO - HMU</b>			
Saídas Hospitalares	Contrato	Realizado	%
Obstetrícia e Ginecologia	7.200	6.694	(7,03)
Neonatologia	870	819	(5,86)
<b>Procedimentos</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Procedimentos Obstétricos	4.860	4.262	(12,30)
Procedimentos Ginecológicos	1.560	1.624	4,10
<b>Atendimentos às Urgências</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas de Urgência	18.000	28.428	57,93
<b>Atendimento Ambulatorial</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas Especializadas Médicas	36.000	35.840	(0,44)
Consultas Especializadas não Médicas	24.000	21.916	(8,68)
<b>SADT Externo</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Externo	96.600	63.926	(33,82)
<b>HOSPITAL DE URGÊNCIA</b>			
Atendimento de Urgência e Emergência	Contrato	Realizado	%
Clinica Geral	16.042	12.465	(22,30)
Ortopedia/Traumatologia	22.282	23.913	7,32
Oftalmologia	9.357	21.871	133,74
Pediatria	6.976	3.704	(46,90)
Cirurgia Geral	7.854	12.476	58,85
Neurologia	1.227	2.054	67,40
Psiquiatria	450	1.570	248,89
<b>Bucomaxilo</b>	<b>479</b>	<b>101</b>	<b>(78,91)</b>
<b>Saídas Hospitalares</b>	<b>Contrato</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Clinica Geral	4.485	3.823	(14,76)
Ortopedia/Traumatologia	197	282	43,15
Oftalmologia	39	53	35,90
Pediatria	1.759	1.771	0,68
Cirurgia Geral	1.368	1.544	12,87
Neurologia	743	861	15,88
<b>Psiquiatria</b>	<b>100</b>	<b>91</b>	<b>(9,00)</b>
Total	8.691	8.425	(3,06)

des filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

**(iv) PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**(v) Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 85.265.950 e R\$ 91.053.451, respectivamente.

**(vi) Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo**

O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0025-70, com sede na Estrada dos Alvarengas, nº 1.001, no bairro Alvarenga, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

Em 28 de dezembro de 2018 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2018 entre Prefeitura do Município de São Bernardo, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC, para conjugação de esforços, considerados objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde,

no âmbito Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, pelo prazo de doze meses consecutivos, contados a partir do dia 1 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado por mais quatro períodos iguais e sucessivos, até o limite de sessenta meses.

O Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo é formado pelo Hospital Municipal Universitário, o Hospital Anchieta, o Hospital e Pronto Socorro Central e o Hospital de Clínicas Municipal.

Em 23 de dezembro de 2021 foi celebrado o Décimo Primeiro Termo de Aditamento SS nº 010/2021 ao Contrato de Gestão nº 001/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo período de seis meses consecutivos, do período de 1 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022.

Em 6 de junho de 2022 foi celebrado o Décimo Segundo Termo de Aditamento SS nº 003/2022 ao Contrato de Gestão nº 001/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de repactuar o valor constante da Cláusula 5.2, do Décimo Primeiro Termo de Aditamento SS nº 010/2021 para custear as despesas no período de maio a junho de 2022, sendo acrescido: (a) um valor estimado para o atingimento das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no plano de trabalho das unidades hospitalares que compõem o Complexo Hospitalar referente as despesas ordinárias; (b) um valor da variável recursos humanos; (c) um valor estimado da variável material de consumo referente ao item medicamentos e material médico hospitalar em face da aplicação do percentual de 10,5% de reajuste CEMED; e (d) um valor estimado da variável serviços de terceiros, em face da aplicação do reajuste pelo IPCA e IGPM.

Em 1 de julho de 2022 foi celebrado o Décimo Terceiro Termo de Aditamento SS nº 005/2022 ao Contrato de Gestão nº 001/2018 entre a Prefeitura do Município de São Bernardo e Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência do contrato pelo período de seis meses consecutivos, do período de 31 de julho de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 001/2022 entre o Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de conjugar os esforços considerados de objetivos comuns, no desenvolvimento de ações de saúde, no âmbito do Complexo de Saúde de São Bernardo do Campo – CSSBC, para atingir eficácia e qualidades requeridas.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreco-

nhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (d) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (e) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

#### (f) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (g) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	-	1.600
Aplicações financeiras	125.907	30.801
	<b>125.907</b>	<b>32.401</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de investimentos, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	9.748.554	12.127.606
Material médico hospitalar	10.687.299	7.424.387
Material de limpeza e higiene	377.824	342.398
Material de manutenção	824.424	772.573
Outros materiais	1.141.038	969.077
	<b>22.779.139</b>	<b>21.636.041</b>

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	836.805	1.161.404
INSS retido de serviços a recolher	445.975	347.337
IRRF retido de serviços a recolher	124.664	116.927
ISS a recolher	180.528	150.336
	<b>1.587.972</b>	<b>1.776.004</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	15.290.199	14.989.330
Rescisões a pagar	75.527	171.991
IRRF a recolher	3.392.078	2.896.624
FGTS a recolher	2.547.455	2.380.581
INSS sobre autônomos a recolher	1.795.847	1.689.806
Empréstimo consignado a pagar	1.057.914	806.503
Outros	101.256	115.265
	<b>24.260.276</b>	<b>23.050.100</b>

#### 10 Provisões de férias

Referem-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	4.160.734	4.827.814
Cível	1.344.432	3.539.727
	<b>5.505.166</b>	<b>8.367.541</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	30.089.912	39.406.000
Material médico hospitalar	45.702.850	60.501.587
Gases industriais e medicinais	2.468.374	3.709.334
Material de limpeza e higiene	2.051.449	3.166.051
Outros materiais	81.350	216.825
	<b>80.393.935</b>	<b>106.999.797</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	38.651.077	42.724.792
Serviços de informática	6.225.393	5.913.182
Serviços de manutenção predial	24.922.464	21.129.362
Serviços de refeitório	29.856.257	24.136.528
Locação de veículos e equipamentos	2.979.674	3.112.609
Serviços de lavanderia hospitalar	8.963.860	10.688.712
Serviços de manutenção de equipamentos	344.564	287.293
Serviços administrativos	5.343.909	4.584.539
Serviços de motorista	416.826	356.977
Serviços de logística	822.985	281.711
Outros serviços	147.621	213.104
	<b>118.674.630</b>	<b>113.428.809</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	660.817	668.590
Material de conservação e reparo	3.721.067	2.440.182
Material de consumo administrativo	1.415.738	1.684.146
Utilidade pública (água, luz, telefone)	99.817	80.961
Seguros patrimoniais	119.901	125.276
Outras despesas	288.547	136.238
	<b>6.305.887</b>	<b>5.135.393</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	362.793	8.337
	<b>362.793</b>	<b>8.337</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(92.888)	(71.865)
Juros e multas de mora	(11.248)	(145.369)
	<b>(104.136)</b>	<b>(217.234)</b>

#### 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A filial Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Complexo Hospitalar Municipal de  
São Bernardo do Campo**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demons-

trações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, pla-

nejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 20 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

CNPJ 57.571.275/0031-18

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.856.406	2.435.233	Fornecedores	7	3.372.361	3.195.810
Convênios e contratos a receber		-	983.120	Obrigações fiscais	8	122.046	163.608
Estoques	5	1.522.755	2.020.338	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.791.862	2.670.306
<b>Outros créditos</b>		<b>11.379.161</b>	<b>5.438.691</b>	Provisões de férias	10	1.943.356	2.112.221
				Outros passivos	11	75.566	369.277
						<b>7.305.191</b>	<b>8.511.222</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Bloqueio judicial</b>	<b>6</b>	<b>6.394</b>	<b>9.687</b>	Provisão para contingências	12	68.947	85.568
		<b>6.394</b>	<b>9.687</b>			<b>68.947</b>	<b>85.568</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(2.843.917)	(684.569)
				Déficits acumulados		6.855.334	(2.463.843)
						<b>4.011.417</b>	<b>(3.148.412)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.385.555</b>	<b>5.448.378</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.385.555</b>	<b>5.448.378</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021	Nota	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>			
Contratos de gestão - Municipal	1 (vi)	72.998.406	61.373.332	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.297.597</b>	<b>(3.989.818)</b>	<b>(692.221)</b>
Repasse público - COVID-19		-	26.200.121	Ajuste do exercício anterior	7.652	-	7.652
Outras receitas		27.262	116	Déficit do exercício	-	(2.463.843)	(2.463.843)
		<b>73.025.668</b>	<b>87.573.569</b>	Incorporação ao patrimônio social	(3.989.818)	3.989.818	-
<b>Despesas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>			
Com pessoal		(24.927.960)	(26.169.866)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(684.569)</b>	<b>(2.463.843)</b>	<b>(3.148.412)</b>
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(5.935.228)	(12.836.174)	Ajuste do exercício anterior	304.496	-	304.496
Prestadores de serviços médicos	15	(20.259.991)	(31.037.394)	Superávit do exercício	-	6.855.334	6.855.334
Prestadores de serviços de terceiros	14	(8.010.535)	(8.928.310)	Incorporação ao patrimônio social	(2.463.843)	2.463.843	-
Administrativas e gerais	16	(7.527.964)	(9.825.048)	<b>SalDOS em</b>			
Contingências e despesas judiciais		(59.597)	-	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(2.843.917)</b>	<b>6.855.334</b>	<b>4.011.417</b>
Bens de terceiros	3 (d)	(96.940)	(1.291.794)				
		<b>(66.818.215)</b>	<b>(90.088.586)</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>6.207.453</b>	<b>(2.515.017)</b>				
Receitas financeiras	17	655.151	82.849				
Despesas financeiras	17	(7.270)	(31.675)				
		<b>647.881</b>	<b>51.174</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>6.855.334</b>	<b>(2.463.843)</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>6.855.334</b>	<b>(2.463.843)</b>
Ajustes do exercício anterior	304.496	7.652
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(16.621)	(18.641)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	983.120	182.320
Estoques	497.583	1.389.521
Outros créditos	-	102
Bloqueio judicial	3.294	82.180
Fornecedores	176.551	412.284
Obrigações fiscais	(41.562)	(6.088)
Obrigações sociais e trabalhistas	(878.444)	739.765
Provisões de férias	(168.865)	703.039
Outros passivos	(293.713)	57.179
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>7.421.173</b>	<b>1.085.470</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.421.173</b>	<b>1.085.470</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.435.233	1.349.763
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.856.406	2.435.233
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.421.173</b>	<b>1.085.470</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 6.680.693 e R\$ 7.013.524, respectivamente.

### (vi) Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

Em 19 de junho de 2019 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 58 - Processo nº 1.163/2018 - Chamamento Público nº 02/19 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, com o objeto de gerenciamento, operacionalização e execução das atividades e dos serviços de saúde no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes "Prefeito Waldemar Costa Filho".

No âmbito da assistência ambulatorial, a unidade destina-se à realização de consultas agendadas de especialidades reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde. São nove consultórios multiprofissionais ambulatoriais, além de sala de coleta de exames, sala de espera e recepção. As consultas de especialidades médicas são nas seguintes áreas: cardiologia (pré-operatório), cirurgia geral, cirurgia ginecológica, cirurgia otorrinolaringológica, cirurgia pediátrica, cirurgia urológica, cirurgia vascular, geriatria e oftalmologia (consultas pós-operatória), além do Atendimento à Vítima de Violência com pediatria e/ou infectologista, inclusive com psicólogo e assistente

social. São ofertadas também consultas de Enfermagem, para orientação pré-operatória, ou para realização de exames complementares.

A unidade dispõe de exames e procedimentos como colonoscopia, ecocardiografia, eletrocardiograma, endoscopia digestiva alta, estudo urodinâmico, exames laboratoriais de análises clínicas e de anatomia patológica, exames oftalmológicos, tomografia computadorizada, ultrassonografia, hemodiálise e transfusão sanguínea.

O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes "Prefeito Waldemar Costa Filho" está situado na Rua Guttermann, 577, no bairro Braz Cubas, da cidade de Mogi das Cruzes-SP.

O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, podendo ser renovado, após demonstração a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes, tendo por termo inicial o encerramento da vigência do Contrato de Gestão nº 22/2014, que se dará no dia 26 de junho de 2019.

Em 3 de fevereiro de 2022, por meio do 14º Termo Aditivo, a Fundação do ABC solicitou junto ao Município de Mogi das Cruzes, alteração do CNPJ Matriz 57.571.275/0001-00 para o CNPJ filial 57.571.275/0031-18.

Em 31 de março de 2022, por meio do 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, a Fundação do ABC entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto adotar as providências legais para a excepcional inclusão do aporte de recursos para a aquisição de quinze mil unidades de Testes Rápido SARS-Co V2 – Teste rápido por ensaio imunocromatográfico, para detecção qualitativa de antígenos de SARS-Co V2 em amostras de swab da nasofaringe e/ou orofaringe.

Em 16 de maio de 2022, por meio do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, a Fundação do ABC entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto manter o Plano de Trabalho pactuado, com o aporte de recursos para a prorrogação do Perfil Covid-19 e, manutenção de dez leitos de Terapia Intensiva, com objetivo de continuar a operacionalização do Perfil Covid-19 no Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, mantendo-se a operacionalização de leitos, no período de 16 de maio de 2022 a 25 de junho de 2022.

Em 15 de junho de 2022, por meio do 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019, a Fundação do ABC entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto proceder com aporte financeiro para o ajuste final de contas do Contrato de Gestão com vigência de 26 de junho de 2019 a 25 de junho de 2022.

Em 21 de junho de 2022, foi celebrado o 18º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 58/2019 entre a Prefeitura de Mogi das Cruzes e a Fundação do ABC, que tem por objeto prorrogar o gerenciamento e a operacionalização do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes – Prefeito Waldemar Costa Filho por doze meses, iniciando em 26 de junho de 2022 e encerrando em 25 de junho de 2023.

Em 2021, este contrato foi apresentado como sendo da unidade de Central de Convênios – Mogi das Cruzes.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo

menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 2.5 Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	1.275	-
Banco conta movimento	1.555	68
Aplicações financeiras	9.853.576	2.435.165
	<b>9.856.406</b>	<b>2.435.233</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	600.438	1.221.547
Material médico hospitalar	757.710	736.179
Material de limpeza e higiene	6.140	8.738
Material de manutenção	71.077	46.193
Outros materiais	87.390	7.681
	<b>1.522.755</b>	<b>2.020.338</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Hospital Municipal de Mogi das Cruzes.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

## 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	56.928	78.449
INSS retido de serviços a recolher	35.147	53.684
IRRF retido de serviços a recolher	17.756	21.340
ISS a recolher	12.215	10.135
	<b>122.046</b>	<b>163.608</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	180.020	1.235.480
Rescisões a pagar	4.082	21.616
IRRF a recolher	157.792	138.484
FGTS a recolher	1.295.796	1.107.810
INSS sobre autônomos a recolher	112.372	143.720
Empréstimo consignado a pagar	21.055	20.507
Outros	20.745	2.689
	<b>1.791.862</b>	<b>2.670.306</b>

## 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

## 12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	68.947	85.568
	<b>68.947</b>	<b>85.568</b>

### 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	2.477.392	5.682.773
Material médico hospitalar	3.192.481	5.717.728
Material de laboratório	-	35
Gases industriais e medicinais	208.496	1.158.740
Material de limpeza e higiene	9.750	43.240
Outros materiais	47.109	233.658
	<b>5.935.228</b>	<b>12.836.174</b>

### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	3.121.479	3.682.781
Serviços de informática	135.397	15.549
Serviços de vigilância	300.287	324.999
Serviços de manutenção predial	217.632	333.283
Locação de veículos e equipamentos	466.308	519.610
Serviços de lavanderia hospitalar	869.883	1.071.875
Serviços de manutenção de equipamentos	1.485.335	1.489.402
Serviços administrativos	409.782	184.721
Serviços de motorista	86.960	85.123
Serviços de portaria	572.684	619.763
Outros serviços	344.788	601.204
	<b>8.010.535</b>	<b>8.928.310</b>

### 15 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

### 16 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	4.098.994	3.033.619
Material de conservação e reparo	357.217	236.937
Material de consumo administrativo	253.844	818.664
Utilidade pública (água, luz, telefone)	3.147.635	2.274.733
Seguros patrimoniais	2.103	43.074
Outras despesas	1.965.255	1.176.914
	<b>9.825.048</b>	<b>7.583.941</b>

### 17 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	655.151	82.849
	<b>655.151</b>	<b>82.849</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(7.270)	(31.675)
	<b>(7.270)</b>	<b>(31.675)</b>

### 18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Municipal de Mogi das Cruzes não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À  
Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Hospital

Municipal de Mogi das Cruzes, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Hospital Municipal de Mogi das Cruzes, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modi-

ficção em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 17 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Prestação de serviço - ADM

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250.046	103.078	Fornecedores		17.525	14.558
Convênios e contratos a receber		326.166	233.863	Obrigações sociais e trabalhistas	6	163.146	178.786
Outros créditos		190.836	205.763	Provisões de férias	7	144.777	95.652
		<b>767.048</b>	<b>542.704</b>	Outros passivos	8	152.762	28.877
						<b>478.210</b>	<b>317.873</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	5	311.875	274.689	Patrimônio social		499.520	1.234.706
		<b>311.875</b>	<b>274.689</b>	Superávits (déficits) acumulados		101.193	(735.186)
						<b>600.713</b>	<b>499.520</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.078.923</b>	<b>817.393</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.078.923</b>	<b>817.393</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Secretaria de Assistência Social - SBC		1.335.974	231.110	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>900.540</b>	<b>334.166</b>	<b>1.234.706</b>
Instituto Municipal de Assistência à Saúde do Funcionalismo (IMASF) - SBC		-	4.222.410	Ajuste do exercício anterior		(461.820)	-	(461.820)
<b>Outras receitas</b>	1 (vi)	<b>971.947</b>	<b>944.740</b>	Déficit do exercício		-	(735.186)	(735.186)
		<b>2.307.921</b>	<b>5.398.260</b>	Incorporação ao patrimônio social		334.166	(334.166)	-
<b>Despesas operacionais</b>				<b>SalDOS em</b>				
Com pessoal		(2.042.983)	(4.877.253)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.234.706</b>	<b>(735.186)</b>	<b>499.520</b>
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(182.944)	Superávit do exercício		-	101.193	101.193
Administrativas e gerais		(167.174)	(1.077.820)	Incorporação ao patrimônio social		(735.186)	735.186	-
		<b>(2.210.157)</b>	<b>(6.138.017)</b>	<b>SalDOS em</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>97.764</b>	<b>(739.757)</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>499.520</b>	<b>101.193</b>	<b>600.713</b>
<b>Receitas financeiras</b>	9	<b>7.319</b>	<b>7.160</b>					
<b>Despesas financeiras</b>	9	<b>(3.890)</b>	<b>(2.589)</b>					
		<b>3.429</b>	<b>4.571</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>101.193</b>	<b>(735.186)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>101.193</b>	<b>(735.186)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	(92.303)	434.169
Outros créditos	14.927	673.581
Bloqueio judicial	(37.186)	304.857
Fornecedores	2.967	(25.119)
Obrigações sociais e trabalhistas	(15.640)	(193.348)
Provisões de férias	49.125	(377.402)
Outros passivos	123.885	(437.178)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>146.968</b>	<b>(355.626)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>146.968</b>	<b>(355.626)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	103.078	458.704
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	250.046	103.078
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>146.968</b>	<b>(355.626)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 547.519 e R\$ 1.307.104, respectivamente.

### (vi) Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM

A Central de Convênios – Prestação de Serviços, tem por objetivo, executar apoio técnico para o gerenciamento das atividades administrativas internas, como por exemplo, o serviço de digitalização de documentos, com objetivo de otimizar custos para suas unidades.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG

2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	86	89
Aplicações financeiras	249.960	102.989
	<b>250.046</b>	<b>103.078</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM.

#### 6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	104.971	82.401
IRRF a recolher	23.853	37.788
FGTS a recolher	18.239	11.486
INSS sobre autônomos a recolher	14.559	19.391
Empréstimo consignado a pagar	1.524	27.720
	<b>163.146</b>	<b>178.786</b>

#### 7 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 9 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	7.319	7.160
	<b>7.319</b>	<b>7.160</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(3.890)	(2.589)
	<b>(3.890)</b>	<b>(2.589)</b>

#### 10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalente, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Prestação de serviço - ADM não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC – Central de Convênios – Prestação de serviço – ADM, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

---

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre

outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

---

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Administração

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	736.202	857.959	Fornecedores		121.424	127.203
Outros créditos	5	9.077.788	8.850.626	Obrigações fiscais		5.463	75
		<b>9.813.990</b>	<b>9.708.585</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	438.007	871.432
				Provisões de férias	9	1.397.489	1.201.334
				Contratos a pagar		251.698	190.669
				Outros passivos	10	5.348.552	3.650.917
						<b>7.562.633</b>	<b>6.041.630</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	6	1.177.500	664.124	Patrimônio social		4.989.531	3.842.462
Imobilizado	7	676.459	682.251	Superávits (déficits) acumulados		(884.215)	1.170.868
		<b>1.853.959</b>	<b>1.346.375</b>			<b>4.105.316</b>	<b>5.013.330</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.667.949</b>	<b>11.054.960</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.667.949</b>	<b>11.054.960</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021		Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Convênios de atendimentos médicos		184.936	461.582	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.444.110</b>	<b>(578.531)</b>	<b>3.865.579</b>
Outras receitas	1 (vi)	13.241.864	16.045.902	Amortização do imobilizado	(23.117)		(23.117)
		<b>13.426.800</b>	<b>16.507.484</b>	Superávit do exercício	-	1.170.868	1.170.868
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	(578.531)	578.531	-
Com pessoal		(11.783.870)	(13.419.346)	<b>Saldos em</b>			
Medicamentos e insumos hospitalares		(64.255)	(5.960)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.842.462</b>	<b>1.170.868</b>	<b>5.013.330</b>
Prestadores de serviços médicos	12	(163.163)	(155.613)	Amortização do imobilizado	(23.799)		(23.799)
Prestadores de serviços de terceiros	11	(849.616)	(798.486)	Déficit do exercício	-	(884.215)	(884.215)
Administrativas e gerais	13	(695.135)	(921.755)	Incorporação ao patrimônio social	1.170.868	(1.170.868)	-
Contingências e despesas judiciais		(785.511)	(15.366)	<b>Saldos em</b>			
		<b>(14.341.550)</b>	<b>(15.316.526)</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.989.531</b>	<b>(884.215)</b>	<b>4.105.316</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(914.750)</b>	<b>1.190.958</b>				
Receitas financeiras	14	68.870	14.905				
Despesas financeiras	14	(38.335)	(34.995)				
		30.535	(20.090)				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(884.215)</b>	<b>1.170.868</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(884.215)</b>	<b>1.170.868</b>
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	-	(13.887)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Outros créditos	(227.162)	1.817.053
Bloqueio judicial	(513.376)	183.535
Fornecedores	(5.779)	(27.673)
Obrigações fiscais	5.388	75
Obrigações sociais e trabalhistas	(433.425)	(203.880)
Provisões de férias	196.155	(142.500)
Contratos a pagar	61.029	26.484
Outros passivos	1.697.635	(3.003.817)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(103.750)</b>	<b>(193.742)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.007)	(14.492)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(18.007)	(14.492)
Redução, líquida, no caixa e equivalentes de caixa	(121.757)	(208.234)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	857.959	1.066.193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	736.202	857.959
<b>Redução, líquida, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(121.757)</b>	<b>(208.234)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 3.158.077 e R\$ 3.596.385, respectivamente.

### (vi) Central de Convênios – Administração

A Central de Convênios – Administração, tem por objetivo, executar apoio administrativo para o gerenciamento dos contratos/convênios sob sua responsabilidade.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (c) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e de mercado.

#### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos na Normas e Procedimentos Contábeis CPC nº 25 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	6.166	-
Banco conta movimento	33.976	22.361
Aplicações financeiras	696.060	835.598
	<b>736.202</b>	<b>857.959</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Outros créditos

Refere-se, substancialmente, a valores a receber das despesas compartilhadas com as unidades.

#### 6 Bloqueios judiciais

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios.

#### 7 Imobilizado

Descrição	2022	2021
Móveis e utensílios	1.075.013	1.070.775
Máquinas e equipamentos	215.361	206.455
Equipamentos hospitalares	40.579	40.579
Equipamentos de informática	455.583	450.720
Aparelhos e instrumentos	564.851	564.850
Linhas telefônicas	3.689	3.689
Software	16.282	16.282
(-) Depreciação acumulada	(1.694.899)	(1.671.099)
	<b>676.459</b>	<b>682.251</b>

#### 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	-	504.766
IRRF a recolher	214.597	188.795
FGTS a recolher	99.445	89.900
INSS sobre autônomos a recolher	59.291	57.672
Empréstimo consignado a pagar	58.235	24.580
Outros	6.439	5.719
	<b>438.007</b>	<b>871.432</b>

#### 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

#### 10 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	36.291	-
Serviços de informática	400.193	507.034
Serviços de manutenção predial	6.545	1.700
Serviços de refeitório	-	2.373
Locação de veículos e equipamentos	194.949	87.426
Serviços de manutenção de equipamentos	843	508
Serviços administrativos	41.841	44.959
Serviços de motorista	161.358	152.470
Outros serviços	7.596	2.016
	<b>849.616</b>	<b>798.486</b>

#### 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 13 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	9.677	3.604
Material de conservação e reparo	4.049	8.480
Material de consumo administrativo	142.081	178.390
Utilidade pública (água, luz, telefone)	255.893	78.118
Outras despesas	283.435	653.163
	<b>695.135</b>	<b>921.755</b>

#### 14 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	68.870	14.905
	<b>68.870</b>	<b>14.905</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(21.856)	(11.599)
Juros financeiros	(980)	(70)
Juros e multas de mora	(15.499)	(23.326)
	<b>(38.335)</b>	<b>(34.995)</b>

#### 15 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Administração não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À Presidência da Fundação do ABC Central de Convênios – Administração

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Administração, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-

ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André I

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		147.363	20	Fornecedores		138.760	1.112.250
Convênios e contratos a receber		325.853	2.079.034	Obrigações fiscais		195.116	606.838
		<b>473.216</b>	<b>2.079.054</b>	Outros passivos		359.946	359.946
						<b>693.822</b>	<b>2.079.034</b>
Não circulante				Patrimônio líquido		215	(64.468)
Bloqueio judicial		205	195	Patrimônio social		(220.616)	64.683
		<b>205</b>	<b>195</b>	Superávits (déficits) acumulados		<b>(220.401)</b>	<b>215</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>473.421</b>	<b>2.079.249</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>473.421</b>	<b>2.079.249</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021		Nota Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Outras receitas		5.449	64.683	<b>31 de dezembro de 2020</b>		-	<b>(44.372.174)</b>
		<b>5.449</b>	<b>64.683</b>	Ajuste do exercício anterior	44.171.196	-	44.171.196
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	-	64.683	64.683
Prestadores de serviços médicos		(242.487)	-	<b>Saldos em</b>			
		<b>(242.487)</b>	<b>-</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>(64.468)</b>	<b>64.683</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(237.038)</b>	<b>64.683</b>	Superávit do exercício	-	(220.616)	(220.616)
Receitas financeiras		17.017	-	Incorporação ao patrimônio social	64.683	(64.683)	-
Despesas financeiras		(595)	-	<b>Saldos em</b>			
		<b>16.422</b>	<b>-</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>215</b>	<b>(220.616)</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(220.616)</b>	<b>64.683</b>				<b>(220.401)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(220.616)</b>	<b>64.683</b>
Ajustes do exercício anterior	-	44.171.196
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	1.753.181	23.638.589
Bloqueio judicial	(10)	-
Fornecedores	(973.490)	(3.785.968)
Obrigações fiscais	(411.722)	(85.694)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(63.938.123)
Outros passivos	-	(64.683)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>147.343</b>	<b>-</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>147.343</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20	20
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	147.363	20
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>147.343</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

O contrato foi encerrado em junho de 2015.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André I

##### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André I, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André I, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Caetano do Sul

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	513.237	901.250	Fornecedores		42.507	36.450
Convênios e contratos a receber	5	734.121	591.396	Obrigações fiscais		4.333	5.211
Outros créditos		719	719	Obrigações sociais e trabalhistas	7	470.598	384.691
		<b>1.248.077</b>	<b>1.493.365</b>	Provisões de férias	8	528.943	473.128
				Outros passivos	9	107.455	105.012
<b>Não circulante</b>						<b>1.153.836</b>	<b>1.004.492</b>
Bloqueio judicial	6	1.397.404	1.058.391	<b>Não circulante</b>			
		<b>1.397.404</b>	<b>1.058.391</b>	Provisão para contingências	10	18.913	183.661
						<b>18.913</b>	<b>183.661</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		1.363.603	1.060.328
				Superávits acumulados		109.129	303.275
						<b>1.472.732</b>	<b>1.363.603</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.645.481</b>	<b>2.551.756</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.645.481</b>	<b>2.551.756</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021		Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	7.491.075	6.981.213	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>495.409</b>	<b>519.505</b>	<b>1.014.914</b>
Outras receitas		36.453	-	Ajuste do exercício anterior	45.414	-	45.414
		<b>7.527.528</b>	<b>6.981.213</b>	Superávit do exercício	-	303.275	303.275
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	519.505	(519.505)	-
Com pessoal		(6.007.837)	(5.673.668)	<b>Saldos em</b>			
Prestadores de serviços médicos		-	(53.287)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.060.328</b>	<b>303.275</b>	<b>1.363.603</b>
Prestadores de serviços de terceiros	11	(433.742)	(323.255)	Superávit do exercício	-	109.129	109.129
Administrativas e gerais	12	(483.610)	(364.433)	Incorporação ao patrimônio social	303.275	(303.275)	-
Atividades acadêmicas		(521.197)	(133.217)	<b>Saldos em</b>			
Contingências e despesas judiciais		(21.916)	(139.715)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.363.603</b>	<b>109.129</b>	<b>1.472.732</b>
		<b>(7.468.302)</b>	<b>(6.687.575)</b>				
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>59.226</b>	<b>293.638</b>				
Receitas financeiras	13	50.832	11.158				
Despesas financeiras	13	(929)	(1.521)				
		<b>49.903</b>	<b>9.637</b>				
<b>Superávit do exercício</b>		<b>109.129</b>	<b>303.275</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>109.129</b>	<b>303.275</b>
Ajustes do exercício anterior	-	45.414
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(164.748)	59.834
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	(142.725)	116.298
Outros créditos	-	367
Bloqueio judicial	(339.013)	98.224
Fornecedores	6.057	5.270
Obrigações fiscais	(878)	(15.637)
Obrigações sociais e trabalhistas	85.907	(19.120)
Provisões de férias	55.815	(22.132)
Outros passivos	2.443	(238.247)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(388.013)</b>	<b>333.546</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(388.013)</b>	<b>333.546</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	901.250	567.704
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	513.237	901.250
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(388.013)</b>	<b>333.546</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.610.100 e R\$ 1.520.543, respectivamente.

### (vi) Central de Convênios – São Caetano do Sul

Em 31 de janeiro de 2020 foi celebrado o Convênio nº 01/2020 – Processo nº 24/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de estabelecer programa de assistência aos dependentes químicos e portadores de outros transtornos mentais de forma eficaz e humanizada, oferecendo o primeiro atendimento, acompanhamento e tratamento psicossocial adequado e preservando a equipe de profissionais compatíveis com as necessidades do programa para implantação e manutenção em regime de colaboração entre os parceiros, de um programa de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Docente-Assistencial na área de saúde. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93. Em 28 de janeiro de 2022 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento do Convênio nº 01/2020, prorrogando o prazo de vigência por mais doze meses, a partir do dia 31 de janeiro de 2022. E o

valor da prorrogação é de R\$ 8.868.724,44.

Em 29 de julho de 2020 foi celebrado o Convênio nº 03/202 – Processo nº 6768/2020 entre a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de manter o programa municipal de DST/AIDS, com plano de ações e metas de apoio à gestão de programa, mantendo o serviço de atendimento especializado (SAE/CEPADI) com equipe técnica de profissionais de nível assistencial compatíveis com a necessidade; aprimorar as atividades do programa, objetivando reduzir a incidência das DST/AIDS e melhora na qualidade de vida dos portadores de vírus correlacionados; aumentar a cobertura das ações de prevenção, principalmente em grupos com maior vulnerabilidade; reduzir o estigma, a discriminação e os demais impactos sociais negativos das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais. O prazo de vigência deste convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o dispositivo do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93. Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento do Convênio nº 03/2020, prorrogando o prazo de vigência por mais doze meses, a partir do dia 29 de julho de 2022. E o valor da prorrogação é de R\$ 2.682.626,61.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	198.710	827.877
Aplicações financeiras	314.527	73.374
	<b>513.237</b>	<b>901.251</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros dos contratos de gestão firmados com a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.

### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – São Caetano do Sul.

### 7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	295.992	223.740
Rescisões a pagar	-	15.600
IRRF a recolher	73.160	62.546
FGTS a recolher	47.223	40.664
INSS sobre autônomos a recolher	40.299	29.998
Empréstimo consignado a pagar	13.924	12.143
	<b>470.598</b>	<b>384.691</b>

### 8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	18.913	183.661
	<b>18.913</b>	<b>183.661</b>

### 11 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	237.209	247.466
Serviços de manutenção predial	196.533	-
Serviços de portaria	-	75.789
	<b>433.742</b>	<b>323.255</b>

### 12 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	186.180	122.711
Material de consumo administrativo	-	4.161
Outras despesas	297.430	237.561
	<b>483.610</b>	<b>364.433</b>

### 13 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	50.832	11.158
	<b>50.832</b>	<b>11.158</b>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(929)	(1.515)
Juros financeiros	-	(6)
	<b>(929)</b>	<b>(1.521)</b>

### 14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – São Caetano do Sul não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helena Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – São Caetano do Sul**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caetano do Sul, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – São Caeta-

no do Sul, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Caetano do Sul, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Rio Grande da Serra**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		8	8	Fornecedores		221.525	221.525
Convênios e contratos a receber		<u>2.231.300</u>	<u>2.231.300</u>	Obrigações fiscais		50.453	50.453
		<b>2.231.308</b>	<b>2.231.308</b>	Outros passivos		<u>1.023.646</u>	<u>1.023.646</u>
						<b>1.295.624</b>	<b>1.295.624</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		<u>126</u>	<u>121</u>	Patrimônio social		935.805	935.805
		<b>126</b>	<b>121</b>	Superávit acumulado		<u>5</u>	<u>-</u>
						<b>935.810</b>	<b>935.805</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.231.434</b>	<b>2.231.429</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.231.434</b>	<b>2.231.429</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Outras receitas		<u>220.855</u>	-	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<u>975.206</u>	-	<u>975.206</u>
		<b>220.855</b>	-	Ajuste do exercício anterior		(39.401)	-	(39.401)
<b>Despesas Operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Contingências e despesas judiciais		<u>(220.000)</u>	-	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<u>935.805</u>	-	<u>935.805</u>
		<b>(220.000)</b>	-	Superávit do exercício		-	5	5
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>855</b>	-	<b>Saldos em</b>				
<b>Receitas financeiras</b>		-	-	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<u>935.805</u>	<u>5</u>	<u>935.810</u>
Despesas financeiras		<u>(850)</u>	-					
		<b>(850)</b>	-					
<b>Superávit do exercício</b>		<b>5</b>	-					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	5	-
Ajustes do exercício anterior	-	(39.401)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	(5)	74
Outros passivos	-	39.335
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	-	8
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	8
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	8

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis****À****Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Rio Grande da Serra****Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Rio Grande da Serra, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações

e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Mauá**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		46	42	<b>Fornecedores</b>		<b>977.755</b>	<b>977.755</b>
Convênios e contratos a receber		6.820.795	6.820.795	Obrigações fiscais		206.029	206.029
		<b>6.820.841</b>	<b>6.820.837</b>	Obrigações sociais e trabalhistas		2.193.108	2.193.108
				Outros passivos		3.503.567	3.503.567
						<b>6.880.459</b>	<b>6.880.459</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		1.756	1.756	Patrimônio social		(57.866)	(57.868)
		<b>1.756</b>	<b>1.756</b>	Superávit acumulado		4	-
						<b>(57.868)</b>	<b>(57.868)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.822.597</b>	<b>6.822.593</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.822.597</b>	<b>6.822.593</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			
	2022	2021	
Receitas financeiras	4	-	
Despesas financeiras	-	-	
	4	-	
<b>Superávit do exercício</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(57.868)</b>	-	<b>(57.868)</b>
Ajuste do exercício anterior	2	-	2
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(57.866)</b>	-	<b>(57.866)</b>
Superávit do exercício	-	4	4
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(57.866)</b>	<b>4</b>	<b>(57.862)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit do exercício</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	
Ajustes do exercício anterior	-	2	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42	40	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	46	42	
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Mauá**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Mauá, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Ribeirão Pires**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Convênios e contratos a receber		<u>3.018.392</u>	<u>3.018.392</u>	<b>Obrigações fiscais</b>		-	<b>4.681</b>
		<b>3.018.392</b>	<b>3.018.392</b>	Outros passivos		<u>2.162.625</u>	<u>2.140.121</u>
						<b>2.162.625</b>	<b>2.144.802</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		<u>855.767</u>	<u>873.590</u>
						<b>855.767</b>	<b>873.590</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.018.392</b>	<b>3.018.392</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.018.392</b>	<b>3.018.392</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Demonstração de Resultado****Sem movimentação**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>873.590</u>	-	<b>873.590</b>
Ajuste do exercício anterior		<u>(17.823)</u>	-	<u>(17.823)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>855.767</b>	-	<b>855.767</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>855.767</u>	-	<b>855.767</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	-	-
Ajustes do exercício anterior	-	(17.823)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Fornecedores	-	-
Obrigações fiscais	-	(4.681)
Outros passivos	-	22.504
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	-	-
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	-	-

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Ribeirão Pires**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão Pires, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Ribeirão Pires, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-

ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

---

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

---

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

---

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Caieiras**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		426	425	Obrigações fiscais		33.015	33.015
Outros créditos		2.924	2.924			33.015	33.015
		3.350	3.349				
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		998.066	998.061	Patrimônio social		968.403	968.400
		998.066	998.061	Superávit acumulado		20	-
						968.423	968.400
<b>Total do ativo</b>		<b>1.001.438</b>	<b>1.001.415</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.001.438</b>	<b>1.001.415</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>		
Outras receitas	9	-
	9	-
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>	<b>9</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras	43	-
Despesas financeiras	(32)	-
	11	-
<b>Superávit do exercício</b>	<b>20</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>968.403</b>	<b>-</b>	<b>968.403</b>
Ajuste do exercício anterior		(3)	-	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>968.403</b>	<b>-</b>	<b>968.403</b>
Ajuste do exercício anterior		3	-	-
Superávit do exercício		-	20	20
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>968.403</b>	<b>20</b>	<b>968.420</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>20</b>	<b>-</b>
Ajustes do exercício anterior	3	(3)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Outros créditos	-	8.630
Bloqueio judicial	(22)	(5)
Outros passivos	-	(8.620)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>414</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	425	423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	426	425
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Caieiras**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caieiras, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Caieiras, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstra-

ções contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de con-

tinuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Guarulhos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	659.837	3.525				
Convênios e contratos a receber		-	9.930.697				
Outros créditos	5	<u>145.635</u>	<u>752.779</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>805.472</b>	<b>10.687.001</b>	Patrimônio social		764.512	13.070.498
				Déficits acumulados		<u>356.951</u>	<u>(2.375.289)</u>
<b>Não circulante</b>						<b>1.121.463</b>	<b>10.695.209</b>
Bloqueio judicial	6	315.991	8.208				
		<b>315.991</b>	<b>8.208</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b><u>1.121.463</u></b>	<b><u>10.695.209</u></b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.121.463</u></b>	<b><u>10.695.209</u></b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Notas	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>								
Convênios público - Municipal	1 (vi)	307.827	19.607.091	<b>Saldos em</b>				
Outras receitas		40	2.990	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>3.944.194</b>	<b>547.736</b>	<b>4.491.930</b>
		<b>307.867</b>	<b>19.610.081</b>	Ajuste do exercício anterior		31.946	-	31.946
<b>Despesas operacionais</b>				Acervo líquido cindido		8.546.622	-	8.546.622
Com pessoal		-	(11.689.809)	Déficit do exercício		-	(2.375.289)	(2.375.289)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(2.031.471)	Incorporação ao patrimônio social		547.736	(547.736)	-
Prestadores de serviços médicos		-	(4.268.947)					
Prestadores de serviços de terceiros		-	(3.004.493)	<b>Saldos em</b>				
Administrativas e gerais		(17)	(642.868)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>13.070.498</b>	<b>(2.375.289)</b>	<b>10.695.209</b>
Contingências e despesas judiciais		<u>(3.000)</u>	<u>(382.847)</u>	Ajuste do exercício anterior	8	(9.930.697)	-	(9.930.697)
		<b>(3.017)</b>	<b>(22.020.435)</b>	Superávit do exercício		-	356.951	356.951
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>304.850</b>	<b>(2.410.354)</b>	Incorporação ao patrimônio social		(2.375.289)	2.375.289	-
Receitas financeiras	7	52.270	41.584					
Despesas financeiras	7	<u>(169)</u>	<u>(6.519)</u>	<b>Saldos em</b>				
		<b>52.101</b>	<b>35.065</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>764.512</b>	<b>356.951</b>	<b>1.121.463</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>356.951</b>	<b>(2.375.289)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>356.951</b>	<b>(2.375.289)</b>
Ajustes do exercício anterior	(9.930.697)	31.946
Acervo líquido cindido	-	8.546.622
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	-	(2.262.879)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	9.930.697	7.012.091
Outros créditos	607.144	(646.104)
Bloqueio judicial	(307.783)	706.000
Fornecedores	-	(1.414.168)
Obrigações fiscais	-	(141.737)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(5.509.055)
Provisões de férias	-	(4.755.170)
Outros passivos	-	(927.182)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>656.312</b>	<b>(1.734.925)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>656.312</b>	<b>(1.734.925)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.525	1.738.450
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	659.837	3.525
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>656.312</b>	<b>(1.734.925)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021, o montante de R\$ 3.132.869.

### (vi) Central de Convênios – Guarulhos

Em 31 de março de 2015 foi celebrado o Convênio nº 8822/2015-FMS-PA nº 19.612/15-SS entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de cooperação técnica e financeira visando a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre os parceiros, e integrar as Policlínicas Maria Dirce e Paraíso, e Unidades de Pronto Atendimento – UPA São João – Lavras e UPA Cumbica, na rede regionalizada e hierarquizada de estabelecimentos de saúde que constituem o SUS Guarulhos, de modo a garantir aos seus usuários atenção integral, humanizada e de qualidade, em ação conjunta a ser desenvolvida entre o Município, por meio da Secretária Municipal da Saúde e a Fundação do ABC.

Em dezembro de 2017, a Prefeitura transferiu os serviços da unidade Paraíso para a nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Cumbica "Prefeito Vicentino Papotto", também sob administração da Fundação do ABC. Com capacidade para 400 atendimentos diários, a unidade oferece assistência

de urgência e emergência em clínica médica e pediatria, além de exames de raio X e atendimento odontológico.

Todas as unidades estão inseridas na rede de estabelecimentos da saúde do SUS/Guarulhos, com a finalidade de servir como referência para a prestação de assistência integral à saúde dos usuários, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade.

O prazo de vigência deste convênio é de trinta e seis meses, contados a partir do dia 1 de abril de 2015, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo.

Em 31 de março de 2020, foi celebrado o Termo de Aditamento nº 04-19/2020-FMS, com objetivo de prorrogar o prazo de vigência por doze meses compreendendo o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, ou em menor prazo mediante conclusão de Chamamento Público, exclusão do equipamento PA Paraíso.

Não houve renovação do Contrato, encerrando em março de 2021.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de

amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

##### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	165	169
Aplicações financeiras	659.672	3.356
	<b>659.837</b>	<b>3.525</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Outros créditos

Referem-se aos valores a receber da filial Guarulhos Indenizatórios.

### 6 Bloqueio judicial

Referem-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Guarulhos.

### 7 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	52.269	41.584
	<b>52.269</b>	<b>41.584</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(168)	(6.519)
	<b>(168)</b>	<b>(6.519)</b>

### 8 Ajustes do exercício anterior

Refere-se a baixa do saldo de convênios a receber, devido não haver obrigações a pagar.

### 9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Guarulhos não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**

Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Guarulhos**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Guarulhos, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Guarulhos, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.930	3.985	Fornecedores	7	23.586.112	25.755.851
Convênios e contratos a receber	5	243.186	356.174	Obrigações fiscais	8	914.102	1.007.806
Outros créditos		823.054	384.597	Outros passivos	9	654.155	382.407
		<b>1.069.170</b>	<b>744.756</b>			<b>25.154.369</b>	<b>27.146.064</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	6	37.793	179	Patrimônio social		(18.490.571)	(24.201.969)
		<b>37.793</b>	<b>179</b>	Déficits acumulados		(5.556.835)	(2.199.160)
						<b>(24.047.406)</b>	<b>(26.401.129)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.106.963</b>	<b>744.935</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.106.963</b>	<b>744.935</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio Superávits (déficit) social acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Outras receitas		28.113	17.578	<b>31 de dezembro de 2020</b>		(54.887.608)	9.704.909 (45.182.699)
		<b>28.113</b>	<b>17.578</b>	Ajuste do exercício anterior		20.980.730	- 20.980.730
<b>Despesas operacionais</b>				Déficit do exercício		- (2.199.160)	(2.199.160)
Com pessoal		-	(1.271)	Incorporação ao			
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(292.790)	patrimônio social		9.704.909	(9.704.909) -
Prestadores de serviços de terceiros		(16)	(101.142)	<b>Saldos em</b>			
Contingências e despesas judiciais	11	(5.586.009)	(1.821.585)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		(24.201.969)	(2.199.160) (26.401.129)
		<b>(5.586.025)</b>	<b>(2.216.788)</b>	Acervo líquido incorporado	10	7.910.558	- 7.910.558
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(5.557.912)</b>	<b>(2.199.210)</b>	Déficit do exercício		- (5.556.835)	(5.556.835)
Receitas financeiras	12	1.352	931	Incorporação ao			
Despesas financeiras	12	(275)	(881)	patrimônio social		(2.199.160)	2.199.160 -
		<b>1.077</b>	<b>50</b>	<b>Saldos em</b>			
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(5.556.835)</b>	<b>(2.199.160)</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(18.490.571)</b>	<b>(5.556.835) (24.047.406)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(5.556.835)</b>	<b>(2.199.160)</b>
Acervo líquido cindido	7.910.558	-
Ajustes do exercício anterior	-	20.980.730
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	112.988	6.526.240
Outros créditos	(438.457)	(164.135)
Bloqueio judicial	(37.614)	759.103
Fornecedores	(2.169.739)	(3.993.403)
Obrigações fiscais	(93.704)	(49.873)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(20.798.798)
Outros passivos	271.748	(1.129.935)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(69.231)</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(69.231)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.985	73.216
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.930	3.985
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(69.231)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021, o montante de R\$ 341.

### (vi) Central de Convênios – Santo André II

Em 30 de junho de 2015 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 348/15-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde.

O prazo de vigência deste contrato de gestão é de cinco anos, contados a partir do dia 1 de julho de 2015.

Em 30 de dezembro de 2019, foi celebrado o 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 348/2015-PJ, Termo Aditivo nº 238/2019, apresentando o valor do Plano Operativo para a vigência do contrato de 1 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contratos a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	2.875	2.875
Aplicações financeiras	55	1.110
	<b>2.930</b>	<b>3.985</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Santo André II.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	914.102	1.007.745
IRRF retido de serviços a recolher	-	61
	<b>914.102</b>	<b>1.007.806</b>

#### 9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 10 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos entre os contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Santo André, sendo R\$ 882.088 do Contrato de Gestão SS n° 205/2021-PJ, Santo André VI, e R\$ 7.028.470 do Contrato de Gestão SS n° 35/2022, Santo André VII.

#### 11 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

#### 12 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	1.352	931
	<b>1.352</b>	<b>931</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(275)	(881)
	<b>(275)</b>	<b>(881)</b>

#### 13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Santo André II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André II**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, pla-

nejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital e Maternidade Interlagos

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		18	7				
		18	7				
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		172.298	172.326	Patrimônio social		172.305	172.333
		172.298	172.326	Superávit acumulado		11	-
						172.316	172.305
<b>Total do ativo</b>		<b>172.316</b>	<b>172.305</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>172.316</b>	<b>172.305</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			
	Nota	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Outras receitas		7.584	-
		7.584	-
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>7.584</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras		1	-
Despesas financeiras		(7.574)	-
		(7.573)	-
<b>Superávit do exercício</b>		<b>11</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>172.333</b>	<b>-</b>	<b>172.333</b>
Ajuste do exercício anterior		(28)	-	(28)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>172.305</b>	<b>-</b>	<b>172.305</b>
Superávit do exercício		-	11	11
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>172.305</b>	<b>11</b>	<b>172.316</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
		2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Superávit do exercício</b>		<b>11</b>	<b>-</b>
Ajustes do exercício anterior		-	(28)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Bloqueio judicial		-	28
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>11</b>	<b>-</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		18	7
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando as demonstrações de resultados abrangentes do exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

nial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital e Maternidade Interlagos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	81	3.296.236	Fornecedores		-	63.666
Convênios e contratos a receber		-	2.289.243	Obrigações fiscais		-	607
Outros créditos		8.761	8.761	Obrigações sociais e trabalhistas		-	1.762.118
		<b>8.842</b>	<b>5.594.240</b>	Provisões de férias		-	920.152
				Outros passivos		157.863	252.679
<b>Não circulante</b>						<b>157.863</b>	<b>2.999.222</b>
Bloqueio judicial	5	361.256	782.375	<b>Não circulante</b>			
		<b>361.256</b>	<b>782.375</b>	Provisão para contingências	6	-	8.323
						-	<b>8.323</b>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social		1.940.765	2.102.120
				Superávits (déficits) acumulados		(1.728.530)	1.266.950
						212.235	3.369.070
<b>Total do ativo</b>		<b>370.098</b>	<b>6.376.615</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>370.098</b>	<b>6.376.615</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Convênios público - Municipal	1 (vi)	5.392.664	14.255.759	<b>31 de dezembro de 2020</b>		<b>1.040.629</b>	<b>1.026.351</b>	<b>2.066.980</b>
Outras receitas		11.754	-	Ajuste do exercício anterior		35.140	-	35.140
		<b>5.404.418</b>	<b>14.255.759</b>	Superávit do exercício		-	1.266.950	1.266.950
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social		1.026.351	(1.026.351)	-
Com pessoal		(6.471.987)	(11.799.741)	<b>Saldos em</b>				
Medicamentos e insumos hospitalares	8	(92.585)	(80.903)	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>2.102.120</b>	<b>1.266.950</b>	<b>3.369.070</b>
Prestadores de serviços médicos		(11.254)	(6.949)	Acervo líquido cindido	7	(1.428.305)	-	(1.428.305)
Prestadores de serviços de terceiros	9	(353.401)	(537.472)	Déficit do exercício		-	(1.728.530)	(1.728.530)
Administrativas e gerais	10	(336.127)	(603.380)	Incorporação ao patrimônio social		1.266.950	(1.266.950)	-
Contingências e despesas judiciais		(24.414)	(3.020)	<b>Saldos em</b>				
Bens de terceiros	3 (d)	(6.350)	(6.719)	<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.940.765</b>	<b>(1.728.530)</b>	<b>212.235</b>
		<b>(7.296.118)</b>	<b>(13.038.184)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(1.891.700)</b>	<b>1.217.575</b>					
Receitas financeiras	11	163.900	50.483					
Despesas financeiras	11	(730)	(1.108)					
		163.170	49.375					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(1.728.530)</b>	<b>1.266.950</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(1.728.530)</b>	<b>1.266.950</b>
Ajustes do exercício anterior	-	35.140
Acervo líquido cindido	(1.428.305)	-
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(8.323)	(75.452)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	2.289.243	2.217.042
Outros créditos	-	1.021
Bloqueio judicial	421.119	(409.154)
Fornecedores	(63.666)	(23.807)
Obrigações fiscais	(607)	607
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.762.118)	102.779
Provisões de férias	(920.152)	60.212
Outros passivos	(94.816)	(205.241)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(3.296.155)</b>	<b>2.970.097</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.296.155)</b>	<b>2.970.097</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.296.236	326.139
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	81	3.296.236
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.296.155)</b>	<b>2.970.097</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.734.493 e R\$ 3.162.330, respectivamente.

### (vi) Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba

Em 31 de julho de 2017 foi celebrado o Termo de Convênio entre a Prefeitura do Município de Itatiba e a Fundação do ABC, que tem por objeto a gestão, o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidade de Saúde da Família no município de Itatiba-SP, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS.

Em 31 de julho de 2020, foi celebrado o Quarto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses.

Em 31 de julho de 2021, foi celebrado o Quinto Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade prorrogação de prazo de vigência por mais doze meses.

Em 2 de março de 2022, foi celebrado o Sétimo Termo de Aditamento ao Termo de Convênio que tem por finalidade a inclusão de dois profissionais médicos, com validade até a data de 31 de julho de 2022.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Termo de Convênio.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a

um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (e) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	33	17
Aplicações financeiras	48	3.296.219
	<b>81</b>	<b>3.296.236</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba.

#### 6 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

#### 7 Acervo líquido cindido

Em decorrência do encerramento do Termo de Convênio, os saldos de provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos, de provisões para contingências e recursos financeiros foram transferidos para o novo Termo de Convênio nº 003/2022, Itatiba II.

#### 8 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	143	83
Material médico hospitalar	4.480	1.599
Gases industriais e medicinais	183	457
Material de limpeza e higiene	34.720	59.344
Outros materiais	53.059	19.420
	<b>92.585</b>	<b>80.903</b>

#### 9 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de manutenção predial	149.657	218.746
Locação de veículos e equipamentos	30.375	46.000
Serviços de manutenção de equipamentos	154.694	248.857
Serviços administrativos	14.983	17.228
Outros serviços	3.692	6.641
	<b>353.401</b>	<b>537.472</b>

#### 10 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	16.276	29.245
Material de conservação e reparo	5.888	4.871
Material de consumo administrativo	25.020	39.070
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.721	5.758
Outras despesas	287.222	524.436
	<b>336.127</b>	<b>603.380</b>

#### 11 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	163.900	50.483
	<b>163.900</b>	<b>50.483</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(730)	(1.108)
	<b>(730)</b>	<b>(1.108)</b>

#### 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Estratégia Saúde da Família (ESF) de Itatiba, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Itatiba, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Secretaria de Educação do Município de Santo André

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.485.591	973.059	Fornecedores		38.108	72.973
Outros créditos		-	6	Obrigações fiscais		33	516
		<b>1.485.591</b>	<b>973.065</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	6	554.491	429.603
				Provisões de férias	7	81.701	107.848
				Outros passivos	8	30.634	32.496
						<b>704.967</b>	<b>643.436</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	5	379.681	155	Patrimônio social		329.784	(235.991)
		<b>379.681</b>	<b>155</b>	Superávits acumulados		830.521	565.775
						<b>1.160.305</b>	<b>329.784</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.865.272</b>	<b>973.220</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.865.272</b>	<b>973.220</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021	Nota	Patrimônio Superávits (déficit) social acumulados	Total	
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Parceria público - Municipal	1 (vi)	4.625.011	3.702.906	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>(67.131)</b>	<b>(172.124)</b>	<b>(239.255)</b>
Outras receitas		3.484	-	Ajuste do exercício anterior	3.264	-	3.264
		<b>4.628.495</b>	<b>3.702.906</b>	Superávit do exercício	-	565.775	565.775
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	(172.124)	172.124	-
Com pessoal		(3.428.530)	(2.823.663)	<b>Saldos em</b>			
Medicamentos e insumos hospitalares		(2.756)	(6.864)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(235.991)</b>	<b>565.775</b>	<b>329.784</b>
Prestadores de serviços de terceiros		(66.100)	(20.500)	Superávit do exercício	-	830.521	830.521
Administrativas e gerais	9	(272.382)	(192.039)	Incorporação ao patrimônio social	565.775	(565.775)	-
Contingências e despesas judiciais		(468)	(1.002)	<b>Saldos em</b>			
Bens de terceiros	3 (d)	(145.260)	(109.548)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>329.784</b>	<b>830.521</b>	<b>1.160.305</b>
		<b>(3.915.496)</b>	<b>(3.153.616)</b>				
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>712.999</b>	<b>549.290</b>				
Receitas financeiras	10	120.512	26.195				
Despesas financeiras	10	(2.990)	(9.710)				
		117.522	16.485				
<b>Superávit do exercício</b>		<b>830.521</b>	<b>565.775</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>830.521</b>	<b>565.775</b>
Ajustes do exercício anterior	-	3.264
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Outros créditos	6	32
Bloqueio judicial	(379.526)	1.091
Fornecedores	(34.865)	57.880
Obrigações fiscais	(483)	516
Obrigações sociais e trabalhistas	124.888	4.874
Provisões de férias	(26.147)	(653)
Outros passivos	(1.862)	(19.041)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>512.532</b>	<b>613.738</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>512.532</b>	<b>613.738</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	973.059	359.321
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.485.591	973.059
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>512.532</b>	<b>613.738</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 918.846 e R\$ 756.742, respectivamente.

### (vi) Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André

Em 5 de abril de 2018 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objeto o Gerenciamento, operacionalização, formação e execução de ações complementares na Rede Municipal de Ensino, junto ao Centro de Atendimento Educacional Multidisciplinar (CAEM), Pólo Bilíngue, NANASA, unidades escolares e equipamentos municipais, devendo sempre ser considerada a concepção educacional da rede, na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em 16 de agosto de 2021 foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo repactuar o valor repassado a Entidade.

Em 29 de dezembro de 2021 foi celebrado o 6º Termo Aditivo ao Termo de

Colaboração nº 002/2018 entre a Prefeitura de Santo André, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do ABC, com o objetivo prorrogar a vigência de 1 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, e repactuar o valor repassado a Entidade.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demons-

trações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	112.377	124
Aplicações financeiras	1.373.214	972.935
	<b>1.485.591</b>	<b>973.059</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios na Secretaria de Educação do Município de Santo André.

### 6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	177.651	113.520
IRRF a recolher	54.996	35.283
FGTS a recolher	296.220	258.367
INSS sobre autônomos a recolher	25.117	21.936
Empréstimo consignado a pagar	497	497
Outros	10	-
	<b>554.491</b>	<b>429.603</b>

### 7 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 9 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Material de conservação e reparo	11.536	2.463
Material de consumo administrativo	85.285	35.723
Outras despesas	175.561	153.853
	<b>272.382</b>	<b>192.039</b>

### 10 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	120.512	26.195
	<b>120.512</b>	<b>26.195</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(2.990)	(9.710)
	<b>(2.990)</b>	<b>(9.710)</b>

### 11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**

Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da**

**Fundação do ABC – Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Secretaria de Educação do Município de Santo André, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André III

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.277	63.977	Fornecedores	6	5.177.798	5.177.798
		<u>25.277</u>	<u>63.977</u>	Obrigações fiscais	7	11.716	11.716
				Outros passivos	8	1.478.441	1.478.441
						<u>6.667.955</u>	<u>6.667.955</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	5	49.375	4.342	Patrimônio social		(6.599.636)	9.326.112
		<u>49.375</u>	<u>4.342</u>	Superávit (déficit) acumulado		6.333	(15.925.748)
						<u>(6.593.303)</u>	<u>(6.599.636)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>74.652</u>	<u>68.319</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>74.652</u>	<u>68.319</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021	Nota	Patrimônio Superávits (déficit) social acumulados	Total	
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	-	2.556.236	<b>31 de dezembro de 2020</b>	<u>(32.024.491)</u>	<u>1.790.481</u>	<u>(30.234.010)</u>
Outras receitas		10.095	2.539	Acervo líquido cindido	39.560.122	-	39.560.122
		<u>10.095</u>	<u>2.558.775</u>	Déficit do exercício	-	(15.925.748)	(15.925.748)
<b>Despesas operacionais</b>				Incorporação ao patrimônio social	1.790.481	(1.790.481)	-
Com pessoal		-	(799.629)	<b>Saldos em</b>			
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(950.838)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<u>9.326.112</u>	<u>(15.925.748)</u>	<u>(6.599.636)</u>
Prestadores de serviços médicos		-	(12.046.640)	Superávit do exercício	-	6.333	6.333
Prestadores de serviços de terceiros		-	(4.661.436)	Incorporação ao			
Administrativas e gerais		-	(11.833)	patrimônio social	(15.925.748)	15.925.748	-
Contingências e despesas judiciais	10	(6.382)	(12.284)	<b>Saldos em</b>			
		<u>(6.382)</u>	<u>(18.482.660)</u>	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<u>(6.599.636)</u>	<u>6.333</u>	<u>(6.593.303)</u>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<u>3.713</u>	<u>(15.923.885)</u>				
Receitas financeiras	11	3.700	1.833				
Despesas financeiras	11	(1.080)	(3.696)				
		<u>2.620</u>	<u>(1.863)</u>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<u>6.333</u>	<u>(15.925.748)</u>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<u>6.333</u>	<u>(15.925.748)</u>
Acervo líquido cindido	-	39.560.122
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	-	(5.784.636)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	-	60.019.375
Bloqueio judicial	(45.033)	251.292
Fornecedores	-	(18.621.616)
Obrigações fiscais	-	(1.179.428)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(24.461.405)
Provisões de férias	-	(33.775.486)
Outros passivos	-	(87.268)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>(38.700)</u>	<u>(4.798)</u>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(38.700)</u>	<u>(4.798)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.977	68.775
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.277	63.977
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(38.700)</u>	<u>(4.798)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021, o montante de R\$ 214.300, respectivamente.

### (vi) Santo André III

Em 30 de junho de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 109/2020-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC para gerenciamento, operacionalização, execução e fomento de serviços da rede pública de saúde e dos hospitais de campanha COVID-19 do município de Santo André, abrangendo as áreas da atenção básica, atenção especializada, atenção hospitalar, atenção às urgências e emergências, vigilância à saúde e apoio à gestão. Este contrato decorre da autorização procedida pelo Secretário de Saúde, ao reconhecer a Dispensa de Licitação nos termos do inciso IV do artigo 24 e da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se acha juntada ao Processo Administrativo nº. 11.197/2020.

O objetivo do presente Contrato de Gestão é fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia

da atenção à saúde. O prazo de vigência deste contrato de gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 1 de julho de 2020.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	12.912	12.912
Aplicações financeiras	12.365	51.065
	<b>25.277</b>	<b>63.977</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios - Santo André III.

#### 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de materiais médico hospitalares e de prestadores de serviços médicos.

#### 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	11.716	11.716
	<b>11.716</b>	<b>11.716</b>

#### 8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

#### 10 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

#### 11 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	3.700	1.833
	<b>3.700</b>	<b>1.833</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.080)	(3.696)
	<b>(1.080)</b>	<b>(3.696)</b>

#### 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - San-

to André III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À  
Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios - Santo André III

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André III, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	296.069	205.645	Fornecedores		14.593	11.237
Convênios e contratos a receber	5	325.495	171.797	Obrigações sociais e trabalhistas	7	212.305	104.016
		<b>621.564</b>	<b>377.442</b>	Provisões de férias	8	177.469	142.633
				Outros passivos	9	42.284	55.977
						<b>446.651</b>	<b>313.863</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	6	691.269	378.174	Patrimônio social		441.753	216.940
		<b>691.269</b>	<b>378.174</b>	Superávits acumulados		424.429	224.813
						<b>866.182</b>	<b>441.753</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.312.833</b>	<b>755.616</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.312.833</b>	<b>755.616</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Nota	2022	2021		Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>				
Parceria público - Municipal	1 (vi)	2.820.577	1.991.865	<b>31 de dezembro de 2020</b>		-	216.940	216.940
		<b>2.820.577</b>	<b>1.991.865</b>					
<b>Despesas operacionais</b>				Superávit do exercício		-	224.813	224.813
Com pessoal		(2.235.004)	(1.633.964)	Incorporação ao patrimônio social		216.940	(216.940)	-
Administrativas e gerais		(183.463)	(140.117)					
Contingências e despesas judiciais		(1.207)	-	<b>Saldos em</b>				
		<b>(2.419.674)</b>	<b>(1.774.081)</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>		<b>216.940</b>	<b>224.813</b>	<b>441.753</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>400.903</b>	<b>217.784</b>	Superávit do exercício		-	424.429	424.429
Receitas financeiras	11	26.539	10.614	Incorporação ao patrimônio social		224.813	(224.813)	-
Despesas financeiras	11	(3.013)	(3.585)					
		<b>23.526</b>	<b>7.029</b>	<b>Saldos em</b>				
				<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>441.753</b>	<b>424.429</b>	<b>866.182</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>424.429</b>	<b>224.813</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>424.429</b>	<b>224.813</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	(153.698)	(13.352)
Bloqueio judicial	(313.095)	(219.186)
Fornecedores	3.356	347
Obrigações sociais e trabalhistas	108.289	6.445
Provisões de férias	34.836	99.716
Outros passivos	(13.693)	(128.772)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>90.424</b>	<b>(29.989)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>90.424</b>	<b>(29.989)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	205.645	235.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	296.069	205.645
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>90.424</b>	<b>(29.989)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 598.981 e R\$ 437.902, respectivamente.

### (vi) Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)

Em 31 de julho de 2020 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de cooperação técnica e financeira para a operacionalização de serviços junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

O Plano de Trabalho contempla no fornecimento de Equipe multiprofissional para:

- realização de trabalho social com famílias;
- acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social, dos mais diversos;
- acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço a Comunidade;

- acompanhamento mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situação de violência ou outras situações de vulnerabilidade;
- acompanhamento de pessoas em situação de rua.

O prazo de vigência desta parceria é de doze meses, podendo ser aditado, pelo período máximo de sessenta meses.

Em 30 de julho de 2021 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do contrato, pelo prazo de doze meses, a contar de 1 de agosto de 2021, e consequentemente foi repactuado o valor do contrato.

Em 18 de abril de 2022 foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de alterar o valor do repasse dos meses de abril a julho de 2022.

Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 113/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do contrato, pelo prazo de doze meses, a contar de 1 de agosto de 2022, e consequentemente foi repactuado o valor do contrato.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Contas a receber

Refere-se ao valor de repasse a receber da parceria de operacionalização de serviços prestados junto aos equipamentos municipais de responsabilidade da Secretaria de Cidadania.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	296.069	205.645
	<b>296.069</b>	<b>205.645</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### 5 Contas a receber

Refere-se ao repasse a receber de recursos financeiros de parceria firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André, por meio dos Termos Aditivo ao Termo de Colaboração n° 113/2020.

### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS).

### 7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	154.178	72.989
IRRF a recolher	16.610	8.116
FGTS a recolher	20.370	11.463
INSS sobre autônomos a recolher	21.147	10.576
Empréstimo consignado a pagar	-	872
	<b>212.305</b>	<b>104.016</b>

### 8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

### 9 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

### 10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

### 11 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	26.539	10.614
	<b>26.539</b>	<b>10.614</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(3.013)	(3.585)
	<b>(3.013)</b>	<b>(3.585)</b>

### 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS) não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**

Presidente da Fundação do ABC

**Helena Teixeira Passetto**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

#### Presidência da

**Fundação do ABC – Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS)**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Santo André (SCAS), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André IV

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.294	99.294	Fornecedores	6	4.616.806	4.645.706
		99.294	99.294	Obrigações fiscais	7	103.215	125.191
				Outros passivos	8	873.707	920.483
						<b>5.593.728</b>	<b>5.691.380</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	5	13.122	59.907	Patrimônio social		(5.529.916)	(3.581.449)
		<b>13.122</b>	<b>59.907</b>	Superávit (déficit) acumulado		48.604	(1.950.730)
						<b>(5.481.312)</b>	<b>(5.532.179)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>112.416</b>	<b>159.201</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>112.416</b>	<b>159.201</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	2022	2021		Nota	Patrimônio	Superávits (Déficits) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>								
Convênios público - Municipal	1 (vi)	58.861	160.124.114	Acervo líquido cindido		35.978.673	-	35.978.673
Repasses públicos - COVID-19	1 (vi)	-	79.736.600	Acervo líquido incorporado		(39.560.122)	-	(39.560.122)
Outras receitas		-	27.404	Déficit do exercício		-	(1.950.730)	(1.950.730)
		<b>58.861</b>	<b>239.888.118</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(3.581.449)</b>	<b>(1.950.730)</b>	<b>(5.532.179)</b>
<b>Despesas operacionais</b>				Acervo líquido incorporado	10	2.263		2.263
Com pessoal		-	(141.861.866)	Superávit do exercício		-	48.604	48.604
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(2.887.582)	Incorporação ao patrimônio social		(1.950.730)	1.950.730	-
Prestadores de serviços médicos		-	(71.556.927)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(5.529.916)</b>	<b>48.604</b>	<b>(5.481.312)</b>
Prestadores de serviços de terceiros		-	(23.210.377)					
Administrativas e gerais		(198)	(2.177.042)					
Contingências e despesas judiciais	11	(10.280)	(11.215)					
Bens de terceiros		-	(132.867)					
		<b>(10.478)</b>	<b>(241.837.876)</b>					
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>48.383</b>	<b>(1.949.758)</b>					
Receitas financeiras	12	625	6.714					
Despesas financeiras	12	(404)	(7.686)					
		<b>221</b>	<b>(972)</b>					
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>48.604</b>	<b>(1.950.730)</b>					

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>48.604</b>	<b>(1.950.730)</b>
Acervo líquido cindido	-	35.978.673
Acervo líquido incorporado	2.263	(39.560.122)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	46.785	(59.907)
Fornecedores	(28.900)	4.645.706
Obrigações fiscais	(21.976)	125.191
Outros passivos	(46.776)	920.483
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>99.294</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>99.294</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>99.294</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>99.294</b>	<b>99.294</b>
<b>Redução, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>99.294</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021 no montante de R\$ 38.018.980.

### (vi) Santo André IV

Em 23 de dezembro de 2020 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 440/2020 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde.

O prazo de vigência desta Contrato é de até 180 dias consecutivos, contados a partir do dia 28 de dezembro de 2020.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências

na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	99.294	99.294
	<b>99.294</b>	<b>99.294</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André IV.

#### 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	103.215	125.191
	<b>103.215</b>	<b>125.191</b>

#### 8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

#### 10 Acervo líquido incorporado

Refere-se a transferência de recursos entre os contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Santo André, sendo R\$ 2.263 do Contrato de Gestão SS nº 35/2022, Santo André VII.

#### 11 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

#### 12 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	625	10.614
	<b>625</b>	<b>10.614</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(404)	(3.585)
	<b>(404)</b>	<b>(3.585)</b>

#### 13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André IV não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios - Santo André IV**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André IV, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do

resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André IV, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra-

ções contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ipiranga II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.132	1.263	Obrigações fiscais		-	8.591
		<b>4.132</b>	<b>1.263</b>	Obrigações sociais e trabalhistas		23.698	23.698
				Outros passivos	6	100.080	300.056
<b>Não circulante</b>						<b>123.778</b>	<b>332.345</b>
Bloqueio judicial	5	220.723	462.214	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>220.723</b>	<b>462.214</b>	Patrimônio social		131.132	-
				Superávit (déficit) acumulado		(30.055)	131.132
						<b>101.077</b>	<b>131.132</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>224.855</b>	<b>463.477</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>224.855</b>	<b>463.477</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021	Nota	Patrimônio social	Superávits (Déficits) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>							
Contrato de gestão - Estadual		-	7.405.103				
		-	<b>7.405.103</b>				
<b>Despesas operacionais</b>							
Com pessoal		-	(3.360.473)	Superávit do período	-	131.132	131.132
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(475)				
Prestadores de serviços médicos		(2.049)	(3.655.540)	<b>Saldos em</b>			
Administrativas e gerais		-	(262.544)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>131.132</b>	<b>131.132</b>
Contingências e despesas judiciais	8	(27.000)	-	Déficit do exercício	-	(30.055)	(30.055)
		<b>(29.049)</b>	<b>(7.279.032)</b>	Incorporação ao patrimônio social	131.132	(131.132)	-
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(29.049)</b>	<b>126.071</b>	<b>Saldos em</b>			
Receitas financeiras	9	52	10.560	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>131.132</b>	<b>(30.055)</b>	<b>101.077</b>
Despesas financeiras	9	(1.058)	(5.499)				
		<b>(1.006)</b>	<b>5.061</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(30.055)</b>	<b>131.132</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficit) do exercício	(30.055)	131.132
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	241.491	(462.214)
Obrigações fiscais	(8.591)	8.591
Obrigações sociais e trabalhistas	-	23.698
<b>Outros passivos</b>	<b>(199.976)</b>	<b>300.056</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>2.869</b>	<b>1.263</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.869</b>	<b>1.263</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.263	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.132	1.263
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.869</b>	<b>1.263</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter

estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no

Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021 no montante de R\$ 900.607.

### (vi) Hospital Ipiranga II

Em 12 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00007/2021, Processo nº SES-PRC-202051023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Gerenciamento técnico e administrativo de 10 (dez) leitos de UTI e atendimento de urgência do Hospital Ipiranga. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura.

Em 10 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de incluir o gerenciamento técnico e administrativo de 8 leitos de UTI, sem alteração do objeto do convênio.

Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a previsão de gerenciamento de 20 (vinte) leitos de Enfermaria Adulto do Hospital Ipiranga, para garantir a assistência à pacientes de casos graves oriundos da pandemia de Coronavírus (COVID-19), bem como a prorrogação até 03/08/2021, sem alteração do objeto do convênio.

Em 22 de julho de 2021 foi celebrado o 3º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade a alteração do Plano de Trabalho do Convênio nº 00007/2021, com a suplementação de recursos financeiros do Convênio e do 2º Termo Aditivo, bem como a prorrogação da vigência até 31/08/2021, sem alteração do objeto do Convênio.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG

2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico

CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	4.132	1.263
	<b>4.132</b>	<b>1.263</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital de Ipiranga II.

#### 6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 7 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

#### 8 Contingências e despesas judiciais

Compreende aos pagamentos dos processos trabalhistas e de custas e honorários oriundos desses processos.

#### 9 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	52	10.560
	<b>52</b>	<b>10.560</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.058)	(5.499)
	<b>(1.058)</b>	<b>(5.499)</b>

#### 10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Hospital Ipiranga II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ipiranga II**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Ipiranga II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicati-

vas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Hospital Ipiranga II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

---

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

---

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

---

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. São Mateus II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	809.104	757.666	Outros passivos	6	1.289	4.674
		<b>809.104</b>	<b>757.666</b>			<b>1.289</b>	<b>4.674</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial	5	137.572	122.628	Patrimônio social		875.620	-
		<b>137.572</b>	<b>122.628</b>	Superávit acumulado		69.767	875.620
						<b>945.387</b>	<b>875.620</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>946.676</b>	<b>880.294</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>946.676</b>	<b>880.294</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>				Superávit do exercício	-	875.620	875.620
Convênios público - Estadual		-	5.588.029				
Outras receitas		11	-	<b>Saldos em</b>			
		<b>11</b>	<b>5.588.029</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>875.620</b>	<b>875.620</b>
<b>Despesas operacionais</b>				Superávit do exercício	-	69.767	69.767
Com pessoal		-	(1.902.953)	Incorporação ao patrimônio social	875.620	(875.620)	-
Medicamentos e insumos hospitalares	(642)		(3.527)				
Prestadores de serviços médicos		-	(2.574.285)	<b>Saldos em</b>			
Prestadores de serviços de terceiros		-	(30.976)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>875.620</b>	<b>69.767</b>	<b>945.387</b>
Administrativas e gerais		-	(217.529)				
		<b>(642)</b>	<b>(4.729.270)</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(631)</b>	<b>858.759</b>				
Receitas financeiras	8	71.803	21.775				
Despesas financeiras	8	(1.405)	(4.914)				
		<b>70.398</b>	<b>16.861</b>				
<b>Superávit do exercício</b>		<b>69.767</b>	<b>875.620</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	<b>69.767</b>	<b>875.620</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	(14.944)	(122.628)
Outros passivos	(3.385)	4.674
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>51.438</b>	<b>757.666</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>51.438</b>	<b>757.666</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	757.666	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	809.104	757.666
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>51.438</b>	<b>757.666</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover

projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

#### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

#### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021 no montante de R\$ 509.991.

#### (vi) São Mateus II

Em 8 de janeiro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 00006/2021, Processo nº SES-PRC-2020/51023 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com o objetivo de promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros visando a implantação e o gerenciamento de 10 leitos de UTI Adulto no Hospital Geral de São Mateus para enfrentamento da COVID-19. O prazo de vigência é de seis meses, a partir da data da assinatura.

Em 24 de março de 2021 foi celebrado o 1º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade ampliar em mais 10 leitos de UTI e a contratação de serviços de hemodiálise a beira leito da UTI para enfrentamento do Covid-19 no Hospital Geral de São Mateus, sem alteração do objeto do convênio.

Em 4 de maio de 2021 foi celebrado o 2º Termo de Aditamento ao Termo de Convênio nº 00007/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, que tem por finalidade prorrogar por mais 60 (dias), até 06/09/2021 e ampliar os 10 leitos de UTI para 20 leitos de UTI adulto e o Serviço de Hemodiálise à beira do leito UTI.

Posterior a data de vencimento, não houve renovação do Contrato de Gestão.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 2.5 Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	809.104	757.666
	<b>809.104</b>	<b>757.666</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do São Mateus II.

## 6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

## 7 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 8 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	71.803	21.775
	<b>71.803</b>	<b>21.775</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.405)	(4.914)
	<b>(1.405)</b>	<b>(4.914)</b>

## 9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O São Mateus II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

### Presidência da Fundação do ABC – Central de Convênios – São Mateus II

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - São Mateus II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - São Mateus II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

## Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Guarulhos Indenizatório II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	623.232	1.615.372	Fornecedores	7	6.490	1.345.577
Convênios e contratos a receber	5	372.170	8.125.040	Obrigações fiscais		-	120.905
		<b>995.402</b>	<b>9.740.412</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	9.293.659	5.933.854
				Provisões de férias		-	4.774.919
				Outros passivos		-	1.021.182
						<b>9.300.149</b>	<b>13.196.437</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	110.742	1.517	Provisão para contingências	9	2.918.569	4.437.822
		<b>110.742</b>	<b>1.517</b>			<b>2.918.569</b>	<b>4.437.822</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(7.892.330)	(8.546.622)
				Superávit (déficit) acumulado		(3.220.244)	654.292
						<b>(11.112.574)</b>	<b>(7.892.330)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.106.144</b>	<b>9.741.929</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.106.144</b>	<b>9.741.929</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>							
Convênios público - Municipal	1 (vi)	48.896.341	58.821.273	Acervo líquido incorporado	(8.546.622)	-	(8.546.622)
Outras receitas		-	20.000	Superávit do exercício	-	654.292	654.292
		<b>48.896.341</b>	<b>58.841.273</b>				
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Com pessoal		(39.081.785)	(35.008.251)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(8.546.622)</b>	<b>654.292</b>	<b>(7.892.330)</b>
Medicamentos e insumos hospitalares	10	(2.139.461)	(4.007.417)	Déficit do exercício	-	(3.220.244)	(3.220.244)
Prestadores de serviços médicos	11	(4.947.338)	(8.415.312)	Incorporação ao patrimônio social	654.292	(654.292)	-
Prestadores de serviços de terceiros	12	(4.561.719)	(6.013.672)				
Administrativas e gerais	13	(1.524.968)	(2.227.348)	<b>Saldos em</b>			
Contingências e despesas judiciais		(60.706)	(2.534.767)	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(7.892.330)</b>	<b>(3.220.244)</b>	<b>(10.458.282)</b>
Bens de terceiros	3 (d)	(400)	(2.756)				
		<b>(52.316.377)</b>	<b>(58.209.523)</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(3.420.036)</b>	<b>631.750</b>				
Receitas financeiras	14	209.769	33.030				
Despesas financeiras	14	(9.977)	(10.488)				
		<b>199.792</b>	<b>22.542</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(3.220.244)</b>	<b>654.292</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>(3.220.244)</b>	<b>654.292</b>
Acervo líquido cindido	-	(8.546.622)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(1.519.253)	4.437.822
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	7.752.870	(8.125.040)
Bloqueio judicial	(109.225)	(1.517)
Fornecedores	(1.339.087)	1.345.577
Obrigações fiscais	(120.905)	120.905
Obrigações sociais e trabalhistas	3.359.805	5.933.854
Provisões de férias	(4.774.919)	4.774.919
Outros passivos	(1.021.182)	1.021.182
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(992.140)</b>	<b>1.615.372</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(992.140)</b>	<b>1.615.372</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.615.372	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	623.232	1.615.372
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(992.140)</b>	<b>1.615.372</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 10.473.918 e R\$ R\$ 9.382.211, respectivamente.

### (vi) Guarulhos - Indenizatório

Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de

Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando apli-

cável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	503	503
Aplicações financeiras	622.729	1.614.869
	<b>623.232</b>	<b>1.615.372</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de serviços de saúde prestados ao de Município de Guarulhos a título indenizatório.

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Guarulhos Indenizatórios II.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	-	2.391.660
Rescisões a pagar	3.900.533	16.639
IRRF a recolher	-	595.588
FGTS a recolher	5.393.126	2.486.106
INSS sobre autônomos a recolher	-	258.409
Empréstimo consignado a pagar	-	162.520
Outros	-	22.932
	<b>9.293.659</b>	<b>5.933.854</b>

#### 9 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	2.918.569	4.437.822
	<b>2.918.569</b>	<b>4.437.822</b>

#### 10 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	1.234.657	2.221.956
Material médico hospitalar	755.245	1.521.848
Gases industriais e medicinais	139.454	237.915
Dieta enteral e parenteral	2.867	7.976
Material de limpeza e higiene	1.921	1.192
Outros materiais	5.317	16.530
	<b>2.139.461</b>	<b>4.007.417</b>

#### 11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.443.331	1.913.730
Serviços de manutenção predial	459.762	614.748
Locação de veículos e equipamentos	141.151	184.835
Serviços de lavanderia hospitalar	345.276	457.825
Serviços de manutenção de equipamentos	360.342	442.001
Serviços administrativos	45.954	64.616
Serviços de motorista	389.522	513.638
Serviços de portaria	740.929	1.008.177
Outros serviços	635.452	814.102
	<b>4.561.719</b>	<b>6.013.672</b>

#### 13 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	302.252	446.171
Material de conservação e reparo	5.348	22.148
Material de consumo administrativo	114.446	177.811
Utilidade pública (água, luz, telefone)	11.050	18.958
Outras despesas	1.091.872	1.562.260
	<b>1.524.968</b>	<b>2.227.348</b>

#### 14 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	209.769	33.030
	<b>209.769</b>	<b>33.030</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(9.977)	(10.273)
Juros financeiros	-	(15)
Juros e multas de mora	-	(200)
	<b>(9.977)</b>	<b>(10.488)</b>

#### 15 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Guarulhos Indenizatório II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Guarulhos Indenizatório II**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Guarulhos Indenizatório II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de

caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Guarulhos Indenizatório II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais ris-

cos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André V - Indenizatório

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12	493	Fornecedores	5	5.676.235	5.771.537
		12	493	Obrigações fiscais	6	94.503	133.420
				Outros passivos	7	362.260	8.102.391
						<b>6.132.998</b>	<b>14.007.348</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		67	67	Patrimônio social		(6.266.657)	(468.425)
		67	67	Superávit (déficit) acumulado		133.738	(13.538.363)
						<b>(6.132.919)</b>	<b>(14.006.788)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>79</b>	<b>560</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>79</b>	<b>560</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			
	Notas	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Convênios público - Municipal	1 (vi)	133.850	25.478.438
Outras receitas		-	11
		<b>133.850</b>	<b>25.478.449</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal		-	(22.244.111)
Medicamentos e insumos hospitalares		-	(206.535)
Prestadores de serviços médicos		-	(11.837.788)
Prestadores de serviços de terceiros		-	(4.337.719)
Administrativas e gerais		-	(389.729)
Contingências e despesas judiciais		-	(379)
		-	<b>(39.016.261)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>133.850</b>	<b>(13.537.812)</b>
Receitas financeiras	10	4	888
Despesas financeiras	10	(116)	(1.439)
		<b>(112)</b>	<b>(551)</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>133.738</b>	<b>(13.538.363)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
Acervo líquido cindido	35.510.248	-	35.510.248
Acervo líquido incorporado	(35.978.673)	-	(35.978.673)
Déficit do período	-	(13.538.363)	(13.538.363)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(468.425)</b>	<b>(13.538.363)</b>	<b>(14.006.788)</b>
Ajuste do exercício anterior	9 7.740.131		7.740.131
Superávit do exercício	-	133.738	133.738
Incorporação ao patrimônio social	(13.538.363)	13.538.363	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(6.266.657)</b>	<b>133.738</b>	<b>(6.132.919)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>133.738</b>	<b>(13.538.363)</b>
Ajuste do exercício anterior	7.740.131	-
Acervo líquido cindido	-	35.510.248
Acervo líquido incorporado	-	(35.978.673)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	-	(67)
Fornecedores	(95.302)	5.771.537
Obrigações fiscais	(38.917)	133.420
Outros passivos	(7.740.131)	8.102.391
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(481)</b>	<b>493</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(481)</b>	<b>493</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	493	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	493
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(481)</b>	<b>493</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde,

na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CG-CER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuitades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2021, no montante de R\$ 5.961.422.

### (vi) Santo André V - Indenizatório

Compreende ao recebimento de recurso a título indenizatório da Prefeitura Municipal de Santo André.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados

pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	12	12
Aplicações financeiras	-	481
	<b>12</b>	<b>493</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 6 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	94.503	133.420
	<b>94.503</b>	<b>133.420</b>

## 7 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

## 8 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 9 Ajuste do exercício anterior

Refere-se a baixa de saldo do acervo líquido transferido do contrato Santo André VI para Santo André V – Indenizatório, no exercício de 2021.

## 10 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	4	888
	<b>4</b>	<b>888</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(116)	(1.044)
Juros e multas de mora	-	(395)
	<b>(116)</b>	<b>(1.439)</b>

## 11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André V - Indenizatório não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios –  
Santo André V - Indenizatório**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André V - Indenizatório, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André V - Indenizatório, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

## Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.346	8.773	Fornecedores		-	107.828
		<b>40.346</b>	<b>8.773</b>	Obrigações fiscais		-	20.172
				Outros passivos	6	317.013	654.045
<b>Não circulante</b>						<b>317.013</b>	<b>782.045</b>
Bloqueio judicial	5	273.404	769.304	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>273.404</b>	<b>769.304</b>	Patrimônio social		(3.968)	-
				Superávit (déficit) acumulado		705	(3.968)
						<b>(3.263)</b>	<b>(3.968)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>313.750</b>	<b>778.077</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>313.750</b>	<b>778.077</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>							
Repasse públicos - COVID-19	1 (vi)	-	1.795.637	Déficit do período	-	(3.968)	(3.968)
Outras receitas		-	111				
		-	<b>1.795.748</b>	<b>Saldos em</b>			
<b>Despesas operacionais</b>				<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>(3.968)</b>	<b>(3.968)</b>
Prestadores de serviços médicos		-	(1.653.345)	Superávit do exercício	-	705	705
Administrativas e gerais		-	(147.136)	Incorporação ao patrimônio social	(3.968)	3.968	-
		-	<b>(1.800.481)</b>				
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>			<b>(4.733)</b>	<b>Saldos em</b>			
Receitas financeiras	8	2.108	1.484	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.968)</b>	<b>705</b>	<b>(3.263)</b>
Despesas financeiras	8	(1.403)	(719)				
		<b>705</b>	<b>765</b>				
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>705</b>	<b>(3.968)</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>705</b>	<b>(3.968)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	495.900	(769.304)
Fornecedores	(107.828)	107.828
Obrigações fiscais	(20.172)	20.172
Outros passivos	(337.032)	654.045
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>31.573</b>	<b>8.773</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.573</b>	<b>8.773</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.773	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.346	8.773
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31.573</b>	<b>8.773</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**1 Contexto operacional**
**(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente,

educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua

atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

#### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

#### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

#### (vi) Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus - COVID-19 - São Mateus III

Em 2 de julho de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 077/2021, processo nº SES-PRC-2021/28028 entre a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo e a Fundação do ABC com o objetivo de gerenciamento de atendimento de urgência e emergência no Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus, enfretamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo Covid-19, mediante atendimento dos usuários do Sistema Única de Saúde na região. O prazo de vigência deste Convênio é de dois meses, a partir da data da assinatura.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os ris-

cos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	1	16
Aplicações financeiras	40.345	8.757
	<b>40.346</b>	<b>8.773</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III.

## 6 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

## 7 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 8 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.108	1.484
	<b>2.108</b>	<b>1.484</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.403)	(719)
	<b>(1.403)</b>	<b>(719)</b>

## 9 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Pronto Socorro Adulto no  
Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Pronto Socorro Adulto no Hospital Geral de São Mateus – COVID-19 - São Mateus III, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

## Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André VI

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.601	194.157	Fornecedores	7	21.001	10.816.499
Convênios e contratos a receber	5	5.897.651	31.371.239	Obrigações fiscais		-	644.825
Outros créditos		-	7.740.131	Obrigações sociais e trabalhistas		-	19.440.397
		<b>5.901.252</b>	<b>39.305.527</b>	Provisões de férias		-	32.692.107
				Contratos a pagar		252.178	870
<b>Não circulante</b>				Outros passivos	8	136.746	463.282
Bloqueio judicial	6	155.883	110.892			<b>409.925</b>	<b>64.057.980</b>
		<b>155.883</b>	<b>110.892</b>	<b>Não circulante</b>			
				Provisão para contingências	9	-	6.673.112
						-	<b>6.673.112</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(571.673)	(35.510.248)
				Superávits acumulados		6.218.883	4.195.575
						<b>5.647.210</b>	<b>(31.314.673)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.057.135</b>	<b>39.416.419</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.057.135</b>	<b>39.416.419</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>							
Convênios público - Municipal	1 (vi)	45.919.488	151.566.260	Acervo líquido incorporado	(35.510.248)	-	(35.510.248)
Repasse públicos - COVID-19	1 (vii)	8.738.773	42.033.611	Superávit do exercício	-	4.195.575	4.195.575
Outras receitas		1	2				
		<b>54.658.262</b>	<b>193.599.873</b>				
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Com pessoal		(19.736.063)	(138.197.984)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(35.510.248)</b>	<b>4.195.575</b>	<b>(31.314.673)</b>
Medicamentos e insumos hospitalares	12	(1.948.035)	(3.226.247)	Ajuste do exercício anterior	10 (7.740.131)		(7.740.131)
Prestadores de serviços médicos	13	(21.301.719)	(31.430.961)	Acervo líquido cindido, líquido	11 38.483.131	-	38.483.131
Prestadores de serviços de terceiros	14	(5.020.559)	(13.349.870)	Superávit do exercício	-	6.218.883	6.218.883
Administrativas e gerais	15	(407.699)	(2.231.560)	Incorporação ao patrimônio social	4.195.575	(4.195.575)	-
Contingências e despesas judiciais		(35.790)	(935.525)				
Bens de terceiros	3 (d)	-	(38.950)	<b>Saldos em</b>			
		<b>(48.449.865)</b>	<b>(189.411.097)</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(571.673)</b>	<b>6.218.883</b>	<b>5.647.210</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>6.208.397</b>	<b>4.188.776</b>				
Receitas financeiras	16	12.622	11.699				
Despesas financeiras	16	(2.136)	(4.900)				
		<b>10.486</b>	<b>6.799</b>				
<b>Superávit do exercício</b>		<b>6.218.883</b>	<b>4.195.575</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>6.218.883</b>	<b>4.195.575</b>
Ajustes do exercício anterior	(7.740.131)	-
Acervo líquido cindido	38.483.131	-
Acervo líquido incorporado	-	(35.510.248)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(6.673.112)	6.673.112
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber	25.473.588	(31.371.239)
Outros créditos	7.740.131	(7.740.131)
Bloqueio judicial	(44.991)	(110.892)
Fornecedores	(10.795.498)	10.816.499
Obrigações fiscais	(644.825)	644.825
Obrigações sociais e trabalhistas	(19.440.397)	19.440.397
Provisões de férias	(32.692.107)	32.692.107
Contratos a pagar	251.308	870
<b>Outros passivos</b>	<b>(326.536)</b>	<b>463.282</b>
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(190.556)</b>	<b>194.157</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(190.556)</b>	<b>194.157</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	194.157	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.601	194.157
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(190.556)</b>	<b>194.157</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 5.289.265 e R\$ 37.037.060, respectivamente

### (vi) Santo André VI

Em 29 de julho de 2021 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 205/2021-PJ entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC com o objetivo de fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde. O prazo de vigência deste Contrato é de até 180 dias consecutivos.

Em 25 de novembro de 2021 foi celebrado o Termo Aditivo do Contrato de Gestão para aditar valor e prazo final da vigência para 24 de janeiro de 2022.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de

Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros".

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	-	2
Banco conta movimento	2	2
Aplicações financeiras	3.599	194.153
	<b>3.601</b>	<b>194.157</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são aplicados em poupança, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Contrato de Gestão firmado com a Prefeitura de Município de Santo André.

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Santo André VI.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 8 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

#### 9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

#### 10 Ajuste do exercício anterior

Refere-se a baixa de saldo do acervo líquido transferido do contrato Santo André VI para Santo André V – Indenizatório, no exercício de 2021.

#### 11 Acervo líquido cindido

Em decorrência do contrato encerrado, os saldos das provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos foram transferidos para o novo Contrato de Gestão SS nº 35/2022, Santo André VII, no montante de R\$ 39.365.219, e foi transferido recursos financeiros no montante de R\$ 882.088 para o Contrato de Gestão SS nº 348/15-PJ, Santo André II.

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	1.283.102	649.719
Material médico hospitalar	664.928	2.575.148
Material de laboratório	-	73
Material de limpeza e higiene	5	992
Outros materiais	-	315
	<b>1.948.035</b>	<b>3.226.247</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.668.493	3.768.657
Serviços de informática	556.800	1.301.333
Serviços de refeitório	1.611	1.113.621
Locação de veículos e equipamentos	35.736	185.775
Serviços de lavanderia hospitalar	399.339	1.624.880
Serviços de manutenção de equipamentos	312.282	711.963
Serviços administrativos	60.284	233.500
Serviços de motorista	940.870	2.026.707
Serviços de logística	782.774	1.794.577
Serviços de portaria	262.370	588.558
Outros serviços	-	299
	<b>5.020.559</b>	<b>13.349.870</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	156	190
Material de conservação e reparo	2.103	9.406
Material de consumo administrativo	4.997	20.784
Utilidade pública (água, luz, telefone)	20.874	20.542
Outras despesas	379.569	2.180.638
	<b>407.699</b>	<b>2.231.560</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	12.622	11.699
	12.622	11.699
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(2.136)	(4.900)
	<b>(2.136)</b>	<b>(4.900)</b>

#### 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. O Santo André VI não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André VI**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André VI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Santo André VI, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstân-

cias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Projeto Conviver Bem

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial							
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	251.310	156.774	Fornecedores		7.421	11.720
		<b>251.310</b>	<b>156.774</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	5	126.375	85.932
				Outros passivos		258.812	13.240
						<b>392.608</b>	<b>110.892</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bloqueio judicial		235.270	-	Patrimônio social		45.882	-
		<b>235.270</b>	-	Superávits acumulados		48.090	45.882
						<b>93.972</b>	<b>45.882</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>486.580</b>	<b>156.774</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>486.580</b>	<b>156.774</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Notas	2022	2021		Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Receitas operacionais</b>							
Parceria público - Municipal	1 (vi)	1.699.947	405.041	Superávit do período	-	45.882	45.882
		<b>1.699.947</b>	<b>405.041</b>				
<b>Despesas operacionais</b>				<b>Saldos em</b>			
Com pessoal		(1.567.298)	(341.182)	<b>31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>45.882</b>	<b>45.882</b>
Administrativas e gerais		(97.679)	(18.421)	Superávit do exercício	-	48.090	48.090
		<b>(1.664.977)</b>	<b>(359.603)</b>	Incorporação ao patrimônio social	45.882	(45.882)	-
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>34.970</b>	<b>45.438</b>	<b>Saldos em</b>			
Receitas financeiras	7	14.667	1.037	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>45.882</b>	<b>48.090</b>	<b>93.972</b>
Despesas financeiras	7	(1.547)	(593)				
		<b>13.120</b>	<b>444</b>				
<b>Superávit do exercício</b>		<b>48.090</b>	<b>45.882</b>				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	<b>48.090</b>	<b>45.882</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Bloqueio judicial	(235.270)	-
Fornecedores	(4.299)	11.720
Obrigações sociais e trabalhistas	40.443	85.932
Outros passivos	245.572	13.240
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>94.536</b>	<b>156.774</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>94.536</b>	<b>156.774</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	156.774	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	251.310	156.774
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>94.536</b>	<b>156.774</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente,

educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**  
De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas,

sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

#### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

#### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, no montante de R\$ 420.036 e R\$ 91.437, respectivamente.

#### (vi) Central de Convênios – Projeto Conviver Bem

Em 28 de setembro de 2021 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC. Tem por objeto o programa para o desenvolvimento de formações, ações e atendimento especializado prioritariamente aos professores, podendo ser estendido aos demais profissionais que atuam nas unidades escolares ou nos equipamentos da Secretaria de Educação, visando subsidiá-los emocionalmente quanto às necessidades da Rede Municipal de Educação, que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes.

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de doze meses, a partir da data da assinatura.

Em 23 de setembro de 2022 foi celebrado o 1º Termo Aditivo nº 09/2022 ao Termo de Colaboração nº 160/2021 entre a Prefeitura Municipal de Santo André e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência até 27 de setembro de 2023 e de repactuar valores repassados a Entidade.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 2.5 Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	251.310	156.775
	251.310	156.775

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	83.049	53.880

IRRF a recolher	19.878	12.098
FGTS a recolher	11.905	8.930
INSS sobre autônomos a recolher	11.187	11.024
Empréstimo consignado a pagar	356	-
	<b>126.375</b>	<b>85.932</b>

## 6 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 7 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	14.667	1.037
	<b>14.667</b>	<b>1.037</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(1.547)	(593)
	<b>(1.547)</b>	<b>(593)</b>

## 8 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Projeto Conviver Bem não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**

Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da**

**Fundação do ABC – Central de Convênios – Projeto Conviver Bem**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Projeto Conviver Bem, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Projeto Conviver Bem, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	972.165	Obrigações fiscais	6	9.744
		<b>972.165</b>	Outros passivos	7	167.755
					<b>177.499</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	5	130.435	Superávits acumulados		925.101
		<b>130.435</b>			<b>925.101</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.102.600</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.102.600</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Notas	2022		2022
<b>Receitas operacionais</b>			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	3.507.511	<b>Superávit do exercício</b>	<b>925.101</b>
		<b>3.507.511</b>		-
<b>Despesas operacionais</b>			<b>Variações nos ativos e passivos:</b>	
Prestadores de serviços médicos	9	(2.384.759)	Bloqueio judicial	(130.435)
Administrativas e gerais		(222.110)	Obrigações fiscais	9.744
		<b>(2.606.869)</b>	Outros passivos	167.755
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>900.642</b>	<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>972.165</b>
Receitas financeiras	10	25.517		
Despesas financeiras	10	(1.058)	<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>972.165</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>925.101</b>		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do exercício	-	925.101	925.101
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>925.101</b>	<b>925.101</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**1 Contexto operacional****(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde

e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

**(iv) PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**(v) Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

**(vi) Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia**

Em 8 de dezembro de 2021 foi celebrado o Termo de Convênio nº 128/2021, Processo nº SES-PRC-2021/37569 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover a conjugação de esforços das convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de endoscopia da UGA II Hospital Ipiranga.

O prazo de vigência é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da Conveniente, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Em 23 de setembro de 2022 foi celebrado o 1º Termo Aditivo do Convênio nº 128/2021 entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e a Fundação do ABC, com objetivo de prorrogar a vigência do Convênio até 31 de dezembro de 2023 e de repactuar valores repassados a Entidade.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Banco conta movimento	269.798
Aplicações financeiras	702.367
	<b>972.165</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Hospital de Ipiranga – Convênio Endoscopia.

## 6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	7.367
IRRF retido de serviços a recolher	2.377
	<b>9.744</b>

## 7 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, a rateio a pagar das despesas compartilhadas com a Fundação do ABC.

## 8 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2018

## 9 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 10 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	25.517
	<b>25.517</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(1.058)
	<b>(1.058)</b>

## 11 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helena Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À  
**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Convênio Endoscopia, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Santo André VII

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>7.983.100</b>	<b>Circulante</b>		
Convênios e contratos a receber	5	4.153.623	Fornecedores	7	12.410.566
		<u>12.136.723</u>	Obrigações fiscais	8	505.350
			Obrigações sociais e trabalhistas	9	16.134.848
<b>Não circulante</b>			Provisões de férias		22.532.531
Bloqueio judicial	6	226.007	Outros passivos		851.394
		<u>226.007</u>			<u>52.434.689</u>
			<b>Não circulante</b>		
			Provisão para contingências	10	4.515.505
					<u>4.515.505</u>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social		(46.395.952)
			Superávits acumulados		1.808.488
					<u>(44.587.464)</u>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.362.730</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>12.362.730</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Convênios público - Municipal	1 (vi)	320.100.651
Repasse públicos - COVID-19	1 (vii)	27.087.913
Outras receitas		56
		<u>347.188.620</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Com pessoal		(243.313.058)
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(10.160.289)
Prestadores de serviços médicos	14	(60.913.418)
Prestadores de serviços de terceiros	15	(24.547.001)
Administrativas e gerais	16	(4.774.785)
Contingências e despesas judiciais		(8.760)
Bens de terceiros	3 (d)	<u>(1.760.265)</u>
		<b>(345.477.576)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>1.711.044</b>
Receitas financeiras	17	110.772
Despesas financeiras	17	<u>(13.328)</u>
		<u>97.444</u>
<b>Superávit do período</b>		<b>1.808.488</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
		Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Acervo líquido cindido	11	(7.030.733)	-	(7.030.733)
Acervo líquido incorporado	12	(39.365.219)	-	(39.365.219)
Superávit do período		-	1.808.488	1.808.488
<b>Saldos em</b>				
<b>31 de dezembro de 2022</b>		<b>(46.395.952)</b>	<b>1.808.488</b>	<b>(44.587.464)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do período</b>		<b>1.808.488</b>
Acervo líquido cindido		(7.030.733)
Acervo líquido incorporado		(39.365.219)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências		4.515.505
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber		(4.153.623)
Bloqueio judicial		(226.007)
Fornecedores		12.410.566
Obrigações fiscais		505.350
Obrigações sociais e trabalhistas		16.134.848
Provisões de férias		22.532.531
Outros passivos		851.394
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>7.983.100</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>7.983.100</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.983.100
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>7.983.100</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou

concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios

firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

#### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

#### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de janeiro a dezembro de 2022 no montante de R\$ 65.207.900.

#### (vi) Central de Convênios – Santo André VII

Em 24 de janeiro de 2022 foi celebrado o Contrato de Gestão SS nº 35/2022 entre a Prefeitura Municipal de Santo André, por intermédio da Secretaria de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto fomentar e apoiar tecnicamente a execução de atividades de prestação de serviços de saúde, em caráter complementar e integrado à Secretaria de Saúde, no âmbito da Rede de Saúde do Município, submetendo-se às diretrizes técnicas e políticas estabelecidas pelo Gestor do Sistema Único de Saúde, visando à garantia da atenção à saúde.

O prazo de vigência deste Contrato de Gestão é de 180 dias consecutivos, contados a partir de 25 de janeiro de 2022.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente.

Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

#### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (f) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Banco conta movimento	790
Aplicações financeiras	7.982.310
	<b>7.983.100</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente

convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Convênio de Gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Santo André.

#### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Santo André VII.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	226.549
INSS retido de serviços a recolher	162.556
IRRF retido de serviços a recolher	43.902
ISS a recolher	72.343
	<b>505.350</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	8.904.901
Rescisões a pagar	22.154
IRRF a recolher	3.413.354
FGTS a recolher	1.510.388
INSS sobre autônomos a recolher	1.432.013
Empréstimo consignado a pagar	606.087
Outros	245.951
	<b>16.134.848</b>

#### 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022
Trabalhista	4.515.505
	<b>4.515.505</b>

#### 11 Acervo líquido cindindo

Refere-se a transferência de recursos entre os contratos mantidos com a Prefeitura Municipal de Santo André, sendo R\$ 7.028.470 para o Contrato de Gestão SS n° 348/15-PJ, Santo André II e R\$ 2.263 para o Contrato de Gestão SS n° 440/2020, Santo André IV.

#### 12 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisão de férias e de 13º salário com os respectivos encargos transferidos do Contrato de Gestão SS n° 205/2021-PJ, Santo André VI, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

#### 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022
Medicamentos	1.418.849
Material médico hospitalar	8.679.361
Material de laboratório	266
Gases industriais e medicinais	223
Material de limpeza e higiene	2.178
Outros materiais	59.412
	<b>10.160.289</b>

#### 14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022
Serviços de limpeza hospitalar	7.141.125
Serviços de informática	704.000
Serviços de manutenção predial	3.650
Serviços de refeitório	5.406
Locação de veículos e equipamentos	43.611
Serviços de lavanderia hospitalar	2.771.667
Serviços de manutenção de equipamentos	1.443.251
Serviços administrativos	632.687
Serviços de motorista	5.935.084
Serviços de logística	4.422.345
Serviços de portaria	1.389.625
Outros serviços	54.550
	<b>24.547.001</b>

#### 16 Administrativas e gerais

Descrição	2022
Gêneros alimentícios	205
Material de conservação e reparo	37.486
Material de consumo administrativo	116.170
Utilidade pública (água, luz, telefone)	87.336
Seguros patrimoniais	13.084
Outras despesas	4.520.504
	<b>4.774.785</b>

#### 17 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	110.772
	<b>110.772</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(13.328)
	<b>(13.328)</b>

#### 18 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equívale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Santo André VII não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**

Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

Presidência da

Fundação do ABC – Central de Convênios – Santo André VII

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André VII, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Santo André VII, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 24 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos

independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

**FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Conjunto Hospitalar Mandaqui**

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.517.802	Fornecedores	7	1.381
Convênios e contratos a receber	5	22.997	Obrigações fiscais	8	45.452
		<b>3.540.799</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	666.533
			Provisões de férias	10	336.643
			Outros passivos		85.703
					<b>1.135.712</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	6	18.028	Superávits acumulados		2.423.115
		<b>18.028</b>			<b>2.423.115</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.558.827</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.558.827</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	2.423.115	2.423.115
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>2.423.115</b>	<b>2.423.115</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	15.088.631
Outras receitas		5
		<b>15.088.636</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Com pessoal		(5.816.640)
Medicamentos e insumos hospitalares		(17.934)
Prestadores de serviços médicos	12	(6.503.935)
Prestadores de serviços de terceiros		(116.298)
Administrativas e gerais		(376.413)
		<b>(12.831.220)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>2.257.416</b>
Receitas financeiras	13	173.576
Despesas financeiras	13	(7.877)
		<b>165.699</b>
<b>Superávit do período</b>		<b>2.423.115</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2022

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Superávit do período</b>	<b>2.423.115</b>

Variações nos ativos e passivos:

Convênios a receber	(22.997)
Bloqueio judicial	(18.028)
Fornecedores	1.381
Obrigações fiscais	45.452
Obrigações sociais e trabalhistas	666.533
Provisões de férias	336.643
Outros passivos	85.703

<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>3.517.802</b>
---	------------------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.517.802</b>
---	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
--	---

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.517.802
---	-----------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.517.802</b>
---	------------------

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**1 Contexto operacional****(i) Objetivo social**

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS**

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde**

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

**(iv) PIS / PASEP**

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

**(v) Isenção Previdenciária Usufruída**

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de março a dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.558.860.

#### (vi) Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 65/2022, Processo nº SES-PRC-2021/54393, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto a conjugação de esforços dos convenientes visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUS-TEIO, para o Gerenciamento Técnico e Administrativo de 40 (quarenta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, até 30 de março de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de 5 (cinco) anos previsto no art. 10, §1º, item 3. letra “g”, do Decreto estadual nº 66.173/2021.

Em 24 de agosto de 2022 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 65/2022, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC, com objetivo de acrescentar mais 7 (sete) leitos de UTI adulto, e repactuar o valor do Termo.

Em 24 de agosto de 2022 foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 65/2022, com finalidade de prorrogação da vigência do Termo de Convênio 0065/2022 e seu 1º Termo

Aditivo até 31 de dezembro de 2023, para o gerenciamento de 47 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto do Conjunto Hospitalar do Mandaqui.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa e

contratos a receber.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

#### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (d) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (e) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Banco conta movimento	1.557
Aplicações financeiras	3.516.245
	<b>3.517.802</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio nº 65/2022 firmado com o Governo do Estado de São Paulo.

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão fir-

mados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	34.366
IRRF retido de serviços a recolher	11.086
	<b>45.452</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	419.061
Rescisões a pagar	1.369
IRRF a recolher	22.268
FGTS a recolher	147.697
INSS sobre autônomos a recolher	51.100
Empréstimo consignado a pagar	661
Outros	24.377
	<b>666.533</b>

## 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 11 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 13 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	173.576
	<b>173.576</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(7.877)
	<b>(7.877)</b>

## 14 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 31 de março a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Conjunto Hospitalar Mandaqui, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 31 de março a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstra-

ções contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Guaianases – UTI Adulto

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	593.017	Fornecedores	6	6.070
		<b>593.017</b>	Obrigações fiscais	7	9.193
			Obrigações sociais e trabalhistas	8	146.086
			Provisões de férias	9	88.644
			Outros passivos		48.257
					<b>298.250</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	5	154.128	Superávits acumulados		448.895
		<b>154.128</b>			<b>448.895</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>747.145</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>747.145</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total	2022	
Superávit do período	-	448.895	448.895	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>448.895</b>	<b>448.895</b>	<b>Superávit do período</b>	
				<b>448.895</b>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Variações nos ativos e passivos:	
	Notas	2022			
<b>Receitas operacionais</b>				Bloqueio judicial	(154.128)
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	2.794.877		Fornecedores	6.070
Outras receitas		126.550		Obrigações fiscais	9.193
		<b>2.921.427</b>		Obrigações sociais e trabalhistas	146.086
<b>Despesas operacionais</b>				Provisões de férias	88.644
Com pessoal		(1.255.309)		Outros passivos	48.257
Prestadores de serviços médicos	11	(1.059.704)		<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>593.017</b>
Prestadores de serviços de terceiros		(1.250)		<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>593.017</b>
Administrativas e gerais		(170.568)		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
		<b>(2.486.831)</b>		Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	593.017
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>434.596</b>		<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>593.017</b>
Receitas financeiras	12	16.692			
Despesas financeiras	12	(2.393)			
		<b>14.299</b>			
<b>Superávit do período</b>		<b>448.895</b>			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de maio a dezembro de 2022 no montante de R\$ 336.423.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto

Em 25 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 117/2022, Processo nº SES-PRC-2021/49311, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de dez leitos da Unidade Terapia Intensiva adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Banco conta movimento	3
Aplicações financeiras	593.014
	<b>593.017</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto.

## 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	6.951
IRRF retido de serviços a recolher	2.242
	<b>9.193</b>

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	98.363
IRRF a recolher	6.617
FGTS a recolher	21.833
INSS sobre autônomos a recolher	11.457
Outros	7.816
	<b>146.086</b>

## 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 12 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	16.692
	<b>16.692</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(2.393)
	<b>(2.393)</b>

## 13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de maio a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Guaianases – UTI Adulto, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 25 de maio a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Guaianases Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>2.819.357</u>	Fornecedores	6	13.093
		<b>2.819.357</b>	Obrigações fiscais	7	58.578
			Obrigações sociais e trabalhistas	8	352.845
			Provisões de férias	9	182.648
			Outros passivos		<u>71.932</u>
					<b>679.096</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	5	<u>970</u>	Superávits acumulados		<u>2.141.231</u>
		<b>970</b>			<b>2.141.231</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.820.327</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.820.327</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	2.141.231	2.141.231
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>2.141.231</b>	<b>2.141.231</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	<u>11.164.062</u>
		<b>11.164.062</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Com pessoal		(2.787.754)
Prestadores de serviços médicos	11	(6.051.996)
Prestadores de serviços de terceiros		(1.250)
Administrativas e gerais		<u>(264.211)</u>
		<b>(9.105.211)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>2.058.851</b>
Receitas financeiras	12	86.050
Despesas financeiras	12	<u>(3.670)</u>
		<b>82.380</b>
<b>Superávit do período</b>		<b>2.141.231</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2022

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Superávit do período</b>	<b>2.141.231</b>

**Variações nos ativos e passivos:**

Bloqueio judicial	(970)
Fornecedores	13.093
Obrigações fiscais	58.578
Obrigações sociais e trabalhistas	352.845
Provisões de férias	182.648
Outros passivos	71.932

**Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** **2.819.357**

**Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa** **2.819.357**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício -

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 2.819.357

**Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa** **2.819.357**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas

fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de abril a dezembro de 2022 no montante de R\$ 747.118.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Guaianases – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 24 de maio de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 116/2022, Processo nº SES-PRC-2021/47043, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases. O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 30 de maio de 2022 a 29 de maio de 2023, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de sucessivas renovações, pelo mesmo prazo, até o limite de cinco anos.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	2.819.357
	<b>2.819.357</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto.

## 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	44.291
IRRF retido de serviços a recolher	14.287
	<b>58.578</b>

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	237.480
IRRF a recolher	13.811
FGTS a recolher	75.964
INSS sobre autônomos a recolher	24.863
Outros	727
	<b>352.845</b>

## 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 12 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	86.050
	<b>86.050</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(3.670)
	<b>(3.670)</b>

## 13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Guaianases –  
Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 24 de maio a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Guaianases – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 24 de maio a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ferraz de Vasconcelos Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.273.654	Fornecedores	6	21.729
		<b>2.273.654</b>	Obrigações fiscais	7	53.015
			Obrigações sociais e trabalhistas	8	502.637
			Provisões de férias	9	289.534
			Outros passivos		<u>84.908</u>
					<b>951.823</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial	5	14.762	Superávits acumulados		<u>1.336.593</u>
		<b>14.762</b>			<b>1.336.593</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.288.416</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.288.416</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	1.336.593	1.336.593
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>1.336.593</b>	<b>1.336.593</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	12.045.798
		<u>12.045.798</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
Com pessoal		(4.274.140)
Prestadores de serviços médicos	11	(6.179.227)
Prestadores de serviços de terceiros		(21.370)
Administrativas e gerais		(345.191)
Contingências e despesas judiciais		(21.131)
		<u>(10.841.059)</u>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>1.204.739</b>
Receitas financeiras	12	136.781
Despesas financeiras	12	(4.927)
		<u>131.854</u>
<b>Superávit do período</b>		<b>1.336.593</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2022
----------------------------------	--	------

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Superávit do período</b>	<b>1.336.593</b>

**Variações nos ativos e passivos:**

Bloqueio judicial	(14.762)
Fornecedores	21.729
Obrigações fiscais	53.015
Obrigações sociais e trabalhistas	502.637
Provisões de férias	289.534
Outros passivos	84.908

<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>2.273.654</b>
---	------------------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.273.654</b>
---	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
--	---

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.273.654
---	-----------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.273.654</b>
---	------------------

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de abril a dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.145.470.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência/Emergência – Pronto Socorro Adulto

Em 29 de abril de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 101/2022, Processo nº SES-PRC-2021/52669, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento de serviços de urgência e emergência do pronto socorro adulto do Hospital Ferraz de Vasconcelos.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 1 de maio de 2022 a 30 de abril de 2023.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do

exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	2.273.654
	2.273.654

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente às demonstrações contábeis em exame do Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto.

## 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	40.157
IRRF retido de serviços a recolher	12.858
	53.015

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	326.848
IRRF a recolher	17.649
FGTS a recolher	114.986
INSS sobre autônomos a recolher	36.863
Outros	6.291
	502.637

## 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 10 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 12 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	136.781
	<b>136.781</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(4.927)
	<b>(4.927)</b>

## 13 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 29 de abril a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ferraz de Vasconcelos – Urgência e Emergência – Pronto Socorro Adulto, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 29 de abril a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.



# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Infantil Cândido Fontoura

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	937.944	Fornecedores	5	6.284
		<b>937.944</b>	Obrigações fiscais	6	22.964
			Obrigações sociais e trabalhistas	7	177.962
			Provisões de férias	8	80.287
			Outros passivos		68.071
					<b>355.568</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial		11	Superávits acumulados		582.387
		<b>11</b>			<b>582.387</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>937.955</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>937.955</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total	2022	
Superávit do período	-	582.387	582.387	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>582.387</b>	<b>582.387</b>	<b>Superávit do período</b>	
				<b>582.387</b>	

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado			Variações nos ativos e passivos:	
	Notas	2022		
<b>Receitas operacionais</b>			Bloqueio judicial	(11)
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	3.370.216	Fornecedores	6.284
		<b>3.370.216</b>	Obrigações fiscais	22.964
<b>Despesas operacionais</b>			Obrigações sociais e trabalhistas	177.962
Com pessoal		(1.101.247)	Provisões de férias	80.287
Prestadores de serviços médicos	10	(1.522.476)	Outros passivos	68.071
Prestadores de serviços de terceiros		(12.320)		
Administrativas e gerais		(174.148)	<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>937.944</b>
		<b>(2.810.191)</b>		
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>560.025</b>	<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>937.944</b>
Receitas financeiras	11	24.141	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Despesas financeiras	11	(1.779)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	937.944
		<b>22.362</b>		
<b>Superávit do período</b>		<b>582.387</b>	<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>937.944</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de abril a dezembro de 2022 no montante de R\$ 295.134.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Infantil Cândido Fontoura

Em 18 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 157/2022, Processo nº SES-PRC-2021/50482, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenientes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, implantação e gerenciamento de urgência e emergência pediátrica e dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica nas dependências do Hospital Infantil Cândido Fontoura.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 1 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023. O Termo poderá ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitadas a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 2.5 Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da

Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	937.944
	<b>937.944</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 6 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	17.427
IRRF retido de serviços a recolher	5.537
	<b>22.964</b>

## 7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	120.702
Rescisões a pagar	3.191
IRRF a recolher	7.254
FGTS a recolher	32.659
INSS sobre autônomos a recolher	14.156
	<b>177.962</b>

## 8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 11 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	24.141
	<b>24.141</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(1.779)
	<b>(1.779)</b>

## 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Infantil Cândido Fontoura não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios  
Hospital Infantil Cândido Fontoura**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Infantil Cândido Fontoura, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de julho a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Infantil Cândido Fontoura, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 18 de julho a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsá-

vel pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Ipiranga

## Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.709.663	Fornecedores	5	20.737
		<b>3.709.663</b>	Obrigações fiscais	6	32.781
			Obrigações sociais e trabalhistas	7	585.655
			Provisões de férias	8	226.785
			Outros passivos		87.795
					<b>953.753</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Bloqueio judicial		17.935	Superávits acumulados		2.773.845
		<b>17.935</b>			<b>2.773.845</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.727.598</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.727.598</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	2.773.845	2.773.845
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>2.773.845</b>	<b>2.773.845</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	10.032.182
		10.032.182
<b>Despesas operacionais</b>		
Com pessoal		(3.620.370)
Prestadores de serviços médicos	10	(3.468.672)
Prestadores de serviços de terceiros		(6.000)
Administrativas e gerais		(270.805)
		<b>(7.365.847)</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>2.666.335</b>
Receitas financeiras	11	111.742
Despesas financeiras	11	(4.232)
		<b>107.510</b>
<b>Superávit do período</b>		<b>2.773.845</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2022

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Superávit do período</b>	<b>2.773.845</b>

**Variações nos ativos e passivos:**

Bloqueio judicial	(17.935)
Fornecedores	20.737
Obrigações fiscais	32.781
Obrigações sociais e trabalhistas	585.655
Provisões de férias	226.785
Outros passivos	87.795

<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>3.709.663</b>
---	------------------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.709.663</b>
---	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
--	---

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.709.663
---	-----------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.709.663</b>
---	------------------

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da

Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGGER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas

fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de julho a dezembro de 2022 no montante de R\$ 970.259.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II

Em 14 de julho de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 156/2022, Processo nº SES-PRC-2022/12810, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto conjugação de esforços dos convenentes, visando promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com custeio, para o gerenciamento do serviço de urgência e emergência da UGA II do Hospital Ipiranga.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, de 18 de julho de 2022 a 17 de julho de 2023, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.10, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do

custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	3.709.663
	<b>3.709.663</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 6 Obrigações fiscais

Descrição	2022
COFINS retido de serviços a recolher	24.785
IRRF retido de serviços a recolher	7.996
	<b>32.781</b>

## 7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	390.473
IRRF a recolher	24.263
FGTS a recolher	115.460
INSS sobre autônomos a recolher	46.081
Outros	9.378
	<b>585.655</b>

## 8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 9 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 10 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 11 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	111.742
	<b>111.742</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(4.232)
	<b>(4.232)</b>

## 12 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

#### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Hospital Ipiranga  
Serviço de Urgência e Emergência – UGA II**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Ipiranga – Serviço de Urgência e Emergência – UGA II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de julho a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Hospital Geral de São Mateus - UTI

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	764.165	Fornecedores	5	14.529
		<b>764.165</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	6	152.692
			Provisões de férias	7	22.347
			Outros passivos		<u>30.121</u>
					<b>219.689</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Superávits acumulados		<u>544.476</u>
					<b>544.476</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>764.165</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>764.165</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total		2022
Superávit do período	-	544.476	544.476	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<b>544.476</b>	<b>544.476</b>	<b>Superávit do período</b>	<b>544.476</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	Notas	2022			2022
<b>Receitas operacionais</b>			<b>Varições nos ativos e passivos:</b>		
Contrato de gestão - Estadual	1 (vi)	769.259	Fornecedores		14.529
Outras receitas		6.865	Obrigações sociais e trabalhistas		152.692
		<b>776.124</b>	Provisões de férias		22.347
<b>Despesas operacionais</b>			Outros passivos		30.121
Com pessoal		(198.893)	<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>764.165</b>
Medicamentos e insumos hospitalares		(7.018)	<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>764.165</b>
Administrativas e gerais		(30.720)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
		<b>(236.631)</b>	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		764.165
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>539.493</b>	<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>764.165</b>
Receitas financeiras	9	5.213			
Despesas financeiras	9	(230)			
		4.983			
<b>Superávit do período</b>		<b>544.476</b>			

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8%

de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de novembro a dezembro de 2022 no montante de R\$ 53.303.

#### (vi) Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus - UTI

Em 18 de novembro de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 1490/2022, Processo nº SES-PRC-2022/1552-DM, entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Gerenciamento Técnico e Administrativo de 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto e 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica do Centro de Atenção de Tratamento de Queimados do Hospital de São Mateus.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, tendo por termo inicial a data de assinatura, podendo ser prorrogado por motivo relevante devidamente justificado, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e pelo lapso de tempo compatível com o prazo de execução do objeto do convênio, não podendo ultrapassar o prazo de cinco anos previsto no art.11, letra "g", do Decreto nº 66.173/2021.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da

Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

#### (c) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### (d) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (e) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	764.165
	<b>764.165</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 6 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	117.638
IRRF a recolher	5.334
FGTS a recolher	16.466
INSS sobre autônomos a recolher	12.839
Outros	415
	<b>152.692</b>

## 7 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 8 Provisão para contingências

A administração, suportada por seus assessores jurídicos não constituiu provisão para contingências em montantes suficientes para cobrir desembolsos futuros, face à inexistência de ações de qualquer natureza contra a entidade, em 31 de dezembro de 2022.

## 9 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	5.213
	<b>5.213</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(230)
	<b>(230)</b>

## 10 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus - UTI não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios  
Hospital Geral de São Mateus - UTI**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus - UTI, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Hospital Geral de São Mateus - UTI, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
CRC 2SP026236

**Edison Ryu Ishikura**  
Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Itatiba II

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.411.943	Fornecedores	7	67.635
Convênios e contratos a receber	5	2.297.017	Obrigações fiscais		549
Outros créditos		307.617	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.237.523
		<b>5.016.577</b>	Provisões de férias	9	1.066.813
			Outros passivos		95.658
					<b>3.468.178</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Bloqueio judicial	6	380.683	Provisão para contingências	10	1.823
		<b>380.683</b>			<b>1.823</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social		1.428.305
			Superávits acumulados		498.954
					<b>1.927.259</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.397.260</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.397.260</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Notas	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Acervo líquido incorporado	11	1.428.305	-	1.428.305
Superávit do período		-	498.954	498.954
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.428.305</b>	<b>498.954</b>	<b>1.927.259</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado				
	Notas	2022		
<b>Receitas operacionais</b>				
Convênios público - Municipal	1 (vi)	7.732.632		
Outras receitas		27		
		<b>7.732.659</b>		
<b>Despesas operacionais</b>				
Com pessoal		(6.699.851)		
Medicamentos e insumos hospitalares	13	(50.534)		
Prestadores de serviços médicos	12	(4.588)		
Prestadores de serviços de terceiros	14	(216.791)		
Administrativas e gerais	15	(358.175)		
Bens de terceiros	3 (d)	(17.785)		
		<b>(7.347.724)</b>		
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>384.935</b>		
Receitas financeiras	16	114.921		
Despesas financeiras	16	(902)		
<b>Superávit do período</b>		<b>498.954</b>		

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2022
----------------------------------	--	------

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do período</b>		<b>498.954</b>
Acervo líquido incorporado		1.428.305
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências		1.823

<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios a receber		(2.297.017)
Outros créditos		(307.617)
Bloqueio judicial		(380.683)
Fornecedores		67.635
Obrigações fiscais		549
Obrigações sociais e trabalhistas		2.237.523
Provisões de férias		1.066.813
Outros passivos		95.658

<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>2.411.943</b>
---	--	------------------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.411.943</b>
---	--	------------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
--	--	---

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.411.943
---	--	-----------

<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.411.943</b>
---	--	------------------

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve

o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no período de agosto a dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.795.560.

#### (vi) Central de Convênios – Itatiba II

Em 1 de agosto de 2022 foi celebrado o Termo de Convênio nº 003/2022 entre a Prefeitura do Município de Itatiba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação do ABC. Tem por objeto integrar no Sistema Único de Saúde no âmbito municipal e definir sua inserção para realização e organização, estruturação, e implementação de ações para as unidades de Estratégia da Saúde da Família, com fundamento nos dispositivos contidos na Constituição Federal, artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8080/90, artigo 27 e 116 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Municipal nº 3862/06 e, em consonância com as Políticas de Saúde do SUS e diretrizes de SMS.

O prazo de vigência deste Termo de Convênio é de doze meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser renovado nos termos da lei.

### 2 Apresentação das demonstrações contábeis

#### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

#### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

#### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

### 2.5 Instrumentos financeiros

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

#### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos

financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 3 Principais práticas contábeis adotadas

#### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Convênios a receber

Referem-se aos valores a receber de convênios/contratos públicos dos serviços prestados a entes públicos, os quais estão registrados e mantidos pelo valor nominal.

##### (c) Ativo circulante

Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.

##### (d) Imobilizado e bens de terceiros

Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.

##### (e) Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.

##### (f) Provisão para contingências

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

##### (g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Aplicações financeiras	2.411.943
	<b>2.411.943</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### 5 Contratos a receber

Refere-se ao valor a receber de recursos financeiros do Termo de Convênio firmado com a Prefeitura do Município de Itatiba.

### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Itatiba II.

### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022
Salários a pagar	647.650
Rescisões a pagar	32.727
Irrf a recolher	211.576
FGTS a recolher	1.254.849
INSS sobre autônomos a recolher	58.123
Empréstimo consignado a pagar	21.766
Outros	10.832
	<b>2.237.523</b>

## 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos.

## 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022
Trabalhista	1.823
	<b>1.823</b>

## 11 Acervo líquido incorporado

Referem-se aos saldos de provisões de férias e de 13º salário com os respectivos encargos, de provisões para contingências e dos recursos financeiros transferidos do Termo de Convênio 2017, Itatiba, em decorrência da continuidade da operação do contrato de gestão.

## 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

## 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022
Material médico hospitalar	41.296
Outros materiais	9.238
	<b>50.534</b>

## 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022
Serviços de informática	4.375
Serviços de manutenção predial	115.926
Locação de veículos e equipamentos	17.500
Serviços de manutenção de equipamentos	67.547
Serviços administrativos	7.752
Outros serviços	3.691
	<b>216.791</b>

## 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022
Gêneros alimentícios	16.106
Material de conservação e reparo	22.824
Material de consumo administrativo	24.684
Utilidade pública (água, luz, telefone)	662
Outras despesas	293.899
	<b>358.175</b>

## 16 Resultado financeiro

	2022
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento de aplicações financeiras	114.921
	<b>114.921</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(902)
	<b>(902)</b>

## 17 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios – Itatiba II não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Heleno Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios – Itatiba II**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios – Itatiba II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios – Itatiba II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

---

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

---

#### Relatório do conselho fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

---

# FUNDAÇÃO DO ABC - Central de Convênios – O.S.S. Termo de Colaboração São Bernardo do Campo

CNPJ 57.571.275/0004-45

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial					
Ativo	Notas	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.317			
		<u>48.317</u>			
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Superávits acumulados		48.317
					<u>48.317</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>48.317</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>48.317</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Superávit do período	-	48.317	48.317
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	<u>48.317</u>	<u>48.317</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultado		
	Notas	2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Parceria público - Municipal	1 (vi)	48.353
		<u>48.353</u>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<u>48.353</u>
Despesas financeiras	5	(36)
		<u>(36)</u>
<b>Superávit do período</b>		<u>48.317</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa		2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do período</b>		<u>48.317</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<u>48.317</u>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>48.317</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		48.317
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>48.317</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

## 1 Contexto operacional

### (i) Objetivo social

A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais unidades.

A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.

### (ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado.

O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.

### (iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde

A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas.

Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.

### (iv) PIS / PASEP

A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.

### (v) Isenção Previdenciária Usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal.

### (vi) Central de Convênios – Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo

Em 2 de dezembro de 2022 foi celebrado o Termo de Colaboração nº 225/2022-SE entre a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Educação e a Fundação do ABC. Tem por objeto desenvolver programas de cooperação técnica e financeira para o atendimento complementar a estudantes com deficiência regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, com deficiência de qualquer

natureza e transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista com impedimentos de longo prazo para autocuidado, autonomia e independência em situações escolares.

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração é de um mês, até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada por Termo Aditivo, até o prazo total de sessenta meses, desde que as partes manifestem interesse nesse sentido e apresentem justificativa prévia em, no mínimo, trinta dias antes do término da sua vigência.

## 2 Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros.

A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## 2.5 Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.

### (ii) Passivos financeiros

A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

## 3 Principais práticas contábeis adotadas

### 3.1 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

#### (a) Caixa e equivalentes em caixa

Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

#### (b) Provisão para contingências

A Entidade adotou os conceitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na constituição das provisões e divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis.

#### (c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022
Banco conta movimento	48.317
	<b>48.317</b>

## 5 Resultado financeiro

	2022
<b>Despesas financeiras</b>	
Tarifas e serviços bancários	(36)
	<b>(36)</b>

## 6 Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Central de Convênios - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2022.

**Dr. Luiz Mário P. de Souza Gomes**  
Presidente da Fundação do ABC

**Helene Teixeira Passetto**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

### À

**Presidência da  
Fundação do ABC – Central de Convênios - Termo de Colaboração -  
São Bernardo do Campo**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Central de Convênios - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 2 de dezembro a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Central de Convênios - Termo de Colaboração - São Bernardo do Campo, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 2 de dezembro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santo André, 5 de abril de 2023.

**Unity Auditores Independentes**  
**CRC 2SP026236**

**Edison Ryu Ishikura**  
**Contador CRC 1SP200894/O-0**

#### **Relatório do conselho fiscal**

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 25 de Abril de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - AME ITAPEVI

CNPJ 57.571.275/0028-12

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial						Demonstração de Resultado					
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.643.695	1.553.116	Fornecedores	7	68.894	67.103	<b>Receitas operacionais</b>			
Estoques	5	145.051	203.931	Obrigações fiscais	8	36.278	37.490	Contrato de gestão - Estadual	1 (vii)	14.567.700	14.152.632
Outros créditos		-	241	Obrigações sociais e trabalhistas	9	167.102	453.468			<b>14.567.700</b>	<b>14.152.632</b>
		<u>1.788.746</u>	<u>1.757.288</u>	Provisões de férias	10	625.756	530.616	<b>Despesas operacionais</b>			
				Outros passivos		<u>218.934</u>	<u>18.954</u>	Com pessoal		(7.817.585)	(6.790.570)
						<b>1.116.964</b>	<b>1.107.631</b>	Medicamentos e insumos hospitalares	12	(639.689)	(743.390)
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>				Prestadores de serviços médicos	13	(4.351.908)	(4.380.911)
Bloqueio judicial	6	199.669	755.333	Provisão para contingências	11	59.032	71.279	Prestadores de serviços de terceiros	14	(1.777.461)	(1.689.832)
		<u>199.669</u>	<u>755.333</u>			<u>59.032</u>	<u>71.279</u>	Administrativas e gerais	15	(616.155)	(571.754)
				<b>Patrimônio líquido</b>				Contingências e despesas judiciais		(32.987)	(55.720)
				Patrimônio social		1.333.470	1.433.455	Bens de terceiros	3 (d)	(19.921)	(63.345)
				Déficits acumulados		(521.051)	(99.744)			<u>(15.255.706)</u>	<u>(14.295.522)</u>
						<b>812.419</b>	<b>1.333.711</b>	<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(688.006)</b>	<b>(142.890)</b>
								Receitas financeiras	16	174.685	50.475
								Despesas financeiras	16	(7.730)	(7.329)
										<b>166.955</b>	<b>43.146</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.988.415</b>	<b>2.512.621</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.988.415</b>	<b>2.512.621</b>	<b>Déficit do exercício</b>		<b>(521.051)</b>	<b>(99.744)</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Contratado X Realizado		1º Semestre			2º Semestre		
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
<b>Consultas Médicas</b>							
Primeiras Consultas Rede		7.410	5.503	(25,74)	7.410	5.812	(21,57)
Interconsultas		4.464	3.923	(12,12)	4.464	3.145	(29,55)
Consultas Subseqüentes		17.478	18.125	3,70	17.478	18.071	3,39
<b>Total</b>		<b>29.352</b>	<b>27.551</b>	<b>(6,14)</b>	<b>29.352</b>	<b>27.028</b>	<b>(7,92)</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>							
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas		4.812	6.117	27,12	4.812	5.046	4,86
Procedimentos Terapêuticos (sessões)		8.364	8.501	1,64	8.364	8.850	5,81
<b>Total</b>		<b>13.176</b>	<b>14.618</b>	<b>10,94</b>	<b>13.176</b>	<b>13.896</b>	<b>5,46</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>							
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA		480	479	(0,21)	480	485	1,04
Cirurgia Ambulatorial Menor cma		1.590	1.668	4,91	1.590	1.813	14,03
<b>Total</b>		<b>2.070</b>	<b>2.147</b>	<b>3,72</b>	<b>2.070</b>	<b>2.298</b>	<b>11,01</b>
<b>SADT Externo</b>							
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Diagnóstico por Ultra-Sonografia		1.122	929	(17,20)	1.122	1.091	(2,76)
Diagnóstico por Endoscopia		828	848	2,42	828	1.037	25,24
Métodos Diagnósticos em Especialidades		2.808	3.263	16,20	2.808	3.414	21,58
<b>Total</b>		<b>4.758</b>	<b>5.040</b>	<b>5,93</b>	<b>4.758</b>	<b>5.542</b>	<b>16,48</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>							
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Cirurgias Oftalmológicas							
Tratamento Cirúrgico de Pterígio		45	49	8,89	45	42	(6,67)
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável		45	53	17,78	45	37	(17,78)
<b>Total</b>		<b>90</b>	<b>102</b>	<b>13,33</b>	<b>90</b>	<b>79</b>	<b>(12,22)</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Cirurgias Eletivas"</b>							
		Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Escleroterapia Com Espuma		40	37	(7,50)	120	122	1,67

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar, manter e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 2.095.113 e R\$ 1.819.873, respectivamente. **(vi) Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi.** O Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 19 de setembro de 2019, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0028-12, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 215, no bairro Jardim Nova Itapevi, na cidade de Itapevi, no estado de São Paulo. Após a bem-sucedida parceria com o Governo do Estado, em 3 de junho de 2019, a Fundação do ABC assumiu a gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Itapevi. O contrato de gestão contempla consultas médicas e não médicas, exames, procedimentos terapêuticos e cirurgias. As especialidades médicas prestadas são acupuntura, alergia/imunologia, cardiologia, cirurgia geral, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, infectologia, mastologia, neurologia, obstetria, oftalmologia, otorrinolaringologia, proctologia, reumatologia e urologia. Também estão disponíveis as consultas não médicas nas áreas de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e psicologia. No campo dos Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), o AME Itapevi oferece exames de endoscopia, radiologia, ultrassonografia e métodos diagnósticos em especialidades. Com centro cirúrgico próprio, a unidade também realiza cirurgias ambulatoriais. **(vii) Contrato de gestão.** Em 1 de junho de 2019, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades – AME Itapevi, pelo período de cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>616.474</b>	<b>816.981</b>
Déficit do exercício		-	(99.744)
Incorporação ao patrimônio social		816.981	(816.981)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.433.455</b>	<b>(99.744)</b>
Ajuste do exercício anterior		(241)	-
Déficit do exercício		-	(521.051)
<b>Incorporação ao patrimônio social</b>		<b>(99.744)</b>	<b>99.744</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>1.333.470</b>	<b>(521.051)</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Déficit do exercício	(521.051)	(99.744)
Ajuste do exercício anterior	(241)	-
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(12.247)	56.158
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Estoques	58.880	(31.169)
Outros créditos	241	(241)
Bloqueio judicial	555.664	(751.413)
Fornecedores	1.791	(34.192)
Obrigações fiscais	(1.212)	1.845
Obrigações sociais e trabalhistas	(286.366)	35.725
Provisões de férias	95.140	36.651
Outros passivos	199.980	(19.329)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>90.579</b>	<b>(805.709)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>90.579</b>	<b>(805.709)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.553.116	2.358.825
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.643.695	1.553.116
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>90.579</b>	<b>(805.709)</b>

financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	1.643.695	1.553.116
	<b>1.643.695</b>	<b>1.553.116</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	45.464	65.509
Material médico hospitalar	58.746	96.948
Material de limpeza e higiene	19.394	15.210
Material de manutenção	21.074	25.830
Outros materiais	373	434
	<b>145.051</b>	<b>203.931</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerte as demonstrações contábeis em exame do AME-Itapevi.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações fiscais



# FUNDAÇÃO DO ABC - AME MAUÁ

CNPJ 57.571.275/0016-89

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial				Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	920.139	342.025	Fornecedores	7	85.138	88.046
Estoques	5	86.796	100.201	Obrigações fiscais	8	19.419	50.617
<b>Outros créditos</b>		-	<b>694</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	288.768	107.041
		<b>1.006.935</b>	<b>442.920</b>	Provisões de férias	10	320.945	413.365
				Outros passivos		85.251	264.805
						<b>799.521</b>	<b>923.874</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	55.829	254.982	Provisão para contingências	11	-	67.000
		<b>55.829</b>	<b>254.982</b>			-	<b>67.000</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(292.972)	(1.100.557)
				Superávits acumulados		556.215	807.585
						<b>263.243</b>	<b>(292.972)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.062.764</b>	<b>697.902</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.062.764</b>	<b>697.902</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	7.572	5.945	(21,49)	7.572	6.549	(13,51)
Interconsultas	1.608	1.465	(8,89)	1.608	1.375	(14,49)
Consultas Subsequentes	10.380	11.226	8,15	10.380	10.649	2,59
<b>Total</b>	<b>19.560</b>	<b>18.636</b>	<b>(4,72)</b>	<b>19.560</b>	<b>18.573</b>	<b>(5,05)</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas Não Médicas	3.600	3.506	(2,61)	3.600	3.597	(0,08)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.680	5.150	10,04	4.680	4.728	1,03
<b>Total</b>	<b>8.280</b>	<b>8.656</b>	<b>4,54</b>	<b>8.280</b>	<b>8.325</b>	<b>0,54</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	528	510	(3,41)	528	531	0,57
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	1.290	1.280	(0,78)	1.290	1.191	(7,67)
<b>Total</b>	<b>1.818</b>	<b>1.790</b>	<b>(1,54)</b>	<b>1.818</b>	<b>1.722</b>	<b>(5,28)</b>
<b>SADT Externo</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	4.920	4.956	0,73	4.920	4.684	(4,80)
Diagnóstico por Tomografia	180	251	39,44	180	246	36,67
Diagnóstico por Endoscopia	390	497	27,44	390	439	12,56
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.530	1.378	(9,93)	1.530	1.276	(16,60)
<b>Total</b>	<b>7.020</b>	<b>7.082</b>	<b>0,88</b>	<b>7.020</b>	<b>6.645</b>	<b>(5,34)</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Exames em Oftalmologia	-	213	-	-	-	-
Cirurgias Oftalmológicas	435	442	1,61	435	428	(1,61)
Retinografia Fluorescente	-	-	-	-	-	-
Binocular / Angiofluoresceinografia	-	16	-	-	-	-
Topografia Computadorizada de Córnea	-	195	-	-	-	-
US de Globo Ocular / Órbita (Monocular)	-	2	-	-	-	-
Tratamento Cirúrgico de Pterígio	60	57	(5,00)	60	63	5,00
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	375	385	2,67	375	365	(2,67)
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>655</b>	<b>50,57</b>	<b>435</b>	<b>428</b>	<b>(1,61)</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas áreas de educação e saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção previdenciária usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.309.138 e R\$ 1.282.551, respectivamente. **(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Mauá.** O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Mauá (AME Mauá) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 17 de maio de 2012, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0016-89, com sede na Rua Professor Américo Perrella, nº 171, no Centro, na cidade de Mauá, no estado de São Paulo. A unidade conta com as áreas de alergologia, neurologia, cardiologia, oftalmologia, dermatologia, ortopedia, endocrinologia, urologia, gastroclínica e nefrologia. As áreas não médicas atendidas são enfermagem, psicologia e fisioterapia. A unidade também realiza pequenas cirurgias ambulatoriais, assim como exames de diagnóstico e terapia, entre os quais endoscopia, ecodoppler cardiograma, eletrocardiograma, eletroneurografia, teste ergométrico, holter, MAPA, eletroencefalografia, urodinâmica, ultrassonografia simples e com doppler, tomografia de coerência óptica, retinografia, topografia, microscopia especular de córnea, angiofluoresceinografia, biometria e campimetria computadorizada. **(vii) Contrato de gestão.** Em 1 de setembro de 2021, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº SES-PCR-2021/20809, com o Estado de São Paulo para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Mauá – AME Mauá, pelo período de cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Patrimônio social	Déficits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>(597.017)</b>	<b>(503.540)</b>	<b>(1.100.557)</b>
Superávit do exercício		-	807.585	807.585
Incorporação ao patrimônio social		(503.540)	503.540	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>(1.100.557)</b>	<b>807.585</b>	<b>(292.972)</b>
Superávit do exercício		-	556.215	556.215
Incorporação ao patrimônio social		807.585	(807.585)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(292.972)</b>	<b>556.215</b>	<b>263.243</b>

## Demonstração do Fluxo de Caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>556.215</b>	<b>807.585</b>
<b>Ajuste do exercício anterior</b>		
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
<b>Provisões para contingências</b>	<b>(67.000)</b>	<b>11.228</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Estoques	13.405	(27.793)
Outros créditos	694	(149)
Bloqueio judicial	199.153	(254.982)
Fornecedores	(2.908)	(194.513)
Obrigações fiscais	(31.198)	15.886
Obrigações sociais e trabalhistas	181.727	(222.134)
Provisões de férias	(92.420)	1.747
<b>Outros passivos</b>	<b>(179.554)</b>	<b>193.100</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>578.114</b>	<b>329.975</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>578.114</b>	<b>329.975</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	342.025	12.050
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	920.139	342.025
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>578.114</b>	<b>329.975</b>

instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	920.139	342.025
	<b>920.139</b>	<b>342.025</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	20.565	26.479
Material médico hospitalar	47.239	57.874
Material de limpeza e higiene	4.143	3.025
Material de manutenção	11.740	10.158
Outros materiais	3.109	2.665
	<b>86.796</b>	<b>100.201</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerte as demonstrações contábeis em exame do AME-Mauá.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	14.758	38.278
IRRF retido de serviços a recolher	4.661	12.339
	<b>19.419</b>	<b>50.617</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	184.366	-
IRRF sobre folha a recolher	47.148	49.756
FGTS a recolher	32.839	33.398
INSS sobre autônomos a recolher	20.754	20.355
Outros	3.661	3.532
	<b>288.768</b>	<b>107.041</b>

#### 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	-	67.000
	-	<b>67.000</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	53.980	66.726
Material médico hospitalar	186.245	202.605
Gases industriais e medicinais	12.002	6.305
Material de limpeza e higiene	48.474	47.977
Outros materiais	-	282
	<b>300.701</b>	<b>323.895</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de informática	73.561	158.391
Serviços de vigilância	8.371	8.371
Serviços de manutenção predial	-	12.763
Serviços de lavanderia hospitalar	25.961	22.249
Serviços de manutenção de equipamentos	230.154	170.371
Serviços administrativos	281.696	256.890
	<b>619.743</b>	<b>629.035</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	6.999	6.125
Material de conservação e reparo	29.328	15.976
Material de consumo administrativo	29.094	32.379
Utilidade pública (água, luz, telefone)	221.518	207.565
Seguros patrimoniais	5.894	7.174
Outras despesas	5.130	5.834
	<b>297.963</b>	<b>275.053</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	51.286	14.483
	<b>51.286</b>	<b>14.483</b>
Despesas financeiras		
Tarifas e serviços bancários	(13.644)	(10.289)
	<b>(13.644)</b>	<b>(10.289)</b>

#### 17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 7.000.000
Danos elétricos	R\$ 500.000
Responsabilidade civil operações	R\$ 500.000
Roubo e furto mediante arrombamento	R\$ 150.000

<p><b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b>  Presidente da Fundação do ABC</p>
<p><b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b>  Contador   CRC 1SP220769/O-9</p>

<p><b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b></p>
--

À **Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Mauá, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade ope-

racional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Mauá, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<p><b>Relatório do Conselho Fiscal</b></p>
--

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - AME PRAIA GRANDE

CNPJ 57.571.275/0010-93

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial						Demonstração de Resultado					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.163.108	6.591	Fornecedores	5	92.762	169.541	<b>Receitas operacionais</b>			
Outros créditos		-	144	Obrigações fiscais	6	108.836	110.774	Contratos de gestão - Estadual	1(vii)	20.365.320	18.107.412
		<b>1.163.108</b>	<b>6.735</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	7	291.245	273.577	Outras receitas		119.571	-
				Provisões de férias	8	306.288	322.789			<b>20.484.891</b>	<b>18.107.412</b>
				Outros passivos		<b>23.997</b>	<b>31.324</b>	<b>Despesas operacionais</b>			
						<b>823.128</b>	<b>908.005</b>	Com pessoal		(4.313.949)	(4.070.571)
								Medicamentos e insumos hospitalares	10	(379.897)	(440.543)
								Prestadores de serviços médicos	11	(10.606.177)	(10.777.679)
								Prestadores de serviços de terceiros	12	(3.451.464)	(4.150.447)
								Administrativas e gerais	13	(320.320)	(295.467)
								Contingências e despesas judiciais		-	(180)
								Bens de terceiros		(114.100)	-
										<b>(19.185.907)</b>	<b>(19.734.887)</b>
								<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>1.298.984</b>	<b>(1.627.475)</b>
								Receitas financeiras	14	107.443	31.334
								Despesas financeiras	14	(2.118)	(1.547)
										<b>105.325</b>	<b>29.787</b>
								<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>1.404.309</b>	<b>(1.597.688)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.168.225</b>	<b>8.339</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.168.225</b>	<b>8.339</b>				

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
<b>Consultas Médicas</b>						
Primeiras Consultas Rede	17.130	15.163	(11,48)	17.130	15.979	(6,72)
Interconsultas	2.550	2.737	7,33	2.550	3.334	30,75
Consultas Subsequentes	11.430	10.832	(5,23)	11.430	10.163	(11,08)
<b>Total</b>	<b>31.110</b>	<b>28.732</b>	<b>(7,64)</b>	<b>31.110</b>	<b>29.476</b>	<b>(5,25)</b>
<b>Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>						
Consultas Não Médicas	7.200	8.616	19,67	7.200	8.399	16,65
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	2.206	(8,08)	2.400	2.480	3,33
<b>Total</b>	<b>9.600</b>	<b>10.822</b>	<b>12,73</b>	<b>9.600</b>	<b>10.879</b>	<b>13,32</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>						
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.080	1.164	7,78	1.080	1.199	11,02
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	1.560	2.168	38,97	1.560	2.371	51,99
<b>Total</b>	<b>2.640</b>	<b>3.332</b>	<b>26,21</b>	<b>2.640</b>	<b>3.570</b>	<b>35,23</b>
<b>SADT Externo</b>						
Diagnóstico por Radiologia	2.400	2.175	(9,38)	2.400	2.345	(2,29)
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	7.890	7.036	(10,82)	7.890	6.841	(13,30)
Diagnóstico por Tomografia	2.580	2.464	(4,50)	2.580	1.982	(23,18)
Diagnóstico por Endoscopia	1.530	1.258	(17,78)	1.530	1.271	(16,93)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.792	4.354	14,82	3.792	4.484	18,25
<b>Total</b>	<b>18.192</b>	<b>17.287</b>	<b>(4,97)</b>	<b>18.192</b>	<b>16.923</b>	<b>(6,98)</b>
<b>Exames de Alta Suspeição - Oncologia</b>						
Colonoscopia	-	4	-	-	-	-
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>						
Contratado	90	95	5,56	90	99	10,00
<b>Cirurgias Oftalmológicas</b>						
Tratamento Cirúrgico de Pterígio	120	130	8,33	120	128	6,67
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	210	225	7,14	210	227	8,10
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>42</b>	<b>40,00</b>	<b>170</b>	<b>185</b>	<b>8,82</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Cirurgias Eletivas"</b>						
Escleroterapia Com Espuma	30	42	40,00	170	185	8,82
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>42</b>	<b>40,00</b>	<b>170</b>	<b>185</b>	<b>8,82</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.156.138 e R\$ 1.090.913, respectivamente. **(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S. – Praia Grande.** O AME Praia Grande é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 4 de março de 2009, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0010-93, com sede na Rua Walter José Alves, nº 485, no bairro Vila Mirim, na cidade de Praia Grande, no estado de São Paulo. O Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de Praia Grande está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em agosto de 2009 pelo Governo do Estado. A unidade é referência em serviços de média complexidade para sete municípios no Litoral Sul. A unidade em Praia Grande conta com 15 especialidades à disposição da população e cerca de 20 tipos de exames, além de pequenas cirurgias. Também dispõe de serviço ambulatorial composto por primeira consulta, interconsulta, retornos, procedimentos terapêuticos não médicos e cirurgias ambulatoriais. **(vii) Contrato de gestão.** Em 1 de novembro de 2018, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.019/2018, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades de Praia Grande – AME Praia Grande, pelo período de cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais sua parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>239.295</b>	<b>(34.291)</b>	<b>205.004</b>
Ajuste do exercício anterior	241.440	-	241.440
Déficit do exercício	-	(1.597.688)	(1.597.688)
Incorporação ao patrimônio social	(34.291)	34.291	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>446.444</b>	<b>(1.597.688)</b>	<b>(1.151.244)</b>
Ajuste do exercício anterior	(144)	-	(144)
Superávit do exercício	-	1.404.309	1.404.309
Incorporação ao patrimônio social	(1.597.688)	1.597.688	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.151.388)</b>	<b>1.404.309</b>	<b>252.921</b>

## Demonstração do Fluxo de Caixa

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>1.404.309</b>	<b>(1.597.688)</b>
Ajuste do exercício anterior	(144)	241.440
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(159.402)	(184.500)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Outros créditos	144	(144)
Bloqueio judicial	(3.513)	(1.604)
Fornecedores	(76.779)	(13.756)
Obrigações fiscais	(1.938)	(7.060)
Obrigações sociais e trabalhistas	17.668	(18.104)
Provisões de férias	(16.501)	(9.659)
Outros passivos	(7.327)	15.070
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>1.156.517</b>	<b>(1.576.005)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.156.517</b>	<b>(1.576.005)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.591	1.582.596
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.163.108	6.591
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.156.517</b>	<b>(1.576.005)</b>

instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(c) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(d) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(e) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(f) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	500	500
Banco conta movimento	-	4
Aplicações financeiras	1.162.608	6.087
	1.163.108	6.591

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 6 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	46.101	47.797
INSS retido de serviços a recolher	20.088	24.654
IRRF retido de serviços a recolher	13.638	13.963
ISS a recolher	29.009	24.360
	<b>108.836</b>	<b>110.774</b>

## 7 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	192.156	191.960
IRRF a recolher	40.682	38.201
FGTS a recolher	29.944	19.718
INSS sobre autônomos a recolher	22.822	19.872
Empréstimo consignado a pagar	4.500	3.189
Outros	1.141	637
	<b>291.245</b>	<b>273.577</b>

## 8 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

**9 Provisão para contingências**

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	92.176	244.492
Cível	-	7.086
	<b>92.176</b>	<b>251.578</b>

**10 Medicamentos e insumos hospitalares**

Descrição	2022	2021
Medicamentos	73.676	77.676
Material médico hospitalar	271.121	323.942
Gases industriais e medicinais	31.917	29.448
Outros materiais	3.183	9.477
	<b>379.897</b>	<b>440.543</b>

**11 Prestadores de serviços médicos**

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

**12 Prestadores de serviços de terceiros**

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.054.671	1.242.711
Serviços de informática	577.417	894.448
Serviços de vigilância	636.000	746.902
Serviços de manutenção predial	584.619	654.759
Serviços de lavanderia hospitalar	140.650	120.506
Serviços administrativos	284.589	237.298
Serviços de motorista	6.445	76.081
Outros serviços	167.073	177.742
	<b>3.451.464</b>	<b>4.150.447</b>

**13 Administrativas e gerais**

Descrição	2022	2021
Material de conservação e reparo	38.370	52.585
Material de consumo administrativo	40.607	31.372
Utilidade pública (água, luz, telefone)	230.061	196.546
Seguros patrimoniais	6.151	7.157
Outras despesas	5.131	7.807
	<b>320.320</b>	<b>295.467</b>

**14 Resultado financeiro**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	107.443	31.334
	<b>107.443</b>	<b>31.334</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(2.118)	(1.547)
	<b>(2.118)</b>	<b>(1.547)</b>

**15 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 4.000.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Danos elétricos	R\$ 150.000
Perda de aluguel	R\$ 30.000
Tumulto, greve, lock-out	R\$ 100.000
Subtração de bens	R\$ 100.000
Responsabilidade civil	R\$ 300.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 150.000
Equipamentos eletrônicos com cobertura de subtração	R\$ 100.000

<b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b> Presidente da Fundação do ABC
<b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b> Contador   CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À **Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Praia Grande, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações,

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Praia Grande, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

**Relatório do Conselho Fiscal**

## Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0015-06

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial				Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.863.466	30.974	Fornecedores	7	247.637	145.911
Estoques	5	390.244	581.806	Obrigações fiscais	8	64.490	62.769
Outros créditos		-	733	Obrigações sociais e trabalhistas	9	218.352	153.405
		<b>5.253.710</b>	<b>613.513</b>	Provisões de férias	10	720.970	624.425
				Outros passivos		333.956	269.629
						<b>1.585.405</b>	<b>1.256.139</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	133.293	81.279	Provisão para contingências	11	1.159.804	1.057.544
		<b>133.293</b>	<b>81.279</b>			<b>1.159.804</b>	<b>1.057.544</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(1.619.625)	(516.058)
				Superávits (déficits) acumulados		4.261.419	(1.102.833)
						<b>2.641.794</b>	<b>(1.618.891)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.387.003</b>	<b>694.792</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.387.003</b>	<b>694.792</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
<b>Consultas Médicas</b>						
Primeiras Consultas Rede	13.179	11.873	(9,91)	13.572	10.814	(20,32)
Interconsultas	3.291	4.582	39,23	3.546	3.841	8,32
Consultas Subsequentes	16.476	16.082	(2,39)	17.247	18.096	4,92
<b>Total</b>	<b>32.946</b>	<b>32.537</b>	<b>(1,24)</b>	<b>34.365</b>	<b>32.751</b>	<b>(4,70)</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>						
Consultas Não Médicas	4.800	8.378	74,54	5.112	8.601	68,25
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	4.200	3.430	(18,33)	4.758	4.060	(14,67)
<b>Total</b>	<b>9.000</b>	<b>11.808</b>	<b>31,20</b>	<b>9.870</b>	<b>12.661</b>	<b>28,28</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.524	1.432	(6,04)	1.542	1.837	19,13
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	2.472	2.365	(4,33)	2.472	2.309	(6,59)
<b>Total</b>	<b>3.996</b>	<b>3.797</b>	<b>(4,98)</b>	<b>4.014</b>	<b>4.146</b>	<b>3,29</b>
<b>SADT Externo</b>						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
Diagnóstico por Radiologia	1.158	1.100	(5,01)	1.158	1.079	(6,82)
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	4.242	3.807	(10,25)	4.242	3.488	(17,77)
Diagnóstico por Tomografia	900	1.000	11,11	900	1.041	15,67
Diagnóstico por Endoscopia	1.884	1.787	(5,15)	1.884	1.465	(22,24)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.334	3.094	32,56	2.334	2.586	10,80
<b>Total</b>	<b>10.518</b>	<b>10.788</b>	<b>2,57</b>	<b>10.518</b>	<b>9.659</b>	<b>(8,17)</b>
<b>Tratamentos Clínicos</b>						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
Tratamentos em Oncologia - Quimioterapia	-	-	-	435	431	(0,92)
Acompanhamento						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
<b>Consultas não médicas</b>	-	-	-	<b>435</b>	<b>407</b>	<b>(6,44)</b>
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
Biopsia pele / partes moles	-	-	-	-	47	-
Colonoscopia	-	32	-	-	15	-
US próstata abdominal	-	106	-	-	-	-
US tireóide	-	180	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>318</b>	-	-	<b>62</b>	-
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>						
Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%	
<b>Consultas Médicas</b>						
Primeiras Consultas em Oftalmologia	1.200	845	(29,58)	1.200	1.910	59,17
Cirurgias Oftalmológicas	675	677	0,30	675	688	1,93
<b>Total</b>	<b>1.875</b>	<b>1.522</b>	<b>(18,83)</b>	<b>1.875</b>	<b>2.598</b>	<b>38,56</b>
Capsulotomia a YAG Laser	75	80	6,67	75	85	13,33
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	600	597	(0,50)	600	603	0,50

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 2.171.151 e R\$ 1.845.365, respectivamente. **(vi) Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André.** O Ambulatório de Especialidades Médicas – AME – O.S.S – Santo André (AME Santo André) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 28 de outubro de 2010, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0015-06, com sede na Av. Capitão Mário de Toledo Camargo, nº 3330, no bairro Vila Luzita, na cidade de Santo André, no estado de São Paulo. O AME Santo André está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em 2010 pelo Governo do Estado. A unidade oferece atendimento de especialidades como cardiologia, ortopedia, mastologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, endocrinologia, dermatologia, anestesiologia, gastroenterologia, proctologia e urologia, além das áreas de cirurgia vascular, cirurgia geral e cirurgia plástica. A unidade possui, também, Centro de Reabilitação para atendimentos em fisioterapia e nutrição. **(vii) Contrato de gestão.** Em 2020, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão Modelo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo SPDOC nº 3404330/2019, em 30 de abril de 2020, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades "Dr. Newton da Costa Brandão" – AME Santo André por mais cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das tran-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(230.280)</b>	<b>(285.778)</b>	<b>(516.058)</b>
Déficit do exercício	-	(1.102.833)	(1.102.833)
Incorporação ao patrimônio social	(285.778)	285.778	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(516.058)</b>	<b>(1.102.833)</b>	<b>(1.618.891)</b>
Ajuste do exercício anterior	(734)	-	(734)
Superávit do exercício	-	4.261.419	4.261.419
Incorporação ao patrimônio social	(1.102.833)	1.102.833	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(1.619.625)</b>	<b>4.261.419</b>	<b>2.641.794</b>

## Demonstração do Fluxo de Caixa

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>4.261.419</b>	<b>(1.102.833)</b>
<b>Ajuste do exercício anterior</b>	<b>(734)</b>	-
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
<b>Provisões para contingências</b>	<b>102.260</b>	<b>545.988</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Estoques	191.562	453.878
Outros créditos	733	(733)
Bloqueio judicial	(52.014)	(78.485)
Fornecedores	101.726	(403.037)
Obrigações fiscais	1.721	(12.088)
Obrigações sociais e trabalhistas	64.947	(281.251)
Provisões de férias	96.545	(55.437)
Outros passivos	64.327	253.834
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>4.832.492</b>	<b>(680.164)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.832.492</b>	<b>(680.164)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.974	711.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.863.466	30.974
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.832.492</b>	<b>(680.164)</b>

sações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprevisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	-	1
Aplicações financeiras	4.863.466	30.973
	<b>4.863.466</b>	<b>30.974</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos dos investimentos financeiros compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	80.419	118.027
Material médico hospitalar	233.312	382.031
Material de limpeza e higiene	34.536	67.337
Material de manutenção	21.497	10.299
Outros materiais	20.480	4.112
	<b>390.244</b>	<b>581.806</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, ine-

rente as demonstrações contábeis em exame do AME-Santo André.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	25.486	32.371
INSS retido de serviços a recolher	27.545	19.012
IRRF retido de serviços a recolher	7.223	10.421
ISS a recolher	4.236	965
	<b>64.490</b>	<b>62.769</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
IRRF sobre folha a recolher	75.479	48.566
FGTS a recolher	66.842	48.180
INSS sobre autônomos a recolher	45.587	33.712
Empréstimo consignado a pagar	20.041	13.879
Outros	10.403	9.068
	<b>218.352</b>	<b>153.405</b>

#### 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	359.804	404.525
Cível	800.000	653.019
	<b>1.159.804</b>	<b>1.057.544</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	214.487	123.815
Material médico hospitalar	458.722	447.234
Gases industriais e medicinais	16.852	15.660
Material de limpeza e higiene	100.317	100.395
Material de COVID-19	-	391.018
Outros materiais	12.767	-
	<b>803.145</b>	<b>1.078.122</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	279.217	227.589
Serviços de informática	349.291	461.500
Serviços de manutenção predial	66.533	19.871
Locação de veículos e equipamentos	265.920	250.833
Serviços de lavanderia hospitalar	116.428	70.498

Serviços de manutenção de equipamentos	279.478	208.986
Serviços administrativos	579.954	370.916
Serviços de motorista	18.018	11.924
Serviços de portaria	369.681	325.382
Serviços para atendimento a COVID-19	-	1.472.132
Outros serviços	51.503	14.035
	<b>2.376.023</b>	<b>3.433.666</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	17.578	7.347
Material de conservação e reparo	51.143	32.744
Material de consumo administrativo	53.129	74.604
Utilidade pública (água, luz, telefone)	379.934	402.763
Restituição do recurso	-	2.899.141
Outras despesas	1.486.794	57.171
	<b>1.988.578</b>	<b>3.473.770</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	189.865	34.954
	<b>189.865</b>	<b>34.954</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(9.076)	(9.709)
	<b>(9.076)</b>	<b>(9.709)</b>

<p><b>DRA. ADRIANA BERRINGER STEPHAN</b>  Presidente da Fundação do ABC</p> <p><b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b>  Contador   CRC 1SP220769/O-9</p>
--

<p><b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b></p>
--

À **Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Ambulatório de Especialidades Médica – AME – O.S.S – Santo André, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 14 de março de 2022. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<p><b>Relatório do Conselho Fiscal</b></p>
--

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - AME SANTOS

CNPJ 57.571.275/0033-80

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial						Demonstração de Resultado					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receitas operacionais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	488.257	55.703	Fornecedores	7	229.958	182.012	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	19.849.436	18.727.718
Estoques	5	359.369	313.164	Obrigações fiscais	8	89.569	85.861	Outras receitas		358.159	174.407
Outros créditos		-	345.900	Obrigações sociais e trabalhistas	9	98.687	107.098			<b>20.207.595</b>	<b>18.902.125</b>
		<b>847.626</b>	<b>714.767</b>	Provisões de férias	10	536.050	708.286	<b>Despesas operacionais</b>			
				Outros passivos	11	2.516.072	2.633.664	Com pessoal		(7.315.503)	(7.093.329)
						<b>3.470.336</b>	<b>3.716.921</b>	Medicamentos e insumos hospitalares	13	(1.706.285)	(2.046.680)
								Prestadores de serviços médicos	14	(8.271.117)	(8.405.403)
								Prestadores de serviços de terceiros	15	(1.927.133)	(2.192.590)
								Administrativas e gerais	16	(235.061)	(309.747)
								Contingências e despesas judiciais		(806)	(10.000)
								Bens de terceiros	3 (d)	(265.139)	(11.695)
										<b>(19.721.044)</b>	<b>(20.069.444)</b>
								<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>486.551</b>	<b>(1.167.319)</b>
								Receitas financeiras	17	81.907	25.485
								Despesas financeiras	17	(6.703)	(14.777)
										<b>75.204</b>	<b>10.708</b>
								<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>561.755</b>	<b>(1.156.611)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.093.060</b>	<b>3.128.434</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.093.060</b>	<b>3.128.434</b>				

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	7.230	6.502	(10,07)	7.230	7.530	4,15
Interconsultas	4.350	5.877	35,10	4.350	5.213	19,84
Consultas Subseqüentes	12.510	9.731	(22,21)	12.510	9.902	(20,85)
<b>Total</b>	<b>24.090</b>	<b>22.110</b>	<b>(8,22)</b>	<b>24.090</b>	<b>22.645</b>	<b>(6,00)</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas Não Médicas	3.900	5.784	48,31	3.900	4.760	22,05
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	300	-	(100,00)	300	-	(100,00)
<b>Total</b>	<b>4.200</b>	<b>5.784</b>	<b>37,71</b>	<b>4.200</b>	<b>4.760</b>	<b>13,33</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	1.698	1.900	11,90	1.698	1.829	7,71
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	2.394	2.295	(4,14)	2.394	2.422	1,17
<b>Total</b>	<b>4.092</b>	<b>4.195</b>	<b>2,52</b>	<b>4.092</b>	<b>4.251</b>	<b>3,89</b>
<b>SADT Externo</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Diagnóstico por Radiologia	1.680	1.949	16,01	1.680	2.343	39,46
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	5.340	4.587	(14,10)	5.340	4.996	(6,44)
Diagnóstico por Endoscopia	1.050	1.251	19,14	1.050	1.307	24,48
Métodos Diagnósticos em Especialidades	6.792	5.903	(13,09)	6.792	6.689	(1,52)
<b>Total</b>	<b>14.862</b>	<b>13.690</b>	<b>(7,89)</b>	<b>14.862</b>	<b>15.335</b>	<b>3,18</b>
<b>Tratamentos Clínicos</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Terapias Especializadas - Litotripsia	390	272	(30,26)	390	234	(40,00)
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Biopsia pele / partes moles	-	-	-	-	19	-
PAAF tireóide guiada por US	-	9	-	-	-	-
Colonoscopia	-	30	-	-	12	-
Esogastroduodenoscopia	-	22	-	-	-	-
US próstata abdominal	-	80	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>141</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>-</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Primeiras Consultas em Oftalmologia	90	104	15,56	90	104	15,56
Vitrectomia posterior	9	9	-	9	9	-
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>113</b>	<b>14,14</b>	<b>99</b>	<b>113</b>	<b>14,14</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.742.239 e R\$ 1.901.012, respectivamente. **(vi) Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, instalado na Rua Alexandre Martins, nº 70, no bairro Aparecida, na cidade de Santos. A unidade possui especialidades médicas nas áreas de alergologia, anesthesiologia, cabeça e pescoço, cardiologia, cirurgia geral, ginecologia, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, ortopedia, pneumologia, proctologia e urologia. Conta, também, com o serviço de apoio diagnóstico como audiometria, colonoscopia, densitometria óssea, ecocardiografia, ecocardiografia infantil, ecocardiografia fetal, eletrocardiografia, eletroencefalografia, eletroneuromiografia, endoscopia, espirometria, holter 24hs, mamografia, mapa 24hs, videolaringoscopia, raios-X, teste ergométrico, urodinâmica, ultrassonografia e ultrassonografia com doppler. Um dos destaques do AME Santos é a área de oftalmologia, tanto ambulatorial como cirúrgica, que conta com exames de Tomografia de Coerência Óptica (OCT), mapeamento de retina, tonometria, gonioscopia, fundoscopia, biomicroscopia, retinografia colorida e fluorescente, ultrassonografia ocular, motilidade extrínseca ceratometria, PAM, paquimetria, biometria, campimetria, fotocoagulação a laser, Yag Laser, curva tensional e iridectomia (Laser). **(vii) Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43088, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Santos, com vigência até 30 de novembro de 2023. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	Patrimônio social		Total
	Superávits (déficit) acumulados		
Ajuste do exercício anterior	(856.458)		(856.458)
Déficit do exercício	(1.156.611)		(1.156.611)
Incorporação ao patrimônio social	1.032.073		1.032.073
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>563.124</b>		<b>(1.156.611)</b>
Ajuste do exercício anterior	(345.544)		(345.544)
Superávit do exercício	561.755		561.755
Incorporação ao patrimônio social	(1.156.611)		1.156.611
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(939.031)</b>		<b>561.755</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
	2022	2021
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>561.755</b>	<b>(1.156.611)</b>
Ajustes do exercício anterior	(345.544)	(856.458)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(5.000)	5.000

Variações nos ativos e passivos:		
	2022	2021
Estoques	(46.205)	22.520
Outros créditos	345.900	(336.580)
Bloqueio judicial	168.233	(2.413.667)
Fornecedores	47.946	(5.521)
Obrigações fiscais	3.708	36.050
Obrigações sociais e trabalhistas	(8.411)	(290.628)
Provisões de férias	(172.236)	708.286
Outros passivos	(117.592)	2.615.330

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		
	2022	2021
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>432.554</b>	<b>(1.672.279)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55.703	1.727.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	488.257	55.703
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>432.554</b>	<b>(1.672.279)</b>

elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais não parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

4 Caixa e equivalentes em caixa		
Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	488.257	55.703
	<b>488.257</b>	<b>55.703</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

5 Estoques		
Descrição	2022	2021
Medicamentos	77.799	74.589
Material médico hospitalar	218.767	160.849
Material de limpeza e higiene	32.983	50.603
Material de manutenção	29.820	23.212
Outros materiais	-	3.911
	<b>359.369</b>	<b>313.164</b>

### 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do AME-Santos.

#### 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	30.453	31.263
INSS retido de serviços a recolher	37.526	37.640
IRRF retido de serviços a recolher	9.495	9.758
ISS a recolher	12.095	7.200
	<b>89.569</b>	<b>85.861</b>

#### 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
IRRF a recolher	29.699	28.338
FGTS a recolher	42.791	47.435
INSS sobre autônomos a recolher	26.062	31.325
Outros	135	-
	<b>98.687</b>	<b>107.098</b>

#### 10 Provisão de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

#### 11 Outros passivos

Refere-se, substancialmente, aos valores recebidos da Fundação do ABC – Mantenedora e do Complexo de Saúde de Mauá para reembolsar os valores bloqueados da conta bancária da Entidade.

#### 12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	-	5.000
	-	5.000

#### 13 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	432.898	424.988
Material médico hospitalar	1.069.962	1.451.551
Gases industriais e medicinais	49.338	28.636
Material de limpeza e higiene	153.403	114.947
Outros materiais	684	26.558
	<b>1.706.285</b>	<b>2.046.680</b>

#### 14 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 15 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	7.350	1.600
Serviços de informática	237.679	331.197
Serviços de vigilância	799.689	632.856
Serviços de manutenção predial	77.534	126.871

Locação de veículos e equipamentos	75.485	191.726
Serviços de lavanderia hospitalar	137.630	124.172
Serviços de manutenção de equipamentos	82.812	73.448
Serviços administrativos	423.893	378.041
Serviços de motorista	185	1.213
Serviços de logística	-	90.538
Serviços de portaria	-	86.161
Outros serviços	84.875	154.767
	<b>1.927.132</b>	<b>2.192.590</b>

#### 16 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	35.230	27.691
Material de conservação e reparo	30.928	62.013
Material de consumo administrativo	149.320	206.134
Utilidade pública (água, luz, telefone)	4.736	1.792
Seguros patrimoniais	7.953	6.338
Outras despesas	6.894	5.779
	<b>235.061</b>	<b>309.747</b>

#### 17 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	81.907	25.485
	<b>81.907</b>	<b>25.485</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(6.630)	(14.603)
Juros e multas de mora	(73)	(67)
Outras despesas financeiras	-	(107)
	<b>(6.703)</b>	<b>(14.777)</b>

<b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b> Presidente da Fundação do ABC
<b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b> Contador   CRC 1SP220769/O-9

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>
---

À **Presidência da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades - AME Santos, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A

administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<b>Relatório do Conselho Fiscal</b>
-------------------------------------

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - AME SOROCABA

CNPJ 57.571.275/0030-37

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balço Patrimonial						Demonstração de Resultado					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.772.388	1.528.231	Fornecedores	6	151.745	207.695	Receitas operacionais			
Estoques	5	235.045	262.020	Obrigações fiscais	7	38.273	42.675	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	19.071.720	15.682.935
		<b>2.007.433</b>	<b>1.790.251</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	8	213.078	150.189	Contratos de gestão – Estadual – Covid-19 1	(vii)	-	6.443.613
				Provisões de férias	9	751.405	895.719	Outras receitas		33.422	5.119
				Outros passivos		23.215	16.056			<b>19.105.142</b>	<b>22.131.667</b>
						<b>1.177.716</b>	<b>1.312.334</b>	<b>Despesas operacionais</b>			
				<b>Não circulante</b>				Com pessoal		(7.574.737)	(8.683.963)
<b>Não circulante</b>				Provisão para contingências	10	-	57.000	Medicamentos e insumos hospitalares	11	(1.241.300)	(1.896.620)
Bloqueio judicial		5.481	2			-	57.000	Prestadores de serviços médicos	12	(8.337.980)	(6.848.109)
		<b>5.481</b>	<b>2</b>	<b>Patrimônio líquido</b>				Prestadores de serviços de terceiros	13	(856.541)	(2.281.929)
				Patrimônio social		420.919	647.827	Administrativas e gerais	14	(837.977)	(2.567.387)
				Superávits (déficits) acumulados		414.279	(226.908)	Contingências e despesas judiciais		(12.296)	(89.378)
						<b>835.198</b>	<b>420.919</b>	Bens de terceiros	3 (d)	(31.617)	(55.108)
										<b>(18.892.448)</b>	<b>(22.422.494)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.012.914</b>	<b>1.790.253</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.012.914</b>	<b>1.790.253</b>	<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>212.694</b>	<b>(290.827)</b>
								Receitas financeiras	15	215.584	81.307
								Despesas financeiras	15	(13.999)	(17.388)
								<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>414.279</b>	<b>(226.908)</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	12.000	11.393	(5,06)	12.000	11.992	(0,07)
Interconsultas	2.400	2.051	(14,54)	2.400	2.426	1,08
Consultas Subseqüentes	16.800	17.122	1,92	16.800	19.214	14,37
<b>Total</b>	<b>31.200</b>	<b>30.566</b>	<b>(2,03)</b>	<b>31.200</b>	<b>33.632</b>	<b>7,79</b>
<b>Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
<b>Consultas Não Médicas</b>	<b>12.000</b>	<b>21.950</b>	<b>82,92</b>	<b>12.000</b>	<b>20.939</b>	<b>74,49</b>
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	2.400	2.205	(8,13)	2.400	2.293	(4,46)
<b>Total</b>	<b>14.400</b>	<b>24.155</b>	<b>67,74</b>	<b>14.400</b>	<b>23.232</b>	<b>61,33</b>
<b>Atividade Cirúrgica</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Cirurgia Ambulatorial Maior CMA	630	719	14,13	630	731	16,03
Cirurgia Ambulatorial Menor cma	2.100	2.360	12,38	2.100	2.039	(2,90)
<b>Total</b>	<b>2.730</b>	<b>3.079</b>	<b>12,78</b>	<b>2.730</b>	<b>2.770</b>	<b>1,47</b>
<b>SADT Externo</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	900	850	(5,56)	900	979	8,78
Diagnóstico por Medicina Nuclear In Vivo	1.200	1.315	9,58	1.200	1.308	9,00
Diagnóstico por Endoscopia	2.880	2.835	(1,56)	2.880	2.687	(6,70)
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.800	4.668	(2,75)	4.800	4.843	0,90
<b>Total</b>	<b>9.780</b>	<b>9.668</b>	<b>(1,15)</b>	<b>9.780</b>	<b>9.817</b>	<b>0,38</b>
<b>Exames de Alta Suspeição - Oncologia</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Biopsia pele / partes moles	-	20	-	-	147	-
Biopsia próstata guiada por US	-	15	-	-	-	-
Colonoscopia	-	26	-	-	-	-
RM crânio	-	27	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>147</b>	<b>-</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oftalmologia"</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas médicas	-	-	-	-	-	-
Primeiras Consultas em Oftalmologia	630	1.221	93,81	630	564	(10,48)
Exames em Oftalmologia	-	354	-	-	-	-
Biometria Ultrassônica (Monocular)	-	112	-	-	-	-
Mapeamento de Retina	-	68	-	-	-	-
Paquimetria Ultrassônica	-	174	-	-	-	-
Cirurgias Oftalmológicas	510	409	(19,80)	510	654	28,24
Facoemulsificação c/ Implante de Lente Intra-Ocular Dobrável	510	409	(19,80)	510	654	28,24
<b>Total</b>	<b>1.140</b>	<b>1.984</b>	<b>74,04</b>	<b>1.140</b>	<b>1.218</b>	<b>6,84</b>
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Cirurgias Eletivas"</b>						
Tratamento Cirúrgico de Varizes	-	-	-	-	16	-

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Ingra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 2.030.030 e R\$ 2.327.302, respectivamente. **(vi) Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) Sorocaba. Em 11 de dezembro de 2020, o AME Sorocaba foi constituído como filial da Fundação do ABC, inscrito no CNPJ/MF nº 57.571.275/0030-37, com sede na Rua Guaicurus, nº 411, no bairro Vila Leão, na cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo. A unidade oferece consultas médicas divididas entre primeira consulta, interconsulta e consulta subsequente. As especialidades médicas oferecidas são anesthesiologia, cardiologia, cirurgia plástica, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, mastologia, nefrologia, neurologia, neurologia infantil, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia, pneumologia infantil, reumatologia e urologia. Oferece, também, consultas e sessões não médicas nas áreas de enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia e nutrição. Recebe exclusivamente usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). **(vii) Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43091, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, com vigência até 30 de setembro de 2023. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Ins-**

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31 de dezembro de 2020	Patrimônio Superávit (Déficit) social		Total
	acumulados		
Ajuste do exercício anterior		212.057	1.240.351
Déficit do exercício		(804.581)	-
Incorporação ao patrimônio social		-	(804.581)
		(226.908)	(226.908)
	1.240.351	(1.240.351)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>647.827</b>	<b>(226.908)</b>
Superávit do exercício		-	414.279
Incorporação ao patrimônio social		(226.908)	226.908
			-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>420.919</b>	<b>414.279</b>
			<b>835.198</b>

## Demonstração do Fluxo de Caixa

	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>414.279</b>	<b>(226.908)</b>
Ajustes do exercício anterior	-	(804.581)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(57.000)	57.000
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	26.975	(75.522)
Bloqueio judicial	(5.479)	(2)
Fornecedores	(55.950)	12.720
Obrigações fiscais	(4.402)	41.439
Obrigações sociais e trabalhistas	62.889	(240.061)
Provisões de férias	(144.314)	895.719
Outros passivos	7.159	(4.569)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>244.157</b>	<b>(344.765)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>244.157</b>	<b>(344.765)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.528.231	1.872.996
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.772.388	1.528.231
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>244.157</b>	<b>(344.765)</b>

**trumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

Descrição	2022	2021
Caixa	395	935
Aplicações financeiras	1.771.993	1.527.296
	<b>1.772.388</b>	<b>1.528.231</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

Descrição	2022	2021
Medicamentos	57.486	77.493
Material médico hospitalar	133.276	139.907
Material de limpeza e higiene	16.235	13.126
Material de manutenção	23.563	27.483
Outros materiais	4.485	4.011
	<b>235.045</b>	<b>262.020</b>

**6 Fornecedores**  
Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	23.003	26.943
INSS retido de serviços a recolher	132	132
IRRF retido de serviços a recolher	7.424	8.297
ISS a recolher	7.714	7.303
	<b>38.273</b>	<b>42.675</b>

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	-	2.224
IRRF a recolher	34.314	-
FGTS a recolher	65.007	58.096
INSS sobre autônomos a recolher	66.991	52.554
Outros	46.766	37.315
	<b>213.078</b>	<b>150.189</b>

### 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

### 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	-	57.000
	-	57.000

### 11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	131.036	135.861
Material médico hospitalar	851.877	621.852
Órtese e prótese	70.172	6.686
Material de laboratório	855	3.012
Gases industriais e medicinais	16.492	21.235
Dieta enteral e parenteral	-	512
Material de limpeza e higiene	111.086	98.950
Material de Covid-19	-	985.949
Outros materiais	59.782	22.563
	<b>1.241.300</b>	<b>1.896.620</b>

### 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

### 13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de informática	311.111	392.189
Serviços de vigilância	-	672
Serviços de manutenção predial	6.270	102.082
Serviços de refeitório	-	19.134
Locação de veículos e equipamentos	60.020	45.115
Serviços de lavanderia hospitalar	39.548	62.614
Serviços de manutenção de equipamentos	44.122	84.177
Serviços administrativos	359.832	391.746
Serviços de motorista	1.255	10.098
Serviços de portaria	3.335	1.576
Serviços de terceiros - Covid-19	-	1.113.441
Outros serviços	31.048	59.085
	<b>856.541</b>	<b>2.281.929</b>

### 14 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	66.838	45.836
Material de conservação e reparo	109.247	118.700
Material de consumo administrativo	174.405	149.786
Utilidade pública (água, luz, telefone)	445.330	422.430
Seguros patrimoniais	11.672	10.245
Devolução Covid-19	-	1.789.382
Outras despesas	30.485	31.008
	<b>837.977</b>	<b>2.567.387</b>

### 15 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	215.585	81.307
	<b>215.585</b>	<b>81.307</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(12.845)	(16.543)
Juros e multas de mora	(1.155)	(726)
Outras despesas financeiras	-	(119)
	<b>(14.000)</b>	<b>(17.388)</b>

<b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b> Presidente da Fundação do ABC
<b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b> Contador   CRC 1SP220769/O-9

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>
---

**À Presidência da Fundação do ABC – Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba. Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Ambulatório Médico de Especialidades – AME Sorocaba em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração

é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Sorocaba, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<b>Relatório do Conselho Fiscal</b>
-------------------------------------

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS II

CNPJ 57.571.275/0018-40

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial			
Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.194.159	1.159.194
Estoques	5	488.411	427.766
Outros créditos		9.109	4.554
		<b>1.691.679</b>	<b>1.591.514</b>
<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial		11.765	11.061
		<b>11.765</b>	<b>11.061</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.703.444</b>	<b>1.602.575</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>382.755</b>	<b>(383.590)</b>
Ajuste do exercício anterior		64.881	-
Déficit do exercício		-	(388.159)
Incorporação ao patrimônio social		(383.590)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>64.046</b>	<b>(388.159)</b>
Superávit do exercício		-	116.560
Incorporação ao patrimônio social		(388.159)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>(324.113)</b>	<b>116.560</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022						
Contratado X Realizado Internações	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	354	364	2,82	354	361	1,98
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>364</b>	<b>2,82</b>	<b>354</b>	<b>361</b>	<b>1,98</b>
<b>SADT Externo</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	384	6,67	360	302	(16,11)
Diagnóstico por Endoscopia	204	196	(3,92)	204	191	(6,37)
<b>Total</b>	<b>564</b>	<b>580</b>	<b>2,84</b>	<b>564</b>	<b>493</b>	<b>(12,59)</b>
<b>Exames de Alta Suspeição - Oncologia</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Esogastroduodenoscopia	-	40	-	-	-	-

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruida.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 3.746.353 e R\$ 3.146.033, respectivamente. **(vi) Instituto de Infectologia Emilio Ribas II.** O Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Baixada Santista (IIER-BS) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 14 de agosto de 2014, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0018-40, com sede na Rua São Miguel, 760, no bairro Vicente de Carvalho, na cidade de Guarujá, no estado de São Paulo. A Fundação do ABC deu início em 2014 à gestão plena do Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. A unidade recebe pacientes encaminhados de hospitais dos nove municípios que integram a Baixada Santista para o cuidado de diferentes doenças infectocontagiosas, entre as principais HIV/AIDS, tuberculose, leptospirose, meningites meningocócicas, complicações por gripe e hepatites. Além do atendimento médico e de enfermagem, também estão disponíveis exames laboratoriais e de imagem, como raio X, ultrassonografia e endoscopia. Os pacientes são atendidos mediante encaminhamento da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS), do Governo do Estado. **(vii) Contrato de gestão.** Em 1 de junho de 2019, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 31056/2019, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, por mais cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada.

Demonstração de Resultado			
	Nota	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Contrato de gestão - Estadual	1(vii)	21.954.249	18.828.597
Outras receitas		-	98.222
		<b>21.954.249</b>	<b>18.926.819</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal		(13.978.930)	(11.738.929)
Medicamentos e insumos hospitalares	11	(1.867.274)	(1.961.684)
Prestadores de serviços médicos	12	(4.042.090)	(3.878.856)
Prestadores de serviços de terceiros	13	(1.058.041)	(980.232)
Administrativas e gerais	14	(1.048.155)	(765.387)
Contingências e despesas judiciais		-	(36)
Bens de terceiros	3 (d)	(87.376)	(53.261)
		<b>(22.081.866)</b>	<b>(19.378.385)</b>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(127.617)</b>	<b>(451.566)</b>
Receitas financeiras	15	251.034	68.756
Despesas financeiras	15	(6.857)	(5.349)
		<b>244.177</b>	<b>63.407</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>116.560</b>	<b>(388.159)</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>	<b>116.560</b>	<b>(388.159)</b>
Ajuste do exercício anterior	-	64.881
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(175.712)	(97.312)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Estoques	(60.645)	458.815
Outros créditos	(4.555)	(1.067)
Bloqueio judicial	(704)	(902)
Fornecedores	(190.227)	(200.823)
Obrigações fiscais	(5.123)	(4.967)
Obrigações sociais e trabalhistas	115.919	(696.988)
Provisões de férias	227.279	77.262
Outros passivos	12.173	34.192
<b>Caixa liquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>34.965</b>	<b>(755.068)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>34.965</b>	<b>(755.068)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.159.194	1.914.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.194.159	1.159.194
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>34.965</b>	<b>(755.068)</b>

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.**3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	1.089	748
Aplicações financeiras	1.193.070	1.158.446
	<b>1.194.159</b>	<b>1.159.194</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

#### 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	231.244	199.634
Material médico hospitalar	176.537	161.406
Dieta enteral e parenteral	7.610	2.050
Material de limpeza e higiene	29.700	21.921
Material de manutenção	43.320	42.755
	<b>488.411</b>	<b>427.766</b>

#### 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

#### 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	2.459	8.304
INSS retido de serviços a recolher	247	143
IRRF retido de serviços a recolher	2.709	2.333
ISS a recolher	5.962	5.720
	<b>11.377</b>	<b>16.500</b>

#### 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
IRRF sobre folha a recolher	171.830	69.880
INSS sobre autônomos a recolher	77.976	61.428
Outros	100	2.679
	<b>249.906</b>	<b>133.987</b>

#### 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

#### 10 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	16.970	192.682
	<b>16.970</b>	<b>192.682</b>

#### 11 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	836.122	806.538
Material médico hospitalar	761.577	905.335
Gases industriais e medicinais	70.848	120.238
Dieta enteral e parenteral	68.378	46.512
Material de limpeza e higiene	108.024	78.142
Outros materiais	22.325	4.919
	<b>1.867.274</b>	<b>1.961.684</b>

#### 12 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 13 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de informática	15.600	14.610
Serviços de manutenção predial	36.152	35.181
Locação de veículos e equipamentos	32.422	12.753
Serviços de lavanderia hospitalar	293.367	247.103
Serviços de manutenção de equipamentos	190.852	133.027
Serviços administrativos	302.027	301.336
Serviços de motorista	160.286	223.816
Outros serviços	27.335	12.406
	<b>1.058.041</b>	<b>980.232</b>

#### 14 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	497.688	340.456
Material de conservação e reparo	382.040	296.290
Material de consumo administrativo	154.847	106.424
Utilidade pública (água, luz, telefone)	7.575	15.949
Outras despesas	6.005	6.268
	<b>1.048.155</b>	<b>765.387</b>

#### 15 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	251.034	68.756
	<b>251.034</b>	<b>68.756</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(6.857)	(5.349)
	<b>(6.857)</b>	<b>(5.349)</b>

#### DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES

Presidente da Fundação do ABC

#### HELENO TEIXEIRA PASSETTO

Contador | CRC 1SP220769/O-9

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À **Presidência da Fundação do ABC – Instituto de Infectologia Emílio Ribas II. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Instituto de Infectologia Emílio Ribas II, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Guarujá, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE DIADEMA

CNPJ 57.571.275/0029-01

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial						Demonstração de Resultado				
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.081.348	5.313.532	Fornecedores	6	122.221	154.032	<b>Receitas operacionais</b>		
Estoques		-	1.728	Obrigações fiscais	7	13.976	16.597	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	7.560.000
Outros créditos		9.316	16.556	Obrigações sociais e trabalhistas	8	252.318	227.875	Outras receitas		430.730
		<b>7.090.664</b>	<b>5.331.816</b>	Provisões de férias	9	292.406	115.034			<b>7.990.730</b>
				Outros passivos		49.964	21.287			<b>4.860.098</b>
						<b>730.885</b>	<b>534.825</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>						
Bloqueio judicial	5	22.070	20.968	Patrimônio social		4.801.403	1.894.407			
		<b>22.070</b>	<b>20.968</b>	Superávits acumulados		1.580.446	2.923.552			
						<b>6.381.849</b>	<b>4.817.959</b>			
<b>Total do ativo</b>		<b>7.112.734</b>	<b>5.352.784</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>7.112.734</b>	<b>5.352.784</b>	<b>Superávit do exercício</b>		<b>1.580.446</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	360	339	(5,83)	360	588	63,33
Consultas Subseqüentes	2.081	1.178	(43,39)	2.190	2.273	3,79
<b>Total</b>	<b>2.441</b>	<b>1.517</b>	<b>(37,85)</b>	<b>2.550</b>	<b>2.861</b>	<b>12,20</b>

Consultas / Sessões Não Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Consultas Não Médicas	7.706	4.622	(40,02)	8.112	7.956	(1,92)
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	10.830	8.602	(20,57)	11.400	12.846	12,68
<b>Total</b>	<b>18.536</b>	<b>13.224</b>	<b>(28,66)</b>	<b>19.512</b>	<b>20.802</b>	<b>6,61</b>

Acompanhamento - Fornecimento de Órteses / Próteses e Outros	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Órteses	162	64	(60,49)	180	131	(27,22)
Próteses	28	33	17,86	30	17	(43,33)
Meios de Locomoção	162	66	(59,26)	180	113	(37,22)
Outros	54	19	(64,81)	60	36	(40,00)

Acompanhamento - Oficinas	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Oficinas	58	69	18,97	60	83	38,33

Acompanhamento - Atividade Educativa	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Grupos	91	172	89,01	96	265	176,04
Pacientes Atendidos	910	846	(7,03)	960	1.178	22,71

Primeiras Consultas Fisioterapia	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Fisioterapia	270	306	13,33	270	576	113,33
Primeiras Consultas Oftalmologia	90	33	(63,33)	90	12	(86,67)
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>339</b>	<b>(5,83)</b>	<b>360</b>	<b>588</b>	<b>63,33</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.012.934 e R\$ 291.299, respectivamente. **(vi) Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema.** Em 9 de janeiro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, instalado na Avenida Antonio Piranga, nº 700, no bairro Centro, na cidade de Diadema. **(vii) Contrato de gestão.** Em 8 de janeiro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 714640/2019, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, por período de cinco anos. Em 13 de setembro de 2021, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão nº 01/2021, que tem por objeto a retomada da operacionalização da gestão e execução, das atividades e serviços de saúde, no Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demons-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>1.875.252</b>	<b>1.875.252</b>
Ajuste do exercício anterior	19.155	-	19.155
Superávit do exercício	-	2.923.552	2.923.552
Incorporação ao patrimônio social	1.875.252	(1.875.252)	-
	<b>1.894.407</b>	<b>2.923.552</b>	<b>4.817.959</b>
Ajuste do exercício anterior	(16.556)	-	(16.556)
Superávit do exercício	-	1.580.446	1.580.446
Incorporação ao patrimônio social	2.923.552	(2.923.552)	-
	<b>4.801.403</b>	<b>1.580.446</b>	<b>6.381.849</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	1.580.446	2.923.552
Ajustes do exercício anterior	(16.556)	19.155

Variações nos ativos e passivos:		
Estoques		1.728
Outros créditos		7.240
Bloqueio judicial		(1.102)
Fornecedores		(31.811)
Obrigações fiscais		(2.621)
Obrigações sociais e trabalhistas		24.443
Provisões de férias		177.372
Outros passivos		28.677

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.767.816</b>	<b>3.397.243</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.313.532	1.916.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.081.348	5.313.532
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.767.816</b>	<b>3.397.243</b>

tração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e de "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** Amparada na opinião dos assessores jurídicos, e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade não constituiu a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Banco conta movimento	3	-
Aplicações financeiras	7.081.345	5.313.532
	<b>7.081.348</b>	<b>5.313.532</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerte as demonstrações contábeis em exame do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema.

## 6 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 7 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	3.064	4.012
INSS retido de serviços a recolher	8.260	11.535
IRRF retido de serviços a recolher	842	1.050
ISS a recolher	1.810	-
	<b>13.976</b>	<b>16.597</b>

## 8 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	176.115	169.704
IRRF a recolher	35.432	20.678
FGTS a recolher	29.294	20.034
INSS sobre autônomos a recolher	8.664	17.409
Outros	2.813	50
	<b>252.318</b>	<b>227.875</b>

## 9 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulados.

## 10 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	197	-
Material médico hospitalar	262.589	14.694
Gases industriais e medicinais	145	-
Material de limpeza e higiene	1.027	572
Outros materiais	18.023	8.635
	<b>281.981</b>	<b>23.901</b>

#### 11 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 12 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	465.651	117.187
Serviços de informática	149.402	42.625
Serviços de manutenção predial	242.449	260.671
Locação de veículos e equipamentos	124.731	16.065
Serviços de manutenção de equipamentos	1.545	9.700
Serviços administrativos	364.665	127.597
Serviços de portaria	278.698	219.155
Outros serviços	12.466	-
	<b>1.639.607</b>	<b>793.000</b>

#### 13 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	41.722	3.549
Material de conservação e reparo	16.915	17.243
Material de consumo administrativo	222.955	24.943
Utilidade pública (água, luz, telefone)	102	-
Outras despesas	15.057	-
	<b>296.751</b>	<b>45.735</b>

#### 14 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	590.091	101.531
	<b>590.091</b>	<b>101.531</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(8.301)	(4.213)
	<b>(8.301)</b>	<b>(4.213)</b>

**DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES**  
Presidente da Fundação do ABC

**HELENO TEIXEIRA PASSETTO**  
Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

**À Presidência da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Diadema em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva ra-

zoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Diadema, 20 de março de 2023.
**Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236.
**Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

## Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023.
**MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André.
**ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo.
**ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL ESTADUAL MÁRIO COVAS DE SANTO ANDRÉ

CNPJ 57.571.275/0006-07

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial						Demonstração de Resultado					
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receitas operacionais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.554.764	397.521	Fornecedores	7	14.676.443	19.678.644	Contratos de gestão - Estadual	1 (vii)	234.434.002	204.805.759
Estoques	5	4.856.424	3.075.895	Obrigações fiscais	8	18.154	231.288	Outras receitas		16.782.263	3.934.567
Outros créditos		513.728	3.765	Obrigações sociais e trabalhistas	9	8.734.937	8.673.834			<b>251.216.265</b>	<b>208.740.326</b>
		<b>8.924.916</b>	<b>3.477.181</b>	Provisões de férias	10	10.678.870	10.555.650	<b>Despesas operacionais</b>			
				Obrigações acadêmicas		102.652	99.913	Com pessoal		(118.365.606)	(113.834.984)
				Outros passivos	11	<b>3.955.869</b>	<b>2.619.468</b>	Medicamentos e insumos hospitalares	13	(51.579.381)	(50.793.691)
						<b>38.166.925</b>	<b>41.858.797</b>	Prestadores de serviços médicos	14	(46.041.771)	(44.523.013)
								Prestadores de serviços de terceiros	15	(9.641.798)	(9.914.088)
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>				Administrativas e gerais	16	(10.110.478)	(8.729.946)
Bloqueio Judicial	6	1.077.748	6.972.958	Provisão para contingências	12	453.060	2.702.813	Atividades acadêmicas		(1.282.606)	(1.262.278)
		<b>1.077.748</b>	<b>6.972.958</b>			<b>453.060</b>	<b>2.702.813</b>	Contingências e despesas judiciais		(44.822)	(4.874.589)
				<b>Patrimônio líquido</b>				Bens de terceiros	3 (d)	(8.965.475)	(380.465)
				Patrimônio social		(34.111.471)	(8.997.023)			<b>(246.031.937)</b>	<b>(234.313.054)</b>
				Superávits (déficits) acumulados		5.494.150	(25.114.448)	<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>5.184.328</b>	<b>(25.572.728)</b>
						<b>(28.617.321)</b>	<b>(34.111.471)</b>	Receitas financeiras	17	329.188	470.811
								Despesas financeiras	17	(19.366)	(12.531)
<b>Total do ativo</b>		<b>10.002.664</b>	<b>10.450.139</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.002.664</b>	<b>10.450.139</b>	<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>5.494.150</b>	<b>(25.114.448)</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado Internações	1º Semestre			2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Clínica Médica	1.700	1.920	12,94	1.800	2.145	19,17
Pediatria	234	278	18,80	234	336	43,59
Psiquiatria	174	114	(34,48)	174	118	(32,18)
<b>Total</b>	<b>2.108</b>	<b>2.312</b>	<b>9,68</b>	<b>2.208</b>	<b>2.599</b>	<b>17,71</b>
<b>Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Eletivas	3.486	2.451	(29,69)	3.486	2.633	(24,47)
Urgência	720	775	7,64	720	777	7,92
<b>Total</b>	<b>4.206</b>	<b>3.226</b>	<b>(23,30)</b>	<b>4.206</b>	<b>3.410</b>	<b>(18,93)</b>
<b>Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Cirurgia Hospital - Dia	486	497	2,26	486	580	19,34
Cirurgias Ambulatoriais	2.694	1.672	(37,94)	2.694	1.813	(32,70)
<b>Total</b>	<b>3.180</b>	<b>2.169</b>	<b>(31,79)</b>	<b>3.180</b>	<b>2.393</b>	<b>(24,75)</b>
<b>Urgência / Emergência</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Consultas de Urgência	8.100	10.920	34,81	9.600	11.559	20,41
<b>Total</b>	<b>8.100</b>	<b>10.920</b>	<b>34,81</b>	<b>9.600</b>	<b>11.559</b>	<b>20,41</b>
<b>Consultas Médicas</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Primeiras Consultas Rede	4.640	3.810	(17,89)	4.860	4.851	(0,19)
Interconsultas	6.000	8.535	42,25	6.000	10.102	68,37
Consultas Subsequentes	45.144	38.221	(15,34)	45.144	44.097	(2,32)
<b>Total</b>	<b>55.784</b>	<b>50.566</b>	<b>(9,35)</b>	<b>56.004</b>	<b>59.050</b>	<b>5,44</b>
<b>Consultas Não Médicas</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Interconsultas	13.758	19.336	40,54	14.070	17.770	26,30
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	12.762	10.309	(19,22)	13.320	13.432	0,84
<b>Total</b>	<b>26.520</b>	<b>29.645</b>	<b>11,78</b>	<b>27.390</b>	<b>31.202</b>	<b>13,92</b>
<b>SADT Externo</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Diagnóstico por Radiologia	2.040	1.285	(37,01)	2.040	2.003	(1,81)
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	3.120	3.012	(3,46)	3.120	2.719	(12,85)
Diagnóstico por Tomografia	1.722	2.023	17,48	1.722	2.184	26,83
Diagnóstico por Ressonância Magnética	858	50	(94,17)	858	561	(34,62)
Diagnóstico por Medicina Nuclear in Vivo	702	709	1,00	702	444	(36,75)
Diagnóstico por Endoscopia	1.344	1.164	(13,39)	1.344	1.433	6,62
Diagnóstico por Radiologia Intervencionista	600	908	51,33	600	735	22,50
Métodos Diagnósticos em Especialidades	3.000	3.984	32,80	3.000	3.529	17,63
<b>Total</b>	<b>13.386</b>	<b>13.135</b>	<b>(1,88)</b>	<b>13.386</b>	<b>13.608</b>	<b>1,66</b>
<b>Tratamentos Clínicos</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia	3.950	8.052	103,85	4.800	8.725	81,77
Tratamento em Oncologia	260	547	110,38	360	497	38,06
Tratamento em Oncologia - Fornecimento	-	-	-	435	609	40,00
Tratamento em Oncologia - Radioterapia	9.600	6.751	(29,68)	9.600	8.579	(10,64)
Tratamento em Nefrologia - Sessão Diálise	6.360	6.431	1,12	6.360	6.367	0,11
Exames de Alta Suspeição - Oncologia						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Biopsia pele / partes moles	-	38	-	-	-	-
Biopsia próstata guiada por US	-	16	-	-	-	-
PAAF tireoide guiada por US	-	37	-	-	-	-
Colonoscopia	-	25	-	-	-	-
Retossigmoidoscopia	-	30	-	-	-	-
RM crânio	-	10	-	-	-	-
RM crânio com sedação	-	6	-	-	-	-
TC abdome superior	-	30	-	-	-	-
TC tórax	-	40	-	-	-	-
US próstata abdominal	-	75	-	-	-	-
US próstata transretal	-	55	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>362</b>	-	-	-	-
<b>Projeto Especial "Corujão da Saúde - Cirurgias Eletivas"</b>						
	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
Adenoidectomia	20	1	(95,00)	120	18	(85,00)
Amigdalectomia	20	9	(55,00)	120	37	(69,17)
Escleroterapia Com Espuma	24	16	(33,33)	144	155	7,64
Hernioplastia Inguinal	16	16	-	96	67	(30,21)
Histerectomia	2	11	450,00	12	13	8,33
Tratamento Cirúrgico de Varizes	12	5	(58,33)	72	39	(45,83)
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>58</b>	<b>(38,30)</b>	<b>564</b>	<b>329</b>	<b>(41,67)</b>

**1 Contexto operacional. Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade brasileira. **(i) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCR/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(ii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iii) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(iv) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Inca; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 31.721.982 e R\$ 30.507.776, respectivamente. **(v) Hospital Estadual Mário Covas de Santo André.** O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 30 de novembro de 2001, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0006-07, com sede na Rua Doutor Henrique Calderazzo, nº 321, no bairro Paraíso, na cidade de

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(7.965.730)</b>	<b>(1.031.293)</b>	<b>(8.997.023)</b>
Déficit do exercício	-	(25.114.448)	(25.114.448)
Incorporação ao patrimônio social	(1.031.293)	1.031.293	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(8.997.023)</b>	<b>(25.114.448)</b>	<b>(34.111.471)</b>
Superávit do exercício	-	5.494.150	5.494.150
Incorporação ao patrimônio social	(25.114.448)	25.114.448	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(34.111.471)</b>	<b>5.494.150</b>	<b>(28.617.321)</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficit) do exercício	5.494.150	(25.114.448)
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Provisões para contingências	(2.249.753)	151.056
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Convênios e contratos a receber	-	500.000
Estoques	(1.780.529)	(664.450)
Outros créditos	(509.963)	(3.213)
Bloqueio judicial	5.895.210	(3.627.906)
Fornecedores	(5.002.201)	8.021.510
Obrigações fiscais	(213.134)	50.126
Obrigações sociais e trabalhistas	61.103	764.877
Provisões de férias	123.220	178.192
Obrigações acadêmicas	2.739	-
Outros passivos	1.336.401	563.672
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>3.157.243</b>	<b>(19.180.584)</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.157.243</b>	<b>(19.180.584)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	397.521	19.578.105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.554.764	397.521
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.157.243</b>	<b>(19.180.584)</b>

Santo André, no estado de São Paulo. O Hospital Estadual Mário Covas de Santo André (HEMC) está sob gestão da Fundação do ABC desde o primeiro dia de funcionamento, inaugurado em 2001 pelo Governo do Estado. Maior unidade hospitalar do Grande ABC, o Hospital Estadual Mário Covas, em Santo André, possui leitos para internação, terapia intensiva e leitos pediátricos destinados ao atendimento de crianças com câncer. A unidade, também, possui Banco de Sangue, Banco de Leite Humano, Centro de Fisioterapia, Central de Vacinas e outros serviços que otimizam o atendimento. Um dos grandes diferenciais do HEMC é o corpo clínico, composto por muitos profissionais ligados ao Centro Universitário Faculdade de Medicina do ABC – vários deles docentes. Em 2019, o HEMC conquistou a certificação de qualidade ONA (Organização Nacional de Acreditação) nível 3, o mais alto do ranking. **(vi) Contrato de gestão.** Em 23 de junho de 2017, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, Processo nº 001.0500.000.021/2017, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual "Mário Covas" de Santo André, pelo período de cinco anos. Em 23 de junho de 2022, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão, Processo nº SES-PRC-2022/12096 com o Estado de São Paulo para para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual "Mário Covas" de Santo André, pelo período de cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis.** **2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e retive substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados



# FUNDAÇÃO DO ABC - PÓLO DE ATENÇÃO INTENSIVA EM SAÚDE MENTAL – PAI BAIXADA SANTISTA

CNPJ 57.571.275/0032-07

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial				Demonstração de Resultado			
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	950.817	1.057.675	Fornecedores	7	39.603	35.682
Estoques	5	50.066	66.700	Obrigações fiscais	8	10.455	10.633
Outros créditos		176.454	173.103	Obrigações sociais e trabalhistas	9	111.439	88.179
		<b>1.177.337</b>	<b>1.297.478</b>	Provisões de férias	10	411.033	408.744
				Outros passivos		412.479	396.997
						<b>985.009</b>	<b>940.235</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	493.270	439.404	Provisão para contingências	11	291.690	517.355
		<b>493.270</b>	<b>439.404</b>			<b>291.690</b>	<b>517.355</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		279.292	(137.284)
				Superávits acumulados		114.616	416.576
						<b>393.908</b>	<b>279.292</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.670.607</b>	<b>1.736.882</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.670.607</b>	<b>1.736.882</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>52.111</b>	<b>437.789</b>	<b>489.900</b>
Ajuste do exercício anterior	(627.184)	-	(627.184)
Superávit do exercício	-	416.576	416.576
Incorporação ao patrimônio social	437.789	(437.789)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(137.284)</b>	<b>416.576</b>	<b>279.292</b>
Superávit do exercício	-	114.616	114.616
Incorporação ao patrimônio social	416.576	(416.576)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>279.292</b>	<b>114.616</b>	<b>393.908</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022						
Contratado X Realizado Internações	1º Semestre		2º Semestre			
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Psiquiatria	180	198	10,00	180	179	(0,56)
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>198</b>	<b>10,00</b>	<b>180</b>	<b>179</b>	<b>(0,56)</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incri; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 1.314.981 e R\$ 1.091.560, respectivamente. **(vi) Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista.** Em 5 de novembro de 2020, a Fundação do ABC deu início à gestão do Pólo de Atenção Intensiva (PAI) em Saúde Mental da Baixada Santista, que está instalado no Hospital Guilherme Álvaro (HGA), no bairro Boqueirão, na cidade de Santos. O PAI Baixada Santista foi idealizado pela Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de oferecer um serviço de tratamento em regime de internação breve a indivíduos portadores de transtornos mentais severos e persistentes em quadro agudo (crise). Com atendimento exclusivo a usuários do SUS, realiza intervenções eficazes e atendimento de excelência, visando o retorno mais breve possível dos pacientes às unidades de referência, com vistas à reinserção social. Entre os quadros agudos mais comuns atendidos no PAI estão a esquizofrenia e outros transtornos psicóticos; transtorno bipolar do humor e depressão unipolar grave; transtornos mentais orgânicos com manifestações comportamentais graves; transtornos mentais relacionados ao uso de álcool ou outras drogas, com comorbidades psiquiátricas de forma individualizada; e demais transtornos psiquiátricos em situação de crise intensa, como transtornos de personalidade, transtornos do desenvolvimento e transtornos alimentares, por exemplo. **(vii) Contrato de gestão.** Em 4 de novembro de 2020, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Gestão Modelo, Processo SES-PRC-2020/43100, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde pelo Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da Baixada Santista – PAI Baixada Santista, com vigência até 30 de junho de 2024. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	114.616	416.576
Ajustes do exercício anterior	-	(627.184)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(225.665)	517.355
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	16.634	(47.534)
Outros créditos	(3.351)	(109.843)
Bloqueio judicial	(53.866)	(439.404)
Fornecedores	3.921	(8.209)
Obrigações fiscais	(178)	30.016
Obrigações sociais e trabalhistas	23.260	(144.313)
Provisões de férias	2.289	408.744
Outros passivos	15.482	380.249
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(106.858)</b>	<b>349.453</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(106.858)</b>	<b>349.453</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.057.675	708.222
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	950.817	1.057.675
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(106.858)</b>	<b>349.453</b>

contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apreendidos pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato de gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato de gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	950.817	1.057.675
	<b>950.817</b>	<b>1.057.675</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de fundos de investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	16.398	14.198
Material médico hospitalar	15.074	18.936
Material de limpeza e higiene	7.073	7.562
Material de manutenção	11.267	19.788
Outros materiais	254	6.216
	<b>50.066</b>	<b>66.700</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerte as demonstrações contábeis em exame do Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	5.611	4.793
INSS retido de serviços a recolher	542	644
IRRF retido de serviços a recolher	1.766	1.546
ISS a recolher	2.536	3.650
	<b>10.455</b>	<b>10.633</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
IRRF a recolher	38.696	25.712
FGTS a recolher	39.885	34.507
INSS sobre autônomos a recolher	32.813	27.915
Outros	45	45
	<b>111.439</b>	<b>88.179</b>

## 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

## 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	291.690	517.355
	<b>291.690</b>	<b>517.355</b>

## 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	41.776	35.192
Material médico hospitalar	44.612	71.819
Gases industriais e medicinais	158	11.818
Material de limpeza e higiene	46.396	43.189
Outros materiais	4.044	71.236
	<b>136.986</b>	<b>233.254</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de informática	162.761	194.025
Serviços de manutenção predial	39.296	78.498
Locação de veículos e equipamentos	-	19.302
Serviços de lavanderia hospitalar	129.692	17.171
Serviços de manutenção de equipamentos	63.326	52.815
Serviços administrativos	301.384	214.437
Serviços de motorista	4.559	5.326
Serviços de portaria	18.200	-
Outros serviços	3.374	7.601
	<b>722.592</b>	<b>589.175</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	5.230	492.967
Material de conservação e reparo	41.401	29.462
Material de consumo administrativo	766.942	167.769
Utilidade pública (água, luz, telefone)	30.365	24.042
Seguros patrimoniais	2.209	3.093
Outras despesas	9.003	5.228
	<b>855.150</b>	<b>722.561</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	128.782	32.857
	<b>128.782</b>	<b>32.857</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(4.527)	(7.512)
Juros e multas de mora	(2.408)	(250)
Outras despesas financeiras	-	(74)
	<b>(6.935)</b>	<b>(7.836)</b>

<b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b> Presidente da Fundação do ABC
<b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b> Contador   CRC 1SP220769/O-9

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>
---

À **Presidência da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental – PAI Baixada Santista, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santos, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<b>Relatório do Conselho Fiscal</b>
-------------------------------------

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CNPJ 57.571.275/0019-21

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial				Demonstração de Resultado			
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.235.984	1.934.551	Fornecedores	7	575.150	641.441
Estoques	5	627.036	650.068	Obrigações fiscais	8	47.397	44.216
		<b>3.863.020</b>	<b>2.584.619</b>	Obrigações sociais e trabalhistas	9	3.248.430	3.363.400
				Provisões de férias	10	3.349.808	3.188.924
				Outros passivos		31.604	29.367
						<b>7.252.389</b>	<b>7.267.348</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Bloqueio judicial	6	43.429	105.847	Provisão para contingências	11	890.434	330.000
		<b>43.429</b>	<b>105.847</b>			<b>890.434</b>	<b>330.000</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(4.906.882)	(2.110.410)
				Superávits (déficits) acumulados		670.509	(2.796.472)
						<b>(4.236.373)</b>	<b>(4.906.882)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.906.449</b>	<b>2.690.466</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.906.449</b>	<b>2.690.466</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficits) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(2.795.139)</b>	<b>684.729</b>	<b>(2.110.410)</b>
Déficit do exercício	-	(2.796.472)	(2.796.472)
Incorporação ao patrimônio social	684.729	(684.729)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(2.110.410)</b>	<b>(2.796.472)</b>	<b>(4.906.882)</b>
Superávit do exercício	-	670.509	670.509
Incorporação ao patrimônio social	(2.796.472)	2.796.472	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(4.906.882)</b>	<b>670.509</b>	<b>(4.236.373)</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Contratado X Realizado Internações (Paciente-Dia)	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	%	Contratado		Realizado
Clínica Médica	12.378	12.290	(0,71)	12.378	11.499	(7,10)
Clínica Cirúrgica	11.970	11.745	(1,88)	11.970	11.642	(2,74)
Clínica Psiquiatria	1.620	2.044	26,17	1.620	1.710	5,56
<b>Total</b>	<b>25.968</b>	<b>26.079</b>	<b>0,43</b>	<b>25.968</b>	<b>24.851</b>	<b>(4,30)</b>

## Consultas Médicas

	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	3.000	3.041	1,37	3.000	3.335	11,17
Interconsultas	240	248	3,33	240	200	(16,67)
Consulta Subsequente	3.510	3.441	(1,97)	3.510	3.732	6,32
<b>Total</b>	<b>6.750</b>	<b>6.730</b>	<b>(0,30)</b>	<b>6.750</b>	<b>7.267</b>	<b>7,66</b>

## Consultas Não Médicas

	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado	%
Primeiras Consultas Rede	192	72	(62,50)	192	96	(50,00)
Interconsultas	-	8	-	-	6	-
Consulta Subsequente	6.750	7.376	9,27	6.750	7.756	14,90
<b>Total</b>	<b>6.942</b>	<b>7.456</b>	<b>7,40</b>	<b>6.942</b>	<b>7.858</b>	<b>13,20</b>

**1 Contexto operacional. (i) Objetivo social.** A Fundação do ABC ("Fundação" ou "FUABC"), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente. **(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11. **(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde. **(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017. **(v) Isenção Previdenciária Usufruída.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incria; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias nos exercícios de 2022 e 2021, o montante de R\$ 10.795.021 e R\$ 10.525.820, respectivamente. **(vi) Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.** O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (CHSP) é uma filial da Fundação do ABC, constituída em 11 de fevereiro de 2015, inscrita no CNPJ/MF nº 57.571.275/0019-21, com sede na Rua Dom José Maurício, nº 15, no bairro Carandiru, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. A unidade é diferente da maioria dos hospitais brasileiros, pois tem como foco a atenção aos pacientes do sistema prisional do Estado de São Paulo. As especialidades médicas disponíveis são: clínica cirúrgica, dermatologia, fisioterapia, gastroenterologia, neurologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia, anestesia, ortopedia, clínica psiquiátrica e clínica médica – cujo foco principal é a Infectologia, devido ao grande número de pacientes portadores do vírus HIV e de tuberculose. No campo diagnóstico estão disponíveis laboratório de análises clínicas, radiologia, ultrassonografia, colonoscopia e endoscopia. Além das internações, o hospital possui ambulatórios para atendimento da população carcerária e serviços internos de terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, nutrição e odontologia. **(vii) Contrato de gestão.** Em 1 de novembro de 2019, a Fundação do ABC celebrou novo Contrato de Gestão Modelo, Processo SPDOC nº 1871976/2019, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para serviços hospitalares, exclusivamente ambulatoriais e outros tipos de serviços – excluindo-se laboratórios, por mais cinco anos. **2 Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis. **(ii) Passivos**

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficit) do exercício	670.509	(2.796.472)
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	560.434	133.797
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Estoques	23.032	259.348
Bloqueio judicial	62.418	(105.847)
Fornecedores	(66.291)	167.983
Obrigações fiscais	3.181	8.824
Obrigações sociais e trabalhistas	(14.970)	2.520.156
Provisões de férias	160.884	455.934
Outros passivos	2.236	(4.681)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.301.433</b>	<b>639.042</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.301.433</b>	<b>639.042</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.934.551	1.295.509
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.235.984	1.934.551
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.301.433</b>	<b>639.042</b>

**financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: **(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital. **(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos. **(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" e "bens contrato gestão", sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica "bens adquiridos por meio do contrato de gestão" é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de "fornecedores". No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de "bens contrato gestão" e débito na conta de resultado, na rubrica "bens de terceiros". **(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias. **(f) Provisão para contingências.** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Entidade constituiu as provisões e suas respectivas divulgações sobre assuntos envolvendo contingências. Amparada na opinião dos assessores jurídicos, foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. **(g) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

## 4 Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	450	1.434
Aplicações financeiras	3.235.534	1.933.117
	<b>3.235.984</b>	<b>1.934.551</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros são compostos por quotas de Fundos de Investimentos Financeiros, cujos rendimentos são reconhecidos pro rata temporis.

## 5 Estoques

Descrição	2022	2021
Medicamentos	212.522	250.612
Material médico hospitalar	202.357	219.965
Dieta enteral e parenteral	8.308	9.928
Material de limpeza e higiene	43.333	26.159
Material de manutenção	160.516	143.404
	<b>627.036</b>	<b>650.068</b>

## 6 Bloqueio judicial

Refere-se aos bloqueios judiciais decorrentes de contratos de gestão firmados com a Fundação do ABC, inerente as demonstrações contábeis em exame do Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

## 7 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a saldo de fornecedores de medicamentos e de materiais médico hospitalares.

## 8 Obrigações fiscais

Descrição	2022	2021
COFINS retido de serviços a recolher	12.660	12.033
INSS retido de serviços a recolher	26.392	24.183
IRRF retido de serviços a recolher	2.839	2.739
ISS a recolher	5.506	5.261
	<b>47.397</b>	<b>44.216</b>

## 9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2022	2021
Salários a pagar	1.878.573	2.044.573
Rescisões a pagar	2.153	-
IRRF sobre folha a recolher	633.056	621.581
FGTS a recolher	333.126	327.351
INSS sobre autônomos a recolher	214.936	220.101
Empréstimo consignado a pagar	137.634	101.077
Outros	48.952	48.717
	<b>3.248.430</b>	<b>3.363.400</b>

#### 10 Provisões de férias

Refere-se ao valor da provisão de férias e seus encargos sociais incidentes acumulado.

#### 11 Provisão para contingências

A Entidade é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Descrição	2022	2021
Trabalhista	882.934	330.000
Cível	7.500	-
	<b>890.434</b>	<b>330.000</b>

#### 12 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	855.313	724.782
Material médico hospitalar	1.018.054	1.302.622
Material de laboratório	6.944	6.953
Gases industriais e medicinais	622.055	593.179
Dieta enteral e parenteral	186.515	159.659
Material de limpeza e higiene	223.221	159.368
Outros materiais	187.085	50.320
	<b>3.099.187</b>	<b>2.996.883</b>

#### 13 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 14 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	2.513.824	2.806.941
Serviços de informática	408.833	192.755
Serviços de manutenção predial	7.350	25.200
Locação de veículos e equipamentos	17.280	210.032
Serviços de manutenção de equipamentos	250.801	335.388
Serviços administrativos	734.265	798.531
Serviços de portaria	44.773	-
Outros serviços	192.497	195.499
	<b>4.169.623</b>	<b>4.564.346</b>

#### 15 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	1.589.054	1.387.232
Material de conservação e reparo	143.218	55.554
Material de consumo administrativo	760.618	821.422
Utilidade pública (água, luz, telefone)	1.432.792	1.310.169
Seguros patrimoniais	2.973	3.077
Outras despesas	7.046	6.702
	<b>3.935.701</b>	<b>3.584.156</b>

#### 16 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	343.730	78.616
	<b>343.730</b>	<b>78.616</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(5.951)	(5.181)
Juros e multas de mora	(12)	(116)
	<b>(5.963)</b>	<b>(5.297)</b>

#### 17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade possuía cobertura de seguros contratadas para riscos empresariais, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Importância segurada
Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave	R\$ 5.000.000
Impacto de veículos	R\$ 50.000
Danos elétricos	R\$ 30.000
Quebra de vidros	R\$ 20.000
Desmoronamento	R\$ 100.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	R\$ 100.000

<b>DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES</b> Presidente da Fundação do ABC
<b>HELENO TEIXEIRA PASSETTO</b> Contador   CRC 1SP220769/O-9

<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>
---

À **Presidência da Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário. Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade

da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de março de 2023.
**Unity Auditores Independentes**
CRC 2SP026236.
**Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

<b>Relatório do Conselho Fiscal</b>
-------------------------------------

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023.
**MARISTELA BAQUINI.** Prefeitura de Santo André.
**ROBSON TADEU DE ALMEIDA.** Prefeitura de São Bernardo do Campo.
**ANE GRAZIELE PLONKOSKI.** Prefeitura de São Caetano do Sul.

# FUNDAÇÃO DO ABC - HOSPITAL ESTADUAL METROPOLITANO SANTA CECÍLIA

CNPJ 57.571.275/0034-60

Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (em reais)

Balanco Patrimonial					
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.637.909	Fornecedores	-	716.304
Estoques	-	1.283.347	Obrigações fiscais	-	185.632
Outros créditos	-	107.710	Obrigações sociais e trabalhistas	-	194.564
	-	<b>22.028.966</b>	Provisões de férias	-	507.717
			Outros passivos	-	283.014
				-	<b>1.887.231</b>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Bloqueio judicial	-	298.318	Provisão para contingências	-	40.427
	-	<b>298.318</b>		-	<b>40.427</b>
			<b>Patrimônio líquido</b>		
			Patrimônio social	20.440.053	-
			Superávits (déficits) acumulados	(20.440.053)	20.399.626
				-	<b>20.399.626</b>
<b>Total do ativo</b>	-	<b>22.327.284</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	-	<b>22.327.284</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio social	Superávits (déficit) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	-
Superávit do exercício	-	20.399.626	20.399.626
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>20.399.626</b>	<b>20.399.626</b>
Ajuste do exercício anterior	40.427	-	40.427
Déficit do exercício	-	(20.440.053)	(20.440.053)
Incorporação ao patrimônio social	20.399.626	(20.399.626)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20.440.053</b>	<b>(20.440.053)</b>	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022					
Contratado X Realizado Internações	1º Semestre		2º Semestre		
	Contratado	Realizado	%	Contratado	Realizado
Clínica Médica	384	250	(34,90)	-	-
<b>Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Eletivas	500	474	(5,20)	-	-
<b>Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais Saúde.</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>	<b>Contratado</b>	<b>Realizado</b>
Cirurgias Hospital - Dia	200	179	(10,50)	-	-
Urgência / Emergência					
Cirurgias Hospital - Dia	-	220	-	-	-

**1 Contexto operacional.**
**(i) Objetivo social.** A Fundação do ABC (“Fundação” ou “FUABC”), com sede social na Avenida Lauro Gomes, nº 2.000, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, foi constituída em 6 de outubro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (O.S.S.) em âmbito estadual e municipal, é declarada instituição de Utilidade Pública nos âmbitos federal e estadual e na cidade-sede de Santo André, e é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A Fundação, inicialmente, criou e instalou a Faculdade de Medicina, e posteriormente as demais mantidas. A Fundação tem como objetivo social: criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino superior, nível médio, técnico-profissionalizantes, pós-graduação e pesquisa; prestar serviços de assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços mediante plano ou regulamento próprio; promover a assistência social beneficente, educacional e de saúde a menores, idosos, excepcionais ou a pessoas carentes; manter hospitais universitários, de ensino e outros; promover projetos sociais diretamente ou com entidades afins para a finalidade e/ou concessão de gratuidades à comunidade carente.
**(ii) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS** De acordo com a Portaria nº 543, de 17 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União, a Fundação do ABC e sua unidade gerenciada teve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde renovado. O deferimento do certificado está suportado no Parecer Técnico nº 228/2017-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante no processo nº 25000.178683/2010-11.
**(iii) Gratuidades nas Áreas de Educação e Saúde.** A Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas atuam nas áreas de saúde e educação. De acordo com o Artigo 10º, §1º da Lei nº 12.101/09, a área de atuação preponderante direciona o pedido de certificação das entidades filantrópicas. No caso da Fundação e suas unidades gerenciadas, sua atividade preponderante é definida em seu CNPJ sendo a saúde. Dessa forma, o requerimento da certificação e da sua renovação foi protocolado no Ministério da Saúde, sem prejuízo da comprovação dos requisitos para as demais áreas. Na área da saúde, com observância ao Artigo 4º, Lei nº 12.101/09, o percentual de atendimentos decorrentes de contratos de gestão e convênios firmados com gestor local do SUS foi de 100% da capacidade instalada nas unidades gerenciadas pela Fundação do ABC de atendimento à saúde.
**(iv) PIS / PASEP.** A imunidade da Fundação do ABC e sua unidade gerenciada ao recolhimento do PIS/PASEP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 456 de 05/10/2004, foi reconhecida por sentença judicial proferida nos autos do processo nº 5001358-49.2017.4.03.06126, publicada em Diário Oficial do dia 04 de dezembro de 2017.
**(v) Isenção Previdenciária Usufruida.** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, Lei nº 12.101/09, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem, estimadas e calculadas, em 26,8% (20% INSS; 1,0% RAT e 5,8% de Terceiros (2,5% Salário Educação; 0,2% Incra; 1,0% Senac; 1,5% Sesc; 0,6% Sebrae)) do total de despesas com pessoal. Desta forma, a unidade gerenciada usufruiu de isenções previdenciárias no exercício de 2022 e 2021, o montante de R\$ 938.735 e R\$ 1.900.717, respectivamente.
**(vi) Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília.** Parceria entre a Fundação do ABC e o Governo do Estado de São Paulo, o Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília foi inaugurado em meados de abril de 2021 como Hospital de Campanha do Governo do Estado, exclusivo para o atendimento de casos de Covid-19. Localizado na região central de São Paulo, na Praça Marechal Deodoro, 149, no bairro Santa Cecília, o Hospital está instalado em prédio com 10 andares.
**(vii) Contrato de gestão.** Em 30 de março de 2021, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, celebrou o Contrato de Convênio Emergencial – COVID-19, Processo SES-PRC 2021-11626, com a Fundação do ABC, para operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital de Campanha Metropolitano, visando o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, por período de doze meses. O Contrato encerrou em março de 2022.
**2 Apresentação das demonstrações contábeis.**
**2.1 Base de apresentação.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Entidades por Ações, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1) que trata da Entidade sem Finalidade de Lucros. A administração da Entidade não está apresentando a Demonstração de Resultados Abrangentes do Exercício por não haver eventos que se façam necessários à sua apresentação.
**2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais foram reconhecidos pelo valor justo.
**2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis.** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.
**2.4 Estimativas contábeis.** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes às provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.
**2.5 Instrumentos financeiros. (i) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros, ou não transfere e reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo, os demais ativos financeiros que a entidade possui são os instrumentos financeiros classificados como recebíveis.
**(ii) Passivos financeiros.** A Entidade define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores. Após o reconhecimento inicial, a Entidade deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva. Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.
**3 Principais práticas contábeis adotadas. 3.1 Descrição das principais práticas contábeis.** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:
**(a) Caixa e equivalentes em caixa.** Caixa e equivalentes em caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
**(b) Estoques.** Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e

Demonstração de Resultado			
	Nota	2022	2021
<b>Receitas operacionais</b>			
Contratos de gestão - Estadual		-	64.893.513
Outras receitas		264	-
		<b>264</b>	<b>64.893.513</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal		(3.502.742)	(7.092.229)
Medicamentos e insumos hospitalares	4	(1.950.620)	(5.334.911)
Prestadores de serviços médicos	5	(8.070.560)	(17.533.169)
Prestadores de serviços de terceiros	6	(5.192.230)	(12.805.280)
Administrativas e gerais	7	(1.958.501)	(1.427.468)
Contingências e despesas judiciais		-	(40.473)
Bens de terceiros		(15.843)	(591.138)
		<b>(20.690.496)</b>	<b>(44.824.668)</b>
<b>Superávit (déficit) antes do resultado financeiro</b>		<b>(20.690.232)</b>	<b>20.068.845</b>
Receitas financeiras	8	256.160	344.553
Despesas financeiras	8	(5.981)	(13.772)
		<b>250.179</b>	<b>330.781</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>(20.440.053)</b>	<b>20.399.626</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficit) do exercício	(20.440.053)	20.399.626
Ajuste do exercício anterior	40.427	-
Ajustes para conciliar o resultado		
Provisões para contingências	(40.427)	40.427
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Estoques	1.283.347	(1.283.347)
Outros créditos	107.710	(107.710)
Bloqueio judicial	298.318	(298.318)
Fornecedores	(716.304)	716.304
Obrigações fiscais	(185.632)	185.632
Obrigações sociais e trabalhistas	(194.564)	194.564
Provisões de férias	(507.717)	507.717
Outros passivos	(283.014)	283.014
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(20.637.909)</b>	<b>20.637.909</b>
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(20.637.909)</b>	<b>20.637.909</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.637.909	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	20.637.909
<b>Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(20.637.909)</b>	<b>20.637.909</b>

o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas, diagnósticos por imagem, itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados com os pacientes atendidos no hospital.
**(c) Ativo circulante.** Os ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os correspondentes rendimentos auferidos.
**(d) Imobilizado e bens de terceiros.** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos do contrato de gestão, são reconhecidos na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”. No grupo de imobilizado há rubricas denominadas de “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” e de “bens contrato gestão”, sendo devedora e credora, respectivamente. Na rubrica “bens adquiridos por meio do contrato de gestão” é reconhecida todas as aquisições em contrapartida a conta de “fornecedores”. No mesmo montante, é registrado o crédito na conta de “bens contrato gestão” e débito na conta de resultado, na rubrica “bens de terceiros”.
**(e) Passivo circulante.** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias.
**(f) Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### 4 Medicamentos e insumos hospitalares

Descrição	2022	2021
Medicamentos	946.949	2.656.830
Material médico hospitalar	742.389	1.986.619
Material de laboratório	39.745	4.585
Gases industriais e medicinais	115.627	488.307
Material de limpeza e higiene	2.359	7.167
Outros materiais	103.551	191.403
	<b>1.950.620</b>	<b>5.334.911</b>

#### 5 Prestadores de serviços médicos

Referem-se a gastos incorridos com prestadores de serviços médicos devidamente suportados por contratos.

#### 6 Prestadores de serviços de terceiros

Descrição	2022	2021
Serviços de limpeza hospitalar	1.814.057	3.945.231
Serviços de informática	53.941	166.539
Serviços de vigilância	-	212.026
Serviços de manutenção predial	770.000	1.662.193
Serviços de refeitório	1.566.686	3.325.400
Locação de veículos e equipamentos	173.338	1.376.196
Serviços de lavanderia hospitalar	164.951	303.799
Serviços de manutenção de equipamentos	61.620	609.755
Serviços administrativos	172.920	487.023
Serviços de motorista	3.003	6.084
Serviços de portaria	315.094	604.273
Outros serviços	96.620	106.761
	<b>5.192.230</b>	<b>12.805.280</b>

#### 7 Administrativas e gerais

Descrição	2022	2021
Gêneros alimentícios	359	43
Material de conservação e reparo	1.713	13.366
Material de consumo administrativo	32.720	175.040
Utilidade pública (água, luz, telefone)	576.551	1.112.006
Outras despesas	1.347.158	127.013
	<b>1.958.501</b>	<b>1.427.468</b>

#### 8 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	256.160	344.553
	<b>256.160</b>	<b>344.553</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e serviços bancários	(4.298)	(12.739)
Juros e multas de mora	(1.683)	(1.033)
	<b>(5.981)</b>	<b>(13.772)</b>

**DR. LUIZ MÁRIO P. DE SOUZA GOMES**

Presidente da Fundação do ABC

**HELENO TEIXEIRA PASSETTO**

Contador | CRC 1SP220769/O-9

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À **Presidência da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília**. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação do ABC - Hospital Estadual Metropolitano Santa Cecília em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de março de 2023. **Unity Auditores Independentes** CRC 2SP026236. **Edison Ryu Ishikura** Contador CRC 1SP200894/O-0

### Relatório do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação do ABC, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as demonstrações contábeis relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e à vista do relatório da **UNITY AUDITORES INDEPENDENTES**, são de opinião que as citadas demonstrações, examinadas à luz da legislação vigente refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição, recomendando aos senhores curadores sua aprovação. Santo André, 22 de Março de 2023. **MARISTELA BAQUINI**. Prefeitura de Santo André. **ROBSON TADEU DE ALMEIDA**. Prefeitura de São Bernardo do Campo. **ANE GRAZIELE PLONKOSKI**. Prefeitura de São Caetano do Sul.